

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2010.** -----
----- **ACTA NÚMERO VINTE E OITO** -----

----- No dia 9 de Novembro de 2010, reuniu na Sala Azul do Teatro Aberto, sito na Praça de Espanha, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dra. Deolinda Carvalho Machado, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Rita Teles Patrocínio Silva, André Nunes de Almeida Couto, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Freitas Arruda, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Duarte de Almeida, António Paulo Quadrado Afonso, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe Mário Lopes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício, Inês Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho de Albuquerque D’Orey, Ismael do Nascimento Fonseca, João Cardoso Pereira Serra, João Diogo Santos Moura, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Nuno de Vaissier Neves Ferro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Bento de Sousa, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria do Céu Guerra Oliveira e Silva, Maria Clara Currito Gargalo Ferreira da Silva, Maria da Graça Rezende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Homem Leal de Faria, Maria João Bernardino Correia, Maria José Pinheiro Cruz, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida,

Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Nuno Roque, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Miguel Correia Ferrero Marques dos Santos, Pedro Manuel Tenreiro Bisciais Pereira, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Pedro Miguel Ribeiro Duarte dos Reis, Rita da Conceição Carraça Magrinho, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rui Jorge Gama Cordeiro, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Rosa Maria Carvalho da Silva, Sara Luísa Sousa Santos, Tiago Nunes Teixeira, Zita Maria Fernandes Terroso, Joana Rodrigues Mortágua, Luís Valter Tembo, João Maria Martins Baioneto, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Nuno Vasco Cruz de Almeida Franco, Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall, Armando Dias Estácio, Carlos Filipe Marques Lima, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Augusto Martins Taveira, John Law Rosas da Costa Jones Baker, Maria Alexandra Dias Figueira, João Miguel Vaz Lima. -

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Manuel Falcão (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Zita Terroso. -----

----- António Pinheiro Torres (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Mariana Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Luísa Sousa Santos. -----

----- Virgínia Estorninho (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Valter Tembo. -----

----- Salvador Andrade (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Tiago Teixeira. -----

----- João Mota Lopes (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Miguel Vaz Lima. -----

----- Gonçalo Velho (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Franco. -----

----- Rita Sá (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo. -----

----- Margarida Mota Carvalho, Renata Andreia Lajas, Ana Paula Santos, António Maria Henrique e Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. (9 de Novembro de 2010). -----

----- João Bau (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Joana Mortágua. -----

----- Heitor de Sousa (BE), por 10 dias a partir do dia 8 de Novembro, sendo substituído pela Deputada Municipal Rita Silva. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), de 3 de Novembro a 21 de Dezembro, sendo substituído pelo 4º candidato do PEV não eleito, Cláudia Madeira. -----

----- Sobreda Antunes, João Gordo Martins e Cristina Serra, Deputados Municipais suplentes do PEV, pediram a suspensão do mandato de 3 de Novembro a 21 de Dezembro. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Paulo Moreira. -----

----- Justificou a falta à presente reunião a Deputada Municipal Maria Alexandra Figueira, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, do PS. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelos Srs. Vereadores: Catarina Vaz Pinto, Maria João Mendes, Graça Fonseca, Sá Fernandes, Manuel Brito, Helena Roseta e Miguel Graça. -----

----- Estiveram ainda presentes os Srs. Vereadores da oposição: Victor Gonçalves, Lúcia Tirone, Ruben de Carvalho e António Monteiro. -----

----- Estiveram também presentes os seguintes oradores convidados: Augusto Mateus, professor universitário; João Seixas, professor universitário; José Manuel Mata Justo, docente universitário; António Mega Ferreira, licenciado em Direito, escritor e jornalista; João Almeida, licenciado em Filosofia; José Adelino Maltez, professor universitário; Pedro Soares, geógrafo e docente universitário; Jorge Miranda, arquitecto; Gonçalo Ribeiro Telles, professor universitário e arquitecto; Jorge Gaspar, professor universitário, geógrafo. -----

----- Às 9 horas, a **Senhora Presidente** declarou aberto o debate específico, que tinha como ponto único: -----

UM NOVO MAPA DE LISBOA PARA O SÉCULO XXI?

Modelos de governação da Cidade

SESSÃO DE ABERTURA

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa -----

Senhores conferencistas -----

Senhores Vereadores -----

Senhores Deputados Municipais -----

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia -----

Senhores fregueses e cidadãos que vivem ou trabalham em Lisboa -----

Vizinhos autarcas -----

Senhores convidados -----

----- As cidades, como os seres vivos, também nascem, crescem, estiolam, definham, envelhecem, rejuvenescem, e também podem morrer se não soubermos dar-lhes novas vidas. -----

----- É precisamente desse fenómeno que vamos aqui falar e discutir hoje centrando as nossas baterias em Lisboa, e contando para esta conferência-debate com universitários

e investigadores, com políticos, com responsáveis pela Administração da Cidade, designadamente os Autarcas e o seu Presidente, com cidadãos que vivem, trabalham ou gostariam de viver em Lisboa. Acredito que deste dia, que passaremos juntos a reflectir, transmitir os resultados da reflexão e investigação e discuti-los entre todos, resultará pensamento estratégico da maior utilidade para traçar as linhas de força que permitirão decidir se queremos ou não e se a Cidade precisa ou não de novos modelos de governação para o século XXI que a municiem para responder ou não a novos desafios. -----

----- Lisboa nunca foi uma Cidade estática, no curso já da sua vida, os seus limites foram mudando, ampliando-se ou diminuindo, em fins do século XII tinha 10 paróquias, no século XIX oscilou entre 38 e 43 freguesias, e no século XX com as duas grandes reformas, em 1940 e em 1959, passou de 43 para 53 freguesias que mantém até hoje, passados 50 anos. Mas o que é verdadeiramente importante para o futuro da Cidade, não é tanto o número de freguesias mas sim reflectir e produzir conhecimento estratégico sobre a Cidade que queremos e necessitamos para responder a novos desafios. -----

----- Será este modelo cinquentenário adequado para uma governação contemporânea onde é preciso valorizar e defender o espaço e os fluxos públicos, promover a coesão e a diversidade social, adaptar a Cidade e os equipamentos às novas exigências dos novos costumes e dos novos hábitos culturais, promover uma nova qualidade de vida, salvaguardar a defesa do ambiente, dar respostas adequadas às idades da população e às suas novas necessidades, promover a educação e a cidadania, desenvolvendo capacidades, competências, atitudes e valores. Enfim, difundir o direito à Cidade combater a desertificação da Cidade, atrair e fixar jovens fregueses, incentivar novas formas de empreendedorismo e criação, praticar uma governação de proximidade, aproximar a administração dos cidadãos convidando-os a uma maior participação activa, romper com a burocracia e tornar a administração transparente e fluida? -----

----- Em boa hora o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, e a sua Vereação, sentiram estas questões e propuseram a abertura de um debate que forneça directrizes para um modelo de governação para o século XXI e ao mesmo tempo encomendaram à Universidade um estudo sobre qualidade de vida e Governo da Cidade que forneça os dados para a discussão que se quer alargada. -----

----- O estudo que agora foi entregue foi realizado pelo ISEG com coordenação global do Prof. Augusto Mateus e executiva do Prof. João Seixas, recorrendo a uma larga equipa interdisciplinar de académicos experientes. -----

----- É atribuição da Assembleia Municipal, dentro do âmbito das suas competências e como representante dos lisboetas, acompanhar as questões do seu tempo, colaborar na reflexão e actualizar o seu conhecimento estratégico que lhe permitirá tomar melhores decisões atenta também aos contributos dos cidadãos. -----

----- Assim, decidimos lançar a primeira conferência/debate que as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal consideraram ser essencial neste momento para garantir os melhores interesses futuros da nossa Cidade. -----

----- Dedicaremos a manhã a ouvir não só o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa mas também os autores do estudo bem como universitários, académicos e investigadores que ao longo do tempo vêm estudando, analisando e pensando o presente e o futuro da Cidade e a sua evolução. No fim da manhã teremos um tempo de pelo menos 30 minutos de questões postas pelo público presente ou recebidas via Internet e as respectivas respostas. -----

----- Depois do intervalo para almoço ouviremos o Prof. Doutor Jorge Gaspar que nos situará na evolução da Cidade e na história da sua cartografia a que se seguirá a apresentação do estudo da ANAFRE sobre freguesias, e a intervenção de todos os Grupos presentes na Assembleia Municipal – PSD, PS, PCP, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV, a que se seguirá um largo tempo de debate de cerca de 45 minutos em que esperamos que o público presente participe activamente solicitando para tanto que se inscrevam e indiquem o tema da questão na ficha distribuída nas vossas pastas. -----

----- Aos Senhores oradores solicito que respeitem o tempo atribuído para permitir exactamente este debate, que é uma das nossas premissas desta manhã e desta tarde. --

----- Fazemos votos para que esta conferência/debate que quisemos fosse académica e política com forte participação dos cidadãos seja a primeira de uma série que ajude os decisores a encontrar a via adequada para a governação da Cidade de Lisboa para o século XXI. -----

----- A todos muito obrigada e um bom dia de trabalho. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Senhores Deputados Municipais -----

----- Senhores Presidentes de Junta de Freguesia -----

----- Ilustres convidados -----

----- Colegas e Vereação -----

----- Quero começar por saudar a Assembleia Municipal de Lisboa pela iniciativa deste debate e agradecer o convite que me dirigiram para intervir nesta Sessão de Abertura. -----

----- As épocas de crise evidenciam as necessidades de mudança, de melhorar a qualidade das instituições, de ganhar eficiência, de maior proximidade às pessoas, às suas aspirações e aos problemas que urge enfrentar. As épocas de crise são oportunidades de fazer diferente, de fazer melhor. -----

----- O paradoxo enuncia-se de modo simples. O Município de Lisboa peca por defeito e peca por excesso. Fica aquém e vai além. É falho e excessivo nas suas atribuições. -----

----- O Município peca por defeito. -----

----- Em primeiro lugar, porque a Cidade de Lisboa, enquanto contínuo urbano, espaço económico, comunidade de vidas, rede de sistemas e fluxos, transcende já em muito as fronteiras do Município. -----

----- Em segundo lugar, porque o Município carece de um conjunto importante de poderes essenciais à gestão da Cidade. -----

----- Em terceiro lugar, porque das funções de capitalidade que desempenha, resulta que o perímetro da despesa é muito superior à sua base contributiva. -----

----- O vazio metropolitano está por preencher, a solidariedade metropolitana está por construir e a descentralização de novas competências do Estado para o Município impõe-se como necessidade, em áreas tão diversas como a definição das redes de transporte público, ou o policiamento do trânsito, por exemplo. -----

----- Paradoxalmente, o Município também peca por excesso. -----

----- Excesso de centralismo e concentração. Na gestão urbanística, na gestão e manutenção do espaço público, de equipamentos, de apoios sociais. -----

----- Decisores excessivamente longe dos problemas, procedimentos arrastados em longas cadeias burocráticas, atrofiamiento de capacidade de planeamento, disfunção normativa e regulatória de concepção e definição de políticas para a Cidade. Devolver capacidade de decisão é ganhar capacidade de acção. Ao nível local e ao nível global. Desconcentrar e descentralizar para as freguesias é essencial para que o Município possa estar disponível para assumir as novas dimensões de acção municipal. Hoje já não se trata só de pensar global para agir local. -----

----- É também essencial pensar local para agir global. -----

----- O desafio que nos está colocado não é só o de um novo mapa para o século XXI. -

----- O verdadeiro desafio é o de um novo modelo de governação da nossa Cidade, ao nível metropolitano, do Município e da Freguesia. -----

----- Um novo modelo assente na tripla descentralização – do Estado para a Área Metropolitana, do Estado para o Município e do Município para a Freguesia – e na desconcentração dos serviços do Município. -----

----- Temos assim de articular a Reforma Administrativa da Cidade com a reestruturação dos serviços do Município, criando uma matriz de competências a serem instanciadas ao nível metropolitano, central municipal, desconcentrado municipal e descentralizado nas Juntas de Freguesia. -----

----- Se o planeamento, por definição, tem de ser central, já o licenciamento pode ser desconcentrado ou descentralizado; se a gestão da rede semaforica tem de ser central, já a demais sinalização vertical e horizontal pode ser, no respeito pela lei, e os regulamentos municipais, desconcentrada ou descentralizada; se a recolha de resíduos sólidos tem de ser uma operação centralizada, já a lavagem e varredura pode – e deve – ser descentralizada e intervenções diferenciadas, como a limpeza de *graffitis*, desconcentradas. -----

----- Os princípios da descentralização e da subsidiariedade devem guiar-nos na construção desta matriz, que 20 anos de experiência rica de protocolos de delegação de competências nos permitem ilustrar, dando-nos segurança na consolidação deste processo sob a forma de lei de atribuição de competências. -----

----- É esta reforma global do modelo de governação que nos convida a desenharmos uma nova Divisão Administrativa da Cidade, para dar dimensão, massa crítica, capacidade e escala de intervenção a estas novas atribuições a descentralizar para as Freguesias. -----

----- Este não é um debate novo. Já o disse muitas vezes, quando fui eleito pela primeira vez para a Assembleia Municipal de Lisboa, em 1982, já existia uma Comissão Eventual para a Reforma Administrativa. Vários estudos foram feitos entretanto; várias candidaturas nas últimas eleições assumiram esta reforma como necessária. -----

----- Esta é uma reforma necessária. O estudo que encomendámos ao consórcio ISEG/ICS é uma boa base de trabalho, que não se pretende, nem única e exclusiva, nem uma solução final. -----

----- Este é um debate em aberto, em que a prioridade deve ser dada à consensualização de um modelo de freguesias, das competências a descentralizar, dos meios necessários para poderem ser exercidas, para que depois nos possamos concentrar na resolução da infinidade de questões que inevitavelmente se colocarão, de limites, denominações, especificidades várias. -----

----- Conhecem a minha posição. As freguesias não se desenham a regra e esquadro. Têm de ser espaços identitários. Lisboa é uma Cidade de bairros e o bairro deve ser o espaço identitário sobre o qual se desenham as novas freguesias. -----

----- Disse-o no dia da minha tomada de posse. Este é o mandato municipal e a Legislatura certos para este debate. Ninguém tem, nem a Assembleia Municipal, nem a Assembleia da República, maioria. Ninguém, pode por isso, impor uma solução e ninguém pode prescindir do consenso para que haja uma solução. Este é o quadro ideal para uma reforma que, por natureza, só é viável se assentar num consenso alargado, político e social e como tal reconhecido pelos cidadãos de Lisboa. -----

----- Estou certo que é este o espírito com que todos participamos neste debate. E assim seremos capazes de construir em conjunto uma proposta que acordemos e que submetamos à Assembleia da República para aprovação sob a forma de lei. -----

----- Bom trabalho e bom debate. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Muito obrigado, Sr. Presidente -----

----- Passo agora a palavra ao Prof. Augusto Mateus e ao Prof. João Seixas, que são os coordenadores, global e executivo, deste projecto. -----

----- **APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DO ISEG/ICS** -----

----- **O Senhor Professor Universitário Augusto Mateus** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Senhor Presidente da Câmara -----

----- Senhores Presidentes de Junta de Freguesia -----

----- Membros da Assembleia Municipal -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores -----

----- Nós vamos tentar, em meia hora, apresentar o estudo que, obviamente, como já foi explicado, pretende apenas ser o catalisador de um debate absolutamente necessário para fazermos face a um conjunto de desafios, a um conjunto de problemas, a um conjunto de necessidades. -----

----- No essencial, aquilo que se procurou fazer foi, por um lado, com base nos dois tópicos que nos foram dados, embora com uma leitura muito ampla de qualidade de

vida, porque Lisboa é, obviamente, um local de trabalho, um local de residência, um local de investimento, um local de estudo, um local de investigação, um local onde acontecem muitas coisas da nossa existência multifacetada como seres humanos e cidadãos. -----

----- E, portanto, nessa interpretação ampla do que é qualidade de vida, e sobretudo naquilo que creio que, infelizmente, está hoje mais claro para todos, que é uma absoluta necessidade de mudança de vida em matéria de governação, em matéria de acção política no nosso País, uma vez que os resultados que actualmente temos, de uma forma genérica, sobre aquilo que é a nossa governação são manifestamente insatisfatórios depois de uma década perdida sem crescimento económico e com retrocessos em alguns aspectos importantes da equidade, nós já perdemos o controlo de um conjunto aspectos e temos pela frente pelo menos mais uma década parecida com a que tivemos. Portanto, 20 anos na vida de uma pessoa, nova ou velha, com resultados tão pobres como aqueles que Portugal tem tido e vai continuar a ter infelizmente, são, obviamente, o melhor elemento que nós podemos ter pela frente para podermos, por momentos, deixar de lado o que não custa dinheiro, o que só custa inteligência, o que só custa determinação o que só custa capacidade de mudar aquilo que precisa de ser mudado. -----

----- O que nós vamos apresentar são, obviamente, alguns traços do estudo que foi feito, e algumas linhas de proposta que o estudo contém, como lhe era pedido. Insisto, não é uma solução, é tão só um catalisador para a construção dessa solução, que terá como protagonistas a Assembleia Municipal, o Executivo camarário, o Presidente da Câmara e, como irão ver, num conjunto de outras dimensões que implica Lisboa, todo um número muito importante de pessoas com responsabilidades políticas, económicas, universitárias, na sociedade civil, etc. -----

----- Os tópicos são estes que estão ali a ver, no essencial um levantamento de situação e um enquadramento, e depois um conjunto de orientações estratégicas e dimensões de acção, e um modelo de referência e um cronograma para levar à prática as alterações que forem decididas. -----

----- Como já foi dito, Lisboa evoluiu muito, tiveram ali de manhã um conjunto de visões ao nível da evolução da Cidade, o nosso ponto de partida é um ponto de partida relativo à Cidade como um organismo vivo, portanto não se trata de governar algo que não tem vida, algo que é governado como se não fosse permanentemente feito por homens e mulheres. -----

----- Aqui, para se ter uma ideia que é muito importante, nós temos que ter capacidade de mudança ao ritmo dos processos em que nos encontramos. Não podemos ter uma capacidade de mudança a um ritmo que já foi o necessário mas deixara de ser. -----

----- Estas fotografias, que permitem ver o crescimento muito significativo da ocupação territorial da Cidade de Lisboa, da Área Metropolitana de Lisboa e da Região de Lisboa, são particularmente expressivas do ponto de vista da velocidade da transformação, e nomeadamente de uma conclusão que todos aceitarão, que é a de que o nosso modelo de governação actual não permite antecipar, não permite realizar, apenas permite reagir àquilo que vai acontecendo, e, obviamente, quando nós no

essencial reagimos perdemos em grande parte o controlo de garantir qualidade de vida, de garantir competitividade, de garantir atractividade. -----

----- Em termos de desenvolvimento do estudo, nós começamos por procurar situar aquilo que no essencial é o enquadramento dos desafios que temos em Lisboa. Nós vamos procurar apresentar um conjunto de aspectos para a Lisboa pequena, para o concelho de Lisboa, para uma Cidade de Lisboa que, como sabem, também já não cobre apenas a cidade central, aquilo que é a cidade com mais qualidade, com mais oportunidades para a criação de riqueza e para a criação de muitas outras actividades associadas à cultura, ao conhecimento e outras coisas fundamentalmente importantes para a qualidade de vida. Essa cidade já ultrapassou o concelho de Lisboa, mas no essencial nós gostava-mos de partir, e partimos, daquilo que são os aspectos relativos aos desafios mais globais. -----

----- Nós vamos fazer esta apresentação alternando a nossa intervenção, e eu pedia agora ao Prof. João Seixas que situasse os pontos de partida do estudo para este aspecto. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Muito bom dia Senhora Presidente -----

----- Bom dia a todos -----

----- Muito rapidamente que o tempo escasseia e há muitas reflexões a fazer, apenas para referir, como o Prof. Augusto Mateus referira também, que o estudo teve vários vectores do ponto de partida. Vou aqui mostrar de uma forma muito rápida, não é para ver em grande detalhe porque é impossível, convidamos desde já, aliás já está num *site* próprio, a ver todos os relatórios que deram origem até ao relatório final. O relatório final, chama-se, é uma forma muito conhecida, relatório executivo, tenta ter menos de 30 ou 40 páginas, mas antes do relatório executivo há uma série de relatórios, quer do ISEG, quer do ICS, que conduziram a uma série de reflexões sobre a Cidade, e cada um tem autonomia em si mesmo. -----

----- Apenas para mostrar neste quadro, algo poliédrico, e peço-vos que não se detenham demasiado nos textos que são impossíveis de ver, apenas nas reflexões nossas, para já, que a Cidade mudou muito. E quando falamos em cidade não é apenas a Cidade de Lisboa obviamente. Aqui apenas quatro exemplos, ou quatro fotografias se quiserem, sobre como as cidades têm evoluído nos últimos tempos, quer na sua realidade de sistemas urbanos, quer na realidade dos sistemas políticos e de governação. -----

----- Aqui podemos ver, por exemplo, a situação de Lisboa face ao desenvolvimento económico e face às metrópoles ibéricas, e as dificuldades que a grande região de Lisboa tem em se situar perante o desenvolvimento que tem acontecido, e tem sucedido, a maior parte das vezes no caso mais espanhol, com um planeamento estratégico integrado e preocupado ao nível local e também metropolitano. As questões do *habitat* e da qualidade de vida urbana cada vez mais em cima da Mesa o que obriga as próprias estruturas do governo, não apenas de uma forma, dito de uma maneira mais vernacular, sectorialista, não apenas política de transporte, não apenas

política de habitação, mas cada vez mais pensarmos em termos do *habitat* e das vivências de cada um. -----

----- E do outro lado do *slide* colocamos exemplos vanguardistas de como a gestão das cidades estava a ser prosseguida na Europa. Por exemplo, em Barcelona para os novos planos e instrumentos de gestão territorial, estavam a ser ensaiados, e em alguns casos já aplicados, índices não apenas urbanísticos mas índices que tomem em conta o próprio desenvolvimento económico e social, e a integração e coesão social das cidades, índices de complexidade, índices de diversidade urbana e de actividades sociais e económicas, e leis do direito à habitação mas não apenas do direito à habitação mas já direito à cidade, de acordo com aquela visão mais integrada que nós propomos, e não somos só nós a propor bem entendido. -----

----- E de tal maneira não somos só nós a propor, que um dos vectores deste estudo foi obviamente ver o que era que os outros andavam a fazer, e fomos comparar com estas cidades que podem ver no *slide* do lado esquerdo, preocupamo-nos em analisar com mais detalhe cidades, quer no seu contexto metropolitano, que no seu contexto mais de proximidade em cada um dos seus bairros, que têm a ver com Lisboa de uma forma cultural e também de uma política administrativa. Cidades francesas, algumas cidades espanholas, uma cidade italiana, Roma, e o Rio de Janeiro. Não fomos comparar Lisboa com Helsínquia ou com Singapura, que seria muito interessante, seriam casos de sucesso, mas nós temos que nos situar perante as nossas realidades, e perceber nessas cidades, que têm algo a ver connosco no sentido mais meridional, e do sul se quiserem, o que correu bem e também o que não correu bem nos seus processos de reforma. -----

----- Como base para este trabalho, foram também vistos os documentos mais actuais de reflexão da Comissão Europeia, de grupos tão importantes hoje em dia na Europa como o Eurocitis, o Convénio dos Presidentes de Câmara, associações de pensamento e de reflexão urbana, a Agenda XXI Local, etc., etc. -----

----- De uma forma geral – e já passaria rapidamente a palavra ao Prof. Augusto Mateus de novo – referir que é um quadro muito simples este quadro que está no centro, as preferências nos territórios, nos espaços e nas sociedades urbanas são cada vez mais heterogéneas, individualistas, o que faz com que o nosso conhecimento, e as formas políticas, a forma de actuar política fosse anteriormente mais uma correlação de acção/efeito, e agora mais confuso, mais difícil, uma autoridade mais débil porque mais dispersa, mais fragmentada. E externalidades, desculpem-me o termo mais de economia, externalidades, influências de qualquer um dos actores, seja político ou não político, numa cidade, passaram de relativamente não frequentes para cada vez mais dispersas e frequentes, o que faz com que a complexidade e os problemas de governar as cidades sejam cada vez maiores. -----

----- Nos últimos 20 anos, e nas recomendações destas associações/instituições, que lemos com detalhe, têm sido seguidos vários vectores de acção política de reforma, se quisermos chamar assim, desde a descentralização política/administrativa um dos casos mais conhecidos, e porventura o mais interessante para nós será o caso francês,

desde há quase 30 anos que tem procedido a processos contínuos de descentralização para os departamentos, para as regiões e também para os municípios. -----

----- Outro processo de desconcentração e descentralização organizacional, dentro das Câmaras Municipais, dentro das instituições públicas, enfim não vou passá-los um a um porque não temos tempo. Planeamento estratégico, parece-nos algo relativamente comum e mais normal hoje em dia, os primeiros planeamentos estratégicos foram dos anos setenta e ainda hoje, sem dúvida, na maior parte das cidades europeias não há planeamento estratégico integrado seguido e vinculativo da acção pública. Enfim, projectos catalisadores, marketing, etc., governança, cooperação e participação está no final, lá se denota isso obviamente, participação cívica e o envolvimento dos cidadãos na acção da Cidade também cada vez mais importante. -----

----- Foi este *background* que fez com que situássemos a Lisboa de hoje e a situação para o estudo que estamos agora a apresentar. -----

----- **O Senhor Professor Universitário Augusto Mateus** -----

----- Muito bem. Portanto, enquadrado o ponto de partida e enquadrados os objectivos, no essencial estas são as dimensões que foram analisadas. Partimos do que está a acontecer, partimos de um levantamento através de inquéritos, de entrevistas, de audição de opiniões dos responsáveis. Partimos do que se pensa, do que se está a fazer, dos problemas que foram revelados, das motivações, dos objectivos fixados em termos dos responsáveis políticos, do trabalho que está a ser feito ao nível do Executivo camarário para levar à prática todo este conjunto de aspectos, e, no essencial, independentemente da nossa concordância ou discordância, procuramos enquadrar todos esses elementos para o estudo. -----

----- Ou seja, o estudo não foi feito em roda livre, não foi feito com base na nossa opinião particular sobre estas matérias, foi feito num quadro de tentar permanentemente enquadrar aquilo que resultava do governo da própria Cidade. O que não era difícil porque tanto eu como o Prof. João Seixas fomos comissários na Carta Estratégica, portanto isso facilitou-nos a vida do ponto de vista do que estava a ser feito. E fizemo-lo de uma forma absolutamente alargada. Ainda antes, como sabem os que participaram, da elaboração do sumário executivo podemos ter todo um conjunto de reuniões com membros da Assembleia Municipal e do Executivo camarário dos diferentes partidos, para podermos de alguma maneira garantir que estavam a ser equilibrados do ponto de vista de ter todos os elementos para reflectir e fazer as tais propostas catalisadoras. -----

----- No essencial, a ideia do modelo que apresentamos tem que ver com a necessidade de políticas centradas no território, isto é, uma das principais mudanças que é preciso fazer não é propriamente desenhar territórios para levar à prática políticas que não foram pensadas para territórios específicos, mas exactamente o contrário. Partir do princípio que qualquer política pública só tem sucesso se tiver território e se for feita de uma forma participativa e se for feita num quadro, não propriamente de tremendismo sobre os problemas dos territórios existentes, mas num quadro de garantir um processo de melhoria permanente que permita aquela ideia de objectivo. -----

----- E portanto a Cidade, não como objecto mas como objectivo, significa isto: políticas com território, políticas com alma, políticas com pessoas, e capitais do ponto de vista de activos de património que são absolutamente decisivos, e obviamente uma lógica que é aquela que ali está. De alguma maneira reconhecer que há um conjunto de desafios, tendências e necessidades, e que para fazer face a tudo isto, a reinvenção da governação da política na Cidade é absolutamente decisiva, e isso só se faz se aumentarmos o nosso grau de conhecimento e a nossa capacidade de interpretar a Cidade como o tal organismo vivo, que se transforme numa cidade muito superior àquela a que nós podemos regular aspectos administrativos. -----

----- Portanto, no essencial, isto conduz àquilo que ali está: conseguir chegar a novos princípios que nos permitam planear e antecipar a Cidade que queremos, valorizar os nossos patrimónios, dos mais físicos aos mais imateriais, e sobretudo ser capaz de aceitar os desafios de que se pode melhorar drasticamente a administração local e territorial, e ao melhorá-la drasticamente fazê-lo de uma forma que nos dá maior poder e que nos permite reganhar algum controlo sobre o desenvolvimento da Cidade e a qualidade de vida na Cidade. -----

----- Algumas notas. Toda a gente sabe, por exemplo, que o concelho de Lisboa tem cerca de um terço dos seus residentes associados à experiência de realojamentos de habitação, a chamada habitação social. É uma Cidade que tem vindo a perder população a um ritmo fortíssimo, e tem envelhecido. Tudo isso está no diagnóstico, e, digamos, essa realidade é um bom exemplo. -----

----- Durante muito tempo nós fizemos cidade como se as pessoas apenas precisassem de habitação, e mais errado não podia ser. Nós temos hoje problemas que não são problemas de outros, são problemas nossos, os problemas em Portugal são dos portugueses, os da humanidade são dos seres humanos, nada é exterior, temos que encontrar em nós próprios as causas e sobretudo as soluções e, portanto, nós hoje temos em Lisboa problemas humanos, problemas sociais, problemas económicos, problemas da Cidade, que são única e exclusivamente da responsabilidade de estratégias erradas. E de estratégias erradas porque mal pensadas, e de estratégias erradas porque arrogantemente pensadas sem participação dos destinatários. Nós procuramos resolver os problemas onde eles se manifestavam, mas muitas vezes uma dor no joelho não se resolve no joelho. -----

----- Portanto, as pessoas não tinham que ser realojadas onde tinham a barraca, não tinham que ser realojadas onde tinham o seu problema de habitação, tinham é que ter o seu problema de habitação resolvido. Pensar em casas com serviços, com actividades, pensar em casas que servem as pessoas concretas, com as suas competências, com as suas formas de criar riqueza e de viver. Cada vez mais, no século XXI, nós vamos ter trabalho para além de emprego, vamos ter multiplicidade de formas de rendimento, e vamos ter pessoas com competências que se vão alargar e que vão ser utilizadas em diferentes formas de trabalho e de emprego. Tudo isso não existiu e portanto temos o problema que temos. -----

----- Depois, pensamos muitas vezes em empresa, escritórios, fábricas, sede, e não pensamos que as empresas hoje, na globalização, se localizam onde têm condições

para aceder aos recursos escassos. Os recursos escassos não são nem euros, nem dólares, nem maravedis, nem qualquer moeda, os recursos escassos são criatividade, conhecimento, cultura, cooperação. Nós hoje temos a maioria da população mundial a viver em cidades por uma razão, que não é por aquilo que as cidades têm de negativo, as pessoas não vivem nas cidades pelo congestionamento, não vivem nas cidades para gastarem mais tempo em coisas absolutamente desnecessárias. As pessoas vivem nas cidades porque nas cidades têm acesso às tais externalidades, têm acesso a um espaço de sinergias absolutamente colossal comparado com as outras hipóteses que tinham para viver. -----

----- Portanto, se nós queremos ter empresa queremos ter espaço onde há conhecimento, onde se faz ciência, onde essa ciência não é pomposa, se difunde, onde é fácil qualquer empresa ter acesso a conhecimento técnico, onde quando não se está a trabalhar se tem um ambiente favorável ao entendimento, à cooperação, à criatividade, onde a cultura à posta ao conhecimento da criação de riqueza e da qualidade de vida. -----

----- Depois, obviamente, pensamos sistematicamente em transportes e não em redes de mobilidade, pensamos em espaços públicos verdes em vez de pensar em estruturas ecológicas em espaços de sociabilidade. Não pensamos, digamos, no capital decisivo de estruturação da qualidade de vida que têm todos estes aspectos, portanto não podem ser pequenos elementos decorativos, têm que ser estruturas básicas que fazem qualidade de vida. E depois pensamos muito em equipamentos e muito pouco em serviços sobre esses equipamentos. -----

----- É isto que nos tem conduzido, por exemplo, numa área absolutamente decisiva do nosso futuro – isto não tem a ver com Lisboa tem a ver com Portugal – que é a educação, estarmos muito próximos de trocar o AITAT de bons professores, com bons modelos pedagógicos, com escolas vivas, para um AITEC que dura nem uma geração com consequências dramáticas do ponto de vista das competências de que os portugueses são portadores. Enfim, não é matéria para hoje mas não se pode deixar de dar isto como exemplo sobre aquilo que é a lógica dos serviços e dos conteúdos, em detrimento dos equipamentos e das certificações de conteúdo que não existem ou de competências que não foram adquiridas. -----

----- No essencial isto traduz-se num conjunto de alterações, elas são muito detalhadas nós não temos tempo para as apresentar, mas, no essencial, isto corresponde ao seguinte: em vez de fazer uma alteração administrativa porque temos que gastar menos dinheiro ou porque temos que ter menos funcionários, ou porque temos que ter menos divisões administrativas, aquilo que aqui se procura é dizer que tudo isso só pode ser feito quando nós queremos ter uma outra forma de viver na Cidade e uma outra forma de governar a Cidade. E, portanto, em vez de concentrarmos as coisas em condições, por um momento podemos dar uma oportunidade a nós próprios, ao nosso País e à nossa capital, de pensar resultados. -----

----- Acabamos de comemorar 100 anos da República e temos, em 2024, 50 anos sobre a reconquista da democracia no nosso País, e o partido que nós aqui tomamos é, obviamente, o partido de um governo do povo e para o povo, com as interpretações

que democraticamente será capaz de fazer, entre este intervalo dos 100 anos da República e os 50 anos do 25 de Abril, com as leituras que todos nós fazemos e que são felizmente muito diversas em todos estes processos, talvez seja um tempo de oportunidade para mudarmos esta maneira de pensar. -----

----- E em vez de acharmos, porque gastamos alguns milhões em certas condições, que está tudo resolvido, talvez seguir outro caminho que é o que verdadeiramente queremos que seja Lisboa em 2024 e o que é que temos que fazer para que isso aconteça, e verificaremos, se tivermos essa atitude, que tudo que é reforma da governação se torna muito mais simples, porque é feito não para nós, não para interesses instalados, mas que é feito para filhos, para netos e para interesses emergentes, onde os instalados se podem rever e onde nós próprios nos podemos rever. -----

----- Portanto, é neste quadro que nós avançamos e que eu peço ao João Seixas que complete, agora um bocadinho mais rápido que da outra vez. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Três minutos apenas para explicar os quatro grandes vectores, para além de todo este *background* que apresentamos até agora. Os quatro vectores em que baseamos a nossa fotografia, a nossa reflexão sobre a Cidade de Lisboa como um todo, e depois as consequentes reflexões críticas, análise crítica, crítica não apenas no sentido negativo bem entendido, mas no sentido mais nobre do termo, e as suas propostas que nos vinculam a nós autores do estudo, e mais ninguém. -----

----- Estes quatro grandes vectores que aqui estão, passo-os rapidamente. -----

----- O primeiro foi um diagnóstico. Fizemos um renovado diagnóstico à Cidade de Lisboa, que está num dos relatórios entregues, justamente mais uma vez convidado depois a quem quiser ver em detalhe, sobre a Lisboa Económica, a Lisboa do *Habitat*, a Lisboa da Mobilidade, a Lisboa da Ecologia, várias “lisboas”, as cidades da nossa Cidade, em que fizemos um novo diagnóstico que também carecia em alguns aspectos. Como sabem, por exemplo os últimos censos foram em 2001, vamos ter agora um novo censo em 2011, em muitas realidades não sabemos a quantas andamos, em bom português, várias políticas que até podem ser decididas e feitas com base em realidades que podem não ser de facto aquelas que existem pelas deficiências do sistema estatístico e de base de dados, mas procuramos situar diferentes aspectos em relação àquilo que conhecíamos. -----

----- Mais uma vez um quadro que não é para ler, apenas para mostrar estas cidades da Cidade, dez grandes cidades da Cidade, o mais interessante é que começamos, aqui sim e de acordo com o que tínhamos já reflectido anteriormente, a escalar, literalmente é o termo em termos de escalas, para os diferentes olhares da nossa Lisboa. A Lisboa da capitalidade, a Lisboa para o País, para a Europa e para o Mundo, a Lisboa da centralidade como o principal núcleo contínuo urbano de uma região muito importante, naturalmente a nível nacional mas também da Europa, e depois, para dentro, a escala da proximidade. -----

----- Em termos de processos, também começamos a situar os diferentes processos para cada uma das cidades da economia, do habitat, etc., mais uma vez em termos do

que é pensamento estratégico, em termos do que é a gestão diária quotidiana e de participação cívica. -----

----- O Instituto das Ciências Sociais fez uma componente muito importante do estudo, uma análise das percepções das práticas dos cidadãos, dos residentes e aquilo que se chamou de utentes, aqueles que entram todos os dias ou quase todos os dias em Lisboa, trabalhos coordenados pelo Prof. Manuel Vilaverde Cabral e pela Dra. Luísa Schemidt, e que em seu devido tempo também teremos todo o gosto em apresentar, provavelmente também no ICS. -----

----- E apenas mostro esta matriz para referir que foram feitos mais 3.500 inquéritos para os residentes, também um conceito cada vez mais fragmentado e difuso, talvez aqueles que cá durmam e nem todos os dias provavelmente, mas aqueles que entram todos ou quase todos os dias, e também inquéritos, entrevistas detalhadas, a todos os Presidentes de Junta, todos os Vereadores, enfim quase todos os eleitos, nomeadamente a Assembleia Municipal e aos Presidentes de Junta. -----

----- Aqui também passo rápido, é um diagnóstico ao sistema político, político no sentido não apenas institucional mas de governação, um termo mais global, no meu entender, e que também está no relatório final, este sim já. -----

----- E, portanto, como é que está Lisboa em termos do seu capital cultural, capital social, o seu cosmopolitismo, as dificuldades em as elites considerarem a própria Cidade de Lisboa como uma comunidade política mais orientada para a Cidade, pensando em termos de cidade e trabalhando em prol da Cidade. As opções estratégicas em termos de cidadania, portanto a cidadania, a alteração que na cidadania está a suceder em termos de uma camada mais jovem e mais culta que se preocupa com outras questões mais urbanas, etc. -----

----- Não vou passar aqui estes pontos, a Carta Estratégica também aqui foi falada. E, finalmente, as novas cartografias urbanas, não só à revisão do PDM mas também, mas pensarmos da cartografia, como o Prof. Augusto Mateus referiu, em termos da exposição territorial da nova economia e da nova sociedade, e para cada um dos detalhes dentro dos bairros de Lisboa também conseguimos chegar a uma série de indicadores. -----

----- **O Senhor Professor Universitário Augusto Mateus** -----

----- Muito bem. Então vamos caminhar para a ponta final. -----

----- Este é um traço que eu não posso deixar de referir. No essencial, o que nós procuramos foi lidar com muitas “lisboas”, e nós não conseguimos pensar o desafio que nos foi colocado sem falar de uma Cidade/Região que é muito mais vasta do que a Cidade ou a Área Metropolitana. -----

----- Enfim, uma configuração pode ser qualquer coisa, e esta Cidade/Região pensamos-la não do ponto de vista administrativo, pensamos-la do ponto de vista real. Isto é, a polarização de relações económicas, sociais, tecnológicas, comerciais e científicas que existem, e que de alguma maneira nos trazem de Leiria a Sines e de Lisboa a Évora, enfim com fronteiras muito difusas, e obviamente com um processo em curso, talvez devesse ter sido mais forte, de reequilíbrio das dimensões de povoamento e de ordenamento territorial em torno do grande património que nós aqui

temos e que nos é conferido pela posição do Tejo e pela posição geoestratégica de Lisboa no contexto do encontro do Mediterrâneo com o Atlântico, e ao nível do Atlântico no encontro entre Sul e Norte. -----

----- Esta posição absolutamente essencial de Lisboa, que fez Lisboa, que obviamente hoje está diminuída porque o mundo é hoje mais Pacífico do que Atlântico do ponto de vista quantitativo, do ponto de vista do crescimento, não o é noutras dimensões, mas na dimensão da criação de riqueza é-o, e é-o de uma forma absolutamente avassaladora. -----

----- Portanto, é nesta realidade que nós encontramos aquilo que o Presidente muito bem disse, de que um novo modelo de governo e aquilo que é preciso fazer, significa fazer uma Lisboa mais forte para a Europa e para o Mundo, e fazer uma Lisboa menos pesada para Portugal. Fazer uma Lisboa mais ágil porque consegue chegar, como vêm ali em baixo, ao bairro, consegue chegar à proximidade, mas nós só podemos satisfazer a proximidade se formos fortes do ponto de vista das funções globais que desempenhamos. Uma redução de Lisboa a um somatório de bairros seria destruir os bairros e destruir Lisboa, uma projecção de Lisboa sem território, seria destruir a própria projecção e Lisboa. -----

----- Portanto, nós não podemos fugir nem para o pequeno nem para o grande, nós temos que conseguir articular o pequeno com o grande, o que significa que temos que ter menos medo do grande. Lisboa caracteriza-se, e Portugal caracteriza-se, não só por uma aversão grande ou risco, e nessa aversão ao risco por um desmesurado medo do grande, do global, do internacional. E, por outro lado, por um desrespeito permanente sobre aquilo que é o local, aquilo que é a chamada dos cidadãos a exercerem a sua cidadania, fazendo aí aquela equação que todos gostaríamos de fazer, que é não precisamos de ninguém, nós próprios sabemos organizar desde que nos dêem condições para satisfazermos algumas das nossas necessidades. -----

----- Neste estado, aquilo que nós, e pedia-vos que pusessem as aspas todas que quiserem nas siglas, está República 1.0, 2.0 e 3.0, e podia estar outra coisa. Nesta lógica que nos deram, pareceu-nos interessante respeitando a dinâmica de quem governa a Cidade e das declarações públicas que faz, de uma forma muito aberta ao diálogo, ao debate à crítica, aquilo que nos parece é essencialmente o seguinte. -----

----- A primeira fase tem muito que ver com uma lógica de igualdade, de direitos cívicos, de infra-estruturas de base numa Cidade que se consolida. -----

----- A segunda fase, que é aquela que correspondeu ao período posterior ao 25 de Abril, tem muito que ver com a ideia dos três D's do programa do MFA, mas no essencial, também mais uma vez com as leituras que nós fazemos com o distanciamento que hoje temos em relação a esse processo, eu tinha 24 anos, hoje não tenho 24 anos, penso que defendo os mesmos valores, interpreto-os de maneira radicalmente diferente do que interpretava com 24 anos, aprendi, desaprendi, vivi, tenho experiência, procurei viver a minha cidadania e, portanto, creio que posso dizer aquilo que vou dizer que é que esta segunda fase é uma fase enviesada em direcção à equidade, é uma fase enviesada em direcção à coesão social. Não tem nada de mal, falta de suporte, falta de sustentabilidade. -----

----- E aquilo que temos pela frente, na nossa opinião, é aprofundar a democracia. Isto é, perante uma situação em que, por exemplo, vivemos num País que durante os próximos 15 meses precisa de pedir emprestado qualquer coisa como 100 mil milhões de euros para poder manter o que está a fazer e que não é muito satisfatório, neste País, com esta situação, e não vale a pena discutir outras coisas nesta situação, pode ser muito interessante mas para falar de uma cidade e do governo dessa cidade nós não podemos deixar de falar desta maneira. -----

----- É claro que há quem fale de outra, mas não é a nossa posição. Aquilo que parece absolutamente essencial é esta lógica de cidadania e de competitividade na Cidade que se torna global. Lisboa, ou é global ou não resolve os seus problemas, Lisboa ou é um espaço de criação de riqueza com mais qualidade e mais acelerado ou não resolve os seus problemas. E para o fazer Lisboa não tem que comprometer nada do que fez em matéria do 2.0, em matéria de equidade, em matéria de coesão. Antes, pelo contrário, é a única maneira de poder honrar aquilo que fez, consolidar e desenvolver.

----- Portanto, aquilo que o estudo avança é basicamente para esta linha, e, no essencial, uma dimensão estratégica, projectos: projectos pequenos, projectos grandes, projectos estratégicos, projectos que, no essencial, procuram que Lisboa/Cidade, Lisboa/Capital, Lisboa/Região, se imponham do ponto de vista de espaço de oportunidades e atractividade à escala local, regional e global. -----

----- Por isso, aquilo que se procura ao nível do sistema governo são estas realidades, é uma acção integrada, competências e equilíbrio, qualidade e exigência, e, no essencial, isto tem aquelas três dimensões: transformação das actuais estruturas institucionais e organizacionais; transformação da actual organização territorial; e transformação da actual cultura organizacional. -----

----- O que nós propomos é, obviamente, fazer uma coisa que é fácil de entender, que é tomar as decisões à escala adequada. Como disse o Presidente da Câmara e a Presidente da Assembleia Municipal, nós muitas vezes tomamos decisões demasiado acima ou demasiado abaixo, tomamos decisões de escala errada e decisões com eficiência errada. Portanto, o que nós procuramos é um modelo em que, por um lado, seja possível trabalhar a Cidade/Região, a Área Metropolitana e o bairro, trabalhar a capitalidade, a centralidade e a proximidade, e fazê-lo com um conjunto de competências que, obviamente, estão aqui elencadas, competências políticas globais, estratégia, competências transversais e de suporte, o *beack office*, competências operacionais de gestão integrada e em rede, e competências operacionais de gestão local e de *front office*. -----

----- Tudo isto convoca o que temos, freguesias e Executivo municipal, mas para uma organização inteligente, para uma organização eficiente, não para uma organização poupada mas uma organização eficiente que é uma coisa bastante diferente, e para uma organização sustentada. -----

----- Desse ponto de vista há um conjunto de princípios que eu não tenho tempo para apresentar, as três escalas estão referidas, e, no essencial, eu gostava de chamar a atenção, isto depois está desenhado nos documentos, o que se propõe é uma lógica matricial em que eu, simultaneamente, chamo um conjunto de responsabilidades mais

sectoriais e aplico-as a territórios com diversidade. Os vários territórios de Lisboa não são iguais, e nós não ganhamos nada em os tornar iguais, nós ganhamos em dar a cada território uma estratégia de diversificação, uma estratégia de especialização, uma estratégia própria de atractividade, e deixar que esse jogo livre seja um jogo em que empresas e cidadãos se sentem atraídos por Lisboa, fazem coisas em Lisboa, e fazem-nas com qualidade e com oportunidade. -----

----- Obviamente, se eu tiver um modelo de governo que não está ajustado a isto, isto não se verifica, isto não acontece. Portanto, o que se procurou foi, basicamente, identificar tudo isto ao nível da sociedade civil, das Juntas de Freguesia, da Câmara Municipal e da Junta Metropolitana. -----

----- O modelo proposto está em detalhe apresentado, tem a tal dimensão territorial e a tal dimensão sectorial. No nosso modelo tudo aconselha que no futuro Executivo camarário saído desta reforma, os Vereadores tenham responsabilidades duplas, responsabilidades territoriais, responsabilidades políticas, e, obviamente, aquilo que nós propomos tem todas as modalidades. -----

----- Isto é, o que nós propomos é chegar a unidades de gestão, que podem resultar directamente das actuais Juntas de Freguesia sem nenhuma modificação, e em que as Juntas de Freguesia e o Executivo camarário colaboram e se articulam para que eu tenha nove espaços dentro da Cidade de Lisboa onde eu integro políticas e onde eu dou serviços de melhor qualidade e mais amplos aos cidadãos, aos utentes, aos *steakolders* de Lisboa. -----

----- E estas nove regiões de eficiência da acção executiva e de integração das políticas, eficiência porque deixamos de fazer investimentos a uma escala errada e passamos a fazê-los a uma escala com massa crítica para a gestão de uma Cidade moderna, pode ser feito, como vêm na opção A, a partir das actuais Juntas de Freguesia. -----

----- Posso aproveitar esta situação para mudar o modelo das Juntas de Freguesia, e de alguma maneira equilibrar a Cidade histórica com a Cidade nova, e ter uma aglomeração, uma associação de Juntas de Freguesia, que no fundo permita uma actualização, um refrescamento da divisão administrativa. Numa altura em que a nossa sociedade rompe com uma facilidade e com uma ligeireza absolutamente colossal contratos sociais como aqueles que têm que ver com a articulação intergeracional, parece-me bastante mais simples, respeitando a história e respeitando a tradição, abrir, e abrimo-nos a uma divisão administrativa renovada respeitadora da identidade da Cidade. -----

----- Portanto, essa opção B tem um modelo para poder reduzir o número de freguesias, não porque menos é melhor, mas porque teríamos a tal possibilidade de respeitar melhor os bairros na sua dimensão, e respeitar uma escala de descentralização com eficiência, em vez de termos uma escala de descentralização sem massa crítica nem eficiência e profundamente desigual, como sabem. A Cidade não cresceu segundo o braço do arquitecto, do economista ou do sociólogo, cresceu segundo a vida das pessoas e das empresas, e serpenteou-se, como sabem, ao longo do espaço da Cidade de Lisboa para criar um conjunto de novas realidades. -----

----- A opção C é, obviamente, uma opção mais radical em que nós transformamos em associações de freguesias as áreas que estamos a propor, portanto teríamos um número mais reduzido e teríamos um modelo associativo, em que temos, na prática, um espaço para o qual temos massa crítica e podemos fazer um esforço determinado de descentralização. -----

----- Portanto, isto corresponderia a todo um conjunto de alterações mais exigentes nestas três opções. Qualquer delas é possível, qualquer delas é interessante, qualquer delas preenche as funções de catalisação mínima que nos foi pedida com este estudo. --

----- Os critérios que foram seguidos estão ali identificados, não podiam ser outros, nós não queremos impor nenhum mapa, só queríamos chamar a atenção para que no modelo intermédio que estamos a propor, reduzir sensivelmente a metade o número de freguesias, pedia-vos que não pensassem muito nos nomes, não pensem muito nessas coisas, nós não fizemos uma proposta definitiva, o que procuramos foi dar vida àquilo que pode ser um reequilíbrio da Cidade e uma melhoria da sua governação, deixamos de ter freguesias com menos de 500 habitantes, uma coisa que parece pouco aceitável, deixamos de ter também mega-freguesias, e passamos a ter um número de unidades mais interessante e mais equilibrado. Tem ali a representação dos residentes e o número de edifícios, obviamente não há milagres e, digamos, a aglutinação, a aglomeração, a associação de um conjunto de freguesias no centro histórico da Cidade dará sempre poucos residentes, embora possamos ter políticas de aumento desse número de residentes. Vamos ter essas políticas, mas elas não vão resolver aquilo que é a distribuição da população residencial na Cidade. -----

----- Nós, para quem tiver curiosidade, para todas as freguesias actuais, para os desenhos propostos, o que procuramos foi chamar a atenção que o desenho das freguesias não deve ser um mapa de África, mas deve ser um desenho coerente, sistemático, e algumas oportunidade que vale a pena fazer para corrigir aquilo que foi o desenvolvimento da cidade em relação à divisão administrativa em que ela está. ----

----- Portanto, para todos os lados têm, digamos, elementos de análise como aqueles que ali estão, com residentes, famílias, edifícios, alojamentos, o sítio na Cidade, as “fronteiras”, etc., etc. E depois todo um conjunto de elementos de interpretação do que são esses passos na Cidade de Lisboa. -----

----- Propõe-se um espaço no horizonte 2010-2024 com um conjunto de procedimentos, enfim para ajudar a que as pessoas se focalizem menos no diagnóstico e mais na tal proposta catalisadora de decisões, e, no essencial, muito mais haveria a dizer mas a nota que nós gostaríamos de deixar era um pouco esta. Ou seja, estamos confiantes que o que fizemos tem qualidade e ajuda a tomar decisão, e também temos consciência que não somos minimamente protagonistas deste processo e que há muitos contributos a juntar. -----

----- Gostava de deixar uma nota final, reservei-a para o fim, que é que não é possível ter sucesso neste processo apenas dentro dos limites do concelho de Lisboa. Os problemas do concelho de Lisboa, tal como os da habitação social, não se resolvem dentro do concelho de Lisboa. Portanto, sem acabar, peço desculpa mas a conjuntura não me permite ser tão simpático como sou habitualmente, com um conjunto de

ficções, um conjunto de miragens, um conjunto de coisas absolutamente inaceitáveis do ponto de vista do que se passa no nosso País, sem um governo metropolitano. Não é possível, no século XXI, ter uma Cidade/Região com quase quatro milhões de pessoas, com enorme potencial de criação de riqueza, com enorme potencial de afirmação no mundo, continuar com governos metropolitanos do tipo Junta Metropolitana, com problemas de transportes como aqueles que temos aqui. -----

----- É o tempo que me dão, não vou dizer mais, mas gostava de dizer que é tempo em Portugal de enfrentarmos esses problemas, e se o governo da sua Cidade capital tem disponibilidade política para se lançar num processo com estas dimensões, tem que ter capacidade para também protagonizar a reforma do governo metropolitano e a afirmação de uma Cidade/Região com a dimensão que esta tem. -----

----- Portanto, a tarefa é uma tarefa colossal que não pode ficar restrita ao concelho de Lisboa, tem que extravasar o concelho de Lisboa e tem que provocar uma mudança significativa. -----

----- Muito obrigado pela vossa atenção. -----

----- Seguidamente a **Senhora Presidente**, depois de agradecer ao Sr. Prof. Augusto Mateus e ao Sr. Prof. João Seixas a apresentação do estudo, e informar que ele se encontrava no *site* da Câmara e no *site* da Assembleia Municipal na Internet, assim como outra documentação muito importante para quem queria saber mais para discutir melhor, interrompeu os trabalhos para o *Coffee Break*, conforme programado. -----

----- Depois, decorrido o intervalo, a **Senhora Presidente** disse que iam reiniciar os trabalhos ouvindo os académicos universitários e investigadores, que se iam debruçar sobre vários temas relativos à ideia da Reforma Administrativa da Cidade. -----

----- Deu de seguida a palavra ao Sr. Professor José Manuel Mata Justo, que iria desenvolver o tema “O Trabalho da Junta”. -----

----- **O Senhor Professor José Manuel Mata Justo** -----

----- Muito bom dia a todos -----

----- O meu nome é Mata Justo. Mata de matar, Justo de justiça, portanto um nome que se fixa com alguma facilidade, para os alunos é que é assim um bocado um problema porque fico sempre de ponta. -----

----- Aquilo que eu vou apresentar aqui é um trabalho meramente académico, que resultou de um estudo da encomenda da Associação Nacional de Freguesias à nossa equipa de trabalho, que é saber exactamente o que é que as freguesias fazem em Portugal. Isto é, aquilo que é o trabalho da freguesia e aquilo que são os resultados junto das populações. -----

----- E o objectivo do nosso estudo, na altura, foi de facto olhar o nosso mapa de Portugal e repararmos que de facto tínhamos um País inteiro para percorrer, mais Açores e Madeira. E o objectivo era tentar perceber a realidade local, e aquilo que o cidadão normal e comum se revê na sua freguesia. Isto é, qual é a relação efectiva que há entre o poder e a sua governação, e aquilo que é o objectivo e que é fundamentalmente a expectativa do cidadão em termos de utente da própria freguesia. -----

----- Fizemos uma caracterização socioeconómica das freguesias em Portugal, a demográfica e as físicas, tendo em conta que as freguesias em Portugal estão muito

distantes umas das outras, desde o litoral ao seu interior e com características perfeitamente distintas, não só físicas mas também económicas. -----

----- No seu funcionamento, verificamos o que é que elas faziam para além daquilo que é estipulado pela lei, aquilo que podiam fazer por delegação de competências das câmaras municipais, e ao mesmo tempo verificar a sua acção ou a sua eficácia junto daquilo que são os seus utentes reais, que é o cidadão normal e diário que necessita daquilo que é a freguesia. -----

----- Tentamos conhecer a eficiência face aos recursos que as freguesias têm. E aqui encontramos, de facto, coisas muito interessantes. Desde freguesias que são representadas pelo próprio Presidente da Junta de Freguesia, portanto ele é que de facto encarna aquilo que é a freguesia no seu todo, desde ser o homem que vai abrir o cemitério, desde ser o homem que vai abrir a igreja, desde ser o homem que recebe o cidadão ao domingo depois da missa, desde ser o homem que faz as partilhas daquilo que são os terrenos da própria freguesia, até à freguesia que tem cisternas, que tem tractores. Enfim, encontramos esta heterogeneidade enorme neste País. -----

----- Ao mesmo tempo também conhecer este grau de eficácia e comparar o nível de satisfação dos cidadãos perante aquilo que é o reflexo da freguesia, não só no continente como também na Madeira e nos Açores. -----

----- Fizemos um questionário, esse questionário foi a todos os Presidentes de Junta do País, sem excepção, aos utentes do País, por mostra, foram enviados cerca de dois mil questionários. Devo dizer que esse questionário foi enviado por *e-mail*, pelos CTT, por fax, portanto fizemos um *follow up* complementar a todos os Presidentes de Junta, tivemos uma bateria de alunos na faculdade, das licenciaturas de ciência política, de recursos humanos, de *marketing*, sempre naquele espaço que era preciso receber indicações e informações em relação aos Presidentes de Junta, sempre disponíveis mais de oito horas por dia a dar informações. E mesmo assim tivemos alguma dificuldade na recolha, porque de facto as pessoas não estão muito receptivas a responder a questionários, e o questionário também era um pouco longo. -----

----- Por outro lado, devo dizer-vos que foi uma batalha enorme no sentido de perceber as características da nossa população portuguesa. E aí foi de facto aflitivo, porque não há dúvida nenhuma que confirmamos aquilo que diz o Instituto Nacional de Estatística em termos do nosso grau de analfabetismo, não só literal mas funcional. É assustador! Encontramos freguesias cuja população portuguesa é perfeitamente analfabeta, encontramos também freguesias onde 60% da população era licenciada, encontramos de facto um todo nacional bastante heterogéneo. -----

----- É preocupante pensarmos que entre os 25 e os 45 anos de idade, a maior parte da população, população activa, estamos a falar de dois milhões de portugueses, só tem ainda a sexta classe de escolaridade, e muitas dificuldades em perceber e preencher principalmente questionários. -----

----- Verificamos também que as entrevistas que fizemos aos utentes a nível nacional, incluindo Açores e Madeira, a reflexão e a recepção que tínhamos perante a audição da população foi sempre muito difícil. Só para vos dizer, a título de informação, tivemos em Canha, no momento em que chegamos à freguesia para fazer entrevistas à

população, a média de idades da população de Canha é na ordem dos 55 anos, e a escolaridade anda à volta da sexta classe, toda a gente tinha preocupações com o caminho, com a estrada que não estava alcatroada, com o passeio que tinha buracos e as pessoas podiam cair, havia de facto uma série de preocupações que eram adjacentes à idade das pessoas, e o centro de saúde, que não existia e tinha necessidade de existir.

----- Quatro meses depois da decisão do Governo transportar o aeroporto para Canha, as pessoas passaram a ter um comportamento que era completamente diferente. A perspectiva era saber quanto é que valia o seu terreno, quanto era que valia a sua casa para deixar aos seus filhos. Essa era a preocupação das pessoas. Isto, de facto, retrata um pouco aquilo que nós somos a nível nacional. -----

----- Outra situação que verificamos na nossa própria taxonomia foi verificar o nível médio da população inquirida e, de facto, todos os estudos apontam que nós estamos a envelhecer e nós concluimos isso, a taxa de analfabetismo como uma taxa de licenciatura, há freguesias, como disse, com taxas de analfabetismo enormes, aliás é a grande maioria. Verificamos também a percentagem de agro-florestal, que está também cada vez mais abandonado. Isto é, há dez anos atrás a pequena agricultura era uma almofada para o cidadão normal e para a família, e neste momento desapareceu completamente. Portanto, há aqui, de facto, outra maneira de estar perante a agricultura e perante a política agro-florestal. A proximidade do litoral é uma realidade, portanto há claramente freguesias abandonadas e por isso o seu envelhecimento, e o litoral cada vez mais cheio. -----

----- O questionário, tal como disse, foi enviado aos Presidentes de Junta, a todos eles, sem excepção, mas em termos de retorno tivemos apenas cerca de 15% de respostas. Dificuldades acrescidas, como disse as pessoas não estão devidamente organizadas e não estão motivadas para preencher questionários daquela natureza. -----

----- Quanto ao questionário dirigido aos utentes, nós escolhemos freguesias agrupadas a nível do País, tentamos cobrir o País todo do Minho ao Algarve, Açores e Madeira. -----

----- Quanto às principais conclusões – vou ser muito rápido, penso que aqui é que é fundamental – eu diria que as freguesias, no futuro, esta é uma conclusão que o estudo realça claramente, devem obedecer a uma nova tipologia que seja diferente da actual. Isto é, se nós caminhamos todos para uma reforma administrativa, e penso que Lisboa está a dar o seu primeiro sinal, devemos de facto pensar claramente que as freguesias são diferentes umas das outras, nós não podemos permitir que a lei seja para todas por igual. -----

----- Devo dizer-vos que encontrei a gestão de património, tal como cemitérios que são diferentes de freguesia para freguesia, a relação da freguesia à escola primária em relação à qual tem competência por delegação de competências da Câmara, a decisão de freguesia para freguesia é completamente diferente, portanto há aqui situações que não são iguais pelo facto da lei permitir delegação de competências igual, mas a reacção perante a população é completamente diferente. -----

----- Desta forma, nós dizíamos no nosso estudo, qualquer reacção que não tenha em conta as particularidades e os interesses das populações locais, falha qualquer tipo de lei. -----

----- As Juntas de Freguesia apresentam características físicas, sociais e económicas muito diferentes umas das outras, e acho que há necessidade de uma reflexão bastante profunda, e o nosso estudo aponta para isso, no que concerne à ordenação jurídica das freguesias em Portugal. E as populações reconhecem, de uma forma inquestionável, o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia. -----

----- É engraçado que das questões que nós colocávamos à população para medir eficácia, a eficácia das freguesias, o utente cidadão comum retratava-se naquilo que era o trabalho da freguesia e do seu Presidente. Particularmente nos Açores o conhecimento do órgão que foi eleito, não só o Presidente era destacado mas também todos os outros eram também destacados, não combatendo ou contrapondo aquilo que era visto no continente e na Madeira. A maioria da população local demonstra, de facto, um grau de satisfação muito elevado em relação ao trabalho das Juntas de Freguesia. -----

----- Aqui chamo a atenção do seguinte. Há aqui uma preocupação do cidadão, não diria tanto em Lisboa ou no Porto, mas mais no interior de Portugal. Há aqui uma lição que eu tirei claramente, e que para mim foi fundamental. Há aqui uma importância que os Presidentes de Junta têm sobre eles próprios no momento em que são eleitos. Há pessoas que dão de si o seu melhor, com uma remuneração a custo zero, quando se dedicam a tempo inteiro e de alma a servir os outros. Eu penso que só por isso merece a pena fazer uma reflexão profunda sobre a maneira como vamos gerir, futuramente, toda esta região, aquilo que vamos fazer em relação às Juntas de Freguesia. -----

----- Há aqui claramente um problema de poder. A importância que os Presidentes de Junta acham que têm é no momento da sua própria eleição, há conflitos com certeza entre Presidentes de Junta e Presidentes de Câmara, esta relação do Presidente de Junta ter assento na Assembleia Municipal numa situação de menos importância que o Presidente de Câmara cria aqui situações de alguma incompatibilidade, incompatibilidade e importância. Penso que nós temos que ter atenção sobre esta área da importância que cada Presidente pensa que tem sobre ele próprio e que as populações exercem sobre ele. -----

----- Eu encontrei um pastor na Serra da Estrela, fui de propósito visitá-lo, que tinha três telemóveis: da Óptimos, da Vodafone e da TMN, e eu andei mais de 500 km, perdia um dia para falar com o senhor sobre uma coisa que me agradou imenso. O senhor, lá na sua pastorícia, 200 ovelhas que tinha, atendia as pessoas pelo telemóvel. Eu, quando estava a falar com ele, de quarto em quarto de hora era interrompido porque um cidadão telefonava para ele a perguntar-lhe coisas da vida dele, e também a vida de uma senhora viúva cujo marido tinha morrido e estava completamente desajustada, coisas que ele tinha que decidir, a seguir à missa, umas partilhas de terreno em que ele tinha que estar atento. -----

----- Eu achei isto lindíssimo! Como era possível que pessoas incógnitas, pessoas com esta formação e com esta dedicação ao bem público, que nem sempre nós, em Lisboa ou no Porto, entendemos muito bem. -----

----- A conclusão que nós tiramos foi de facto o reconhecimento da população local perante aquilo que são os serviços promovidos pela Junta de Freguesia. O apoio à família na freguesia é fundamentalmente importante para as populações mais deslocizadas, o apoio daquilo que é chamado o antigo ATL que é prestado às crianças depois da escola. Este Presidente de Junta que vai ele próprio arranjar a fechadura da escola, que vai ele próprio colocar o vidro que se partiu na escola, este serviço é importantíssimo, como também é importantíssimo e em Canha achei muito engraçado haver um funcionário da Junta que tratava do IRS daquela população toda. E então dizia um senhor ao Presidente da Junta que ele sabia tanto da sua vida como ele. Sabia qual era o ordenado e sabia quais eram os seus rendimentos. -----

----- Esta relação tão pessoal, tão forte, entre o Presidente de Junta e aquilo que é estabelecido pelo próprio cidadão que deposita no Presidente de Junta os seus bens pessoais, deposita no Presidente de Junta aquilo que são os rendimentos que ele tem, é de facto de uma proximidade única. -----

----- Como também o apoio à família. Encontrei muitas freguesias que têm psicólogo para apoio à família, assim como também um espaço de advocacia gratuito para apoio ao cidadão que necessitava de algum apoio. -----

----- A opinião das populações locais, como disse é favorável aos Presidentes de Junta, e isto foi igual no continente como na Madeira e os Açores. Tal como disse, nos Açores toda a gente releva a importância de todos os vogais da Junta, o que não acontece no continente nem na Madeira. -----

----- Eu continuo a dizer que este benefício que nós encontramos, e o estudo era encontrar o benefício das freguesias em relação àquilo que era a eficácia e suficiência para o cidadão, de facto foi muito importante. Nós achamos, na análise económica que fizemos ao estudo, que cada euro que era investido na freguesia tinha quatro euros de benefício, tendo em conta os serviços que eram prestados ao cidadão normal. E devo dizer que são custos perfeitamente atingíveis, e que são custos perfeitamente subavaliados. -----

----- Quanto à nossa recomendação, eu devo dizer, não quero criticar aqui a Câmara de Lisboa de maneira nenhuma, antes pelo contrário, estou a ver o estudo do Prof. Augusto Mateus que me liga perfeitamente a mim por causa de um estado nacional que fiz, acho um estudo muito interessante devo dizer, e tem ali um ponto muito importante para andar. -----

----- Há só um ponto que eu quero deixar nesta Assembleia para reflectir. Eu acho que o que se fizer aqui em Lisboa vai-se reflectir para o País inteiro. Nós temos que ter muito cuidado. Eu não quero pôr aqui política, estou aqui a aferir apenas a minha sensibilidade pessoal, e a minha sensibilidade diz-me exactamente que aquilo que acontecer em Lisboa vai ter um reflexo bastante importante a nível do País. -----

----- Por favor, é um momento importante para reflectir, eu penso que este espaço de reflexão e este espaço de tentar encontrar outra solução para o País, não só das

Câmaras Municipais como das Juntas de Freguesia, é importante fazer, estamos no momento próprio para o fazer, mas fazê-lo com alguma tranquilidade, com alguma qualidade e sem pressões, porque o que se fizer aqui vai-se reflectir no País inteiro. ---
 ---- Muito obrigados, estou disponível para alguma questão que queiram pôr. -----
 ---- **A Senhora Presidente** -----
 ---- Muito obrigado Professor. -----
 ---- Passo a palavra ao Dr. Mega Ferreira, escritor e jornalista, jurista, ideólogo da EXPO'98, Presidente do CCB e freguês da Cidade de Lisboa. -----
 ---- O tema é: "Os mapas também se alteram" -----
 ---- **O Senhor Dr. Mega Ferreira** -----
 ---- Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, -----
 ---- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ambos meus amigos, -----
 ---- Caros concidadãos. -----
 ---- Não faço parte dessas três nobres categorias, enunciadas por mais que uma vez esta manhã pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que participam neste painel. Ou seja, ou não sou nem académico, nem investigador, nem universitário. -----
 ---- Na realidade, é a primeira vez na minha vida que sou apresentado num painel deste género como jurista, coisa que de alguma forma me agrada e distingue, e me faz voltar atrás, ao tempo em que eu tinha 24 anos, exactamente os mesmos, na mesma altura, do Prof. Augusto Mateus. Não é nessa condição que aqui estou, posso mesmo dizer que atendendo à minha carreira profissional e à minha vida, o meu curso de Direito foi um acidente, nunca exerci, nem tive vontade de exercer. Por acaso vontade de exercer já tive em duas ou três oportunidades, mas isso não vem ao caso. Mas nunca exerci e, portanto, não é como jurista seguramente que aqui estou. Eu estou aqui unicamente como cidadão de Lisboa e como freguês da Freguesia de São José, e é nessa condição que vou fazer a minha curta intervenção. -----
 ---- Nós ouvimos duas apresentações até agora, designadamente a primeira, o estudo do Prof. Augusto Mateus e do Prof. João Seixas, que naturalmente aborda uma perspectiva macro, nalguns casos uma perspectiva mega, mas na realidade é uma perspectiva macro. Ou seja, os problemas foram aqui tratados, como não podia deixar de ser, no quadro de um estudo desta natureza, digamos que numa forma que engloba diversos vectores e que tenta traçar, naturalmente, bissectrizes entre diversas figuras geométricas que podemos imaginar, entre as quais se declina a realidade vastíssima de uma Cidade como a capital do País, uma Cidade como Lisboa. -----
 ---- Eu vou partir para a minha intervenção da perspectiva micro, ou seja, eu resido na Freguesia de São José, em Lisboa, desde 1994, há 16 anos. Quando eu fui viver para a Freguesia de São José, e já a seguir quem a não conheça bem vai começar a conhecer pelos lugares que eu vou enunciando, na Praça da Alegria, e à volta, e quando digo à volta refiro-me à Rua da Glória, à Rua de Santo António da Glória, que é a rua onde eu vivo, a Travessa da Conceição da Glória, a Rua da Alegria que depois sobe cá para cima, digamos que nesta área existiam, em 1994, uma loja de conveniência aberta até à meia-noite ou duas da manhã já não me lembro bem, uma farmácia que acaba de fechar, três lojas a que poderíamos chamar minimercados ou

mercearias ou pouco mais refinadas digamos assim, sem serem evidentemente lojas *gourmet*, isso são realidades que hoje em dia pululam como cogumelos, e nalguns casos não percebemos muito bem porque que é que elas são *gourmet*, a não ser no nome. Bom, mas havia os três comércios, pelo menos que eu me lembre, havia um talho na Rua Conceição da Glória, e havia na Praça da Alegria uma esquadra da polícia. -----

----- Nada disto existe hoje! Em 16 anos, do centro, ou deste centro que me é mais próximo, refiro-me a esta realidade da Freguesia de São José, desapareceu um conjunto de actividades que têm a ver com a vida dos residentes, essencialmente. -----

----- Em contrapartida, nestes últimos dezasseis anos ganhamos três restaurantes indianos, um restaurante tibetano, e muito recentemente dois ou três bares onde a bebida, parece-me, não é a principal actividade. Reganhamos o Maxime, e ganhamos, isso sim, uma coisa muito importante: um trabalho de limpeza, de embelezamento e de modernização do Jardim da Praça da Alegria, que é, a meu ver, dos mais belos que existem na Cidade de Lisboa. Isso sim, ganhamos. -----

----- Mas claro, também já ganhamos outra vez os sem-abrigo que voltaram para o jardim, e portanto temos aqui um complicado problema para gerir, para ver como é que poderemos fazer coexistir as não muitas crianças que existem na freguesia, apesar de tudo os seus avós são imensos, são mais os avós que os netos claro, com esta realidade social perturbadora e perturbante que é a proliferação dos sem-abrigo de ocupação, porque há os sem-abrigo por carência económica evidente, e depois há os sem-abrigo de ocupação, que tinham como ocupação ser sem-abrigo. E também existem, há que enfrentar esta realidade. É uma posição social, é uma posição cívica perante a sociedade, alguns deles querem situar-se à margem e insistem em situar-se à margem, querem ser sem-abrigo. Não são a maioria, a maioria, infelizmente, vão parar a sem-abrigo por circunstâncias das suas vidas. -----

----- No meu ponto de vista e na minha perspectiva, o que esta mudança significa, em 16 anos na minha freguesia, chamemos-lhe o meu bairro, é a diminuição brutal da população residente e o aumento da população que eu chamaria flutuante. A existência de restaurantes indianos, os tais bares que já abriram dois ou três e vão abrir mais com certeza absoluta, que, aliás, devolvem aquele Bairro da Glória qualquer coisa que tem a ver com a sua tradição, segundo julgo saber. O Maxime, etc., etc., etc. -----

----- Há outra coisa que perdemos, segundo julgo saber, enfim por um desastre natural, mas é evidente que o perdemos, o Hot Clube. É evidente que o perdemos, mas esse está prometido que vamos continuar a tê-lo, porventura uns prédios mais abaixo, é a última informação que eu tenho, o Senhor Presidente está-me a confirmar à frente desta gente toda, portanto o Hot Clube vai voltar para a Praça da Alegria e eu vou-lhe cobrar isso. Portanto, perdemos e aqui podemos ficar a ganhar. E aí foi, obviamente, um desastre natural, como sabem um incêndio e depois a operação dos bombeiros. ----

----- Também perdemos na Praça da Alegria uma sede da Federação Portuguesa de Futebol, mas isso francamente não acho que seja uma coisa muito importante, embora, apesar de tudo, tivesse funcionários e isso fosse vida, fosse actividade

económica na envolvente, etc., etc. Portanto, embora a instituição em si não acrescentasse nada à Praça da Alegria, sobretudo porque não nos tem dado muitas alegrias, mas a realidade é que perdemos ali uma actividade que gerava emprego e que, além de gerar emprego, gerava actividade económica. -----

----- A mudança, a meu ver importante, que ocorreu no meu bairro, mostra claramente que nós temos um problema de perda de massa crítica. Evidentemente que aqueles comércios que acabaram, até a farmácia se deslocou para Linda-a-Velha onde há mais negócio, embora ali com a população tão envelhecida não percebo porque é que não tinha muito negócio, mas em todo o caso também saíra. Mas o que tudo isto mostra é que se foi perdendo massa crítica de residentes. Os comércios estáveis, as actividades que percorrem o dia, a vida quotidiana, estas foram fechando, a própria esquadra de polícia, enfim aconteceu lá uma coisa qualquer, mas a verdade é que a esquadra saiu da Praça da Alegria, enfim nestas coisas eu não tenho grandes esperanças que voltem. O Hot Clube tenho a certeza, que já foi dada, mas a esquadra de polícia tenho algumas dúvidas. -----

----- Em contrapartida, o que nós ganhamos foi população flutuante, e isso, que é importante e que gera comércio e gera actividade também, tem depois uns efeitos colaterais, que o real, o imaginado, para o caso acaba de funcionar da mesma maneira, que é o aumento da insegurança. Confesso que eu não vi nenhum aumento da insegurança no bairro, quer dizer que continuo a passear à noite ou de dia da mesma forma, isso não me incomoda nada, mas a verdade é que gera algum desconforto e essa é uma questão que eu acho que também tem que ser vista. -----

----- Ora bem, perante esta perda de massa crítica de cidadãos residentes, parece-me óbvio, e já o escrevi quando foram divulgadas as linhas gerais deste estudo, que esta é uma oportunidade enorme. A Reforma Administrativa da Cidade é uma oportunidade enorme, penso eu, de pôr massa crítica, ou seja, de aglutinar, de criar entidades que disponham da tal massa crítica susceptível de atrair de novo actividades que tenham a ver com as necessidades da população residente, e também da flutuante mas essencialmente da população residente, é disso que estamos a falar. -----

----- E penso que no estudo que foi aqui brevemente apresentado, não poderia ser de outra maneira porque ele é muito circunstanciado, e há um aspecto que me pareceu muito importante e que eu gostava de relevar, que é o da coerência territorial. Ou seja, a de que as novas unidades, dentro da reforma administrativa, tenham coerência territorial. O que é isso de coerência territorial? Bom, a coerência territorial não é de todos a uniformidade, não é isso. A coerência territorial, como também vi num quadro que passou rapidamente, tem uma série de vectores, uma série de funções que são consideradas fundamentais para que essa coerência territorial exista. -----

----- Um elemento importante que eu gostava de sublinhar, é que essa coerência territorial, não pode confundir-se com uniformidade social, ou seja, a diversidade social das novas unidades, a coexistência dentro dessas unidades de populações de natureza diversa, de classe social diversa, de meios diversos, etc., é absolutamente vital para que essa reforma faça efectivamente sentido. Isto é, para que a reforma não seja “menos é mais bonito”, ou mais pequeno, creio que foi o Prof. Augusto Mateus

que disse, não é apenas porque reduzir no número de freguesias, por hipótese, em si mesmo não é uma coisa virtuosa, só é uma coisa virtuosa se na realidade ela obedecer a um conjunto de critérios. -----

----- Esta questão da diversidade social parece-me extremamente interessante, porque, historicamente, Lisboa é uma Cidade extremamente promíscua. O Bairro Alto é uma invenção da nobreza portuguesa e da prostituição. O Bairro Alto construiu-se a partir do final do século XV, mas a partir do século XVI, como um modelo inacreditável, e quando digo inacreditável estou a dizer que ainda hoje, quando nós contamos esta história a alguns dos nossos concidadãos universais, designadamente aos europeus, muitos deles têm dificuldade em perceber isto, não percebo porquê porque o Marré foi também isso em Paris. Mas enfim, os franceses têm sempre muita dificuldade em perceber qualquer coisa que não tenha a ver com eles. Seja o que for, nem que seja uma coisa igual, eles acham que é uma coisa estranhíssima. -----

----- De facto, o que existiu na construção dos bairros de Lisboa, e o Bairro Alto é, para mim, o paradigma mais evidente, é esta coexistência entre as classes sociais, e esta coexistência entre as classes sociais cria uma coesão identitária de bairro. Um dos meus maiores amigos no meu bairro é o Nuno, que é o filho do dono da taberna da esquina da minha rua. Eu não frequento a taberna porque não é meu hábito, mas gosto imenso do Nuno, converso com o Nuno à porta, discutimos futebol, somos do mesmo clube não interessa para o caso, falamos das mais diversas coisas, até falamos da vida do bairro, e com isso se cria uma coesão identitária. -----

----- Eu não tenho nenhuma espécie de medo, de pavor e muito menos de falso pudor ou pudor recém-adquirido, em coexistir com as diversas classes sociais, e penso que uma sociedade democrática só pode fazer sentido se viver assim. -----

----- Um terceiro ponto que me parece fundamental é a atenção que temos que ter à multiculturalidade da Cidade de Lisboa. Esta mudança de paradigmas, não é por acaso que nos restaurantes que lá se foram estabelecer são três indianos e um tibetano. Ou seja, esta multiculturalidade, nos três anos que eu vivo na Freguesia de São José, no meu bairro é visível, é sensível. Na minha casa, que é na Rua de Santo António da Glória, uma das ruas da Glória, houve-se o linguajar das pessoas que passam na rua, nos mais diversos idiomas. -----

----- Ou seja, esta transformação é um dado, e é um dado muito importante que não pode ser entendido numa Reorganização Administrativa da Cidade como uma mera habitação para os imigrantes dessas comunidades que estão aqui, mas como qualquer coisa potencialmente geradora de outro tipo de sociedade. -----

----- Finalmente, existe um outro aspecto que gostaria de referir. Ainda ontem li nos jornais um estudo realizado por um instituto internacional, no qual se mostra, com grande evidência, refiro-me ao País, que há um fosso entre a forma como os outros nos vêem e a forma como nós nos vemos. Isto só para dar o exemplo, tinha sido analisado o prestígio de 45 países. Chegava-se ao final e o instituto dizia que pela percepção conjunta dos outros, Portugal se encontra em 19º lugar entre esses 45 países. Porém, quando interrogados os portugueses sobre o seu próprio País,

descemos para 42º lugar. Ou seja, eu tenho a percepção que nós muitas vezes nos fazemos muito pior que aquilo que somos. -----

----- Isto para dizer que há bons motivos de esperança, nesta oportunidade relativa à Cidade de Lisboa, provavelmente porque a forma como nos vêm é bastante melhor que aquela com que nós nos vemos. Ou seja, para lá de todas as vantagens há ainda uma margem de identificação com a própria Cidade, com as melhorias da Cidade, com o que se pode fazer pela Cidade, que deveria ser explorada. -----

----- E permito-me sugerir aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a começar pelo Presidente da Junta de Freguesia de São José, que está presente na Sala, que provavelmente, à margem dos partidos políticos, sem ter nada a ver com os partidos políticos, talvez não fosse mau de vez em quando consultarem alguns dos fregueses das suas freguesias, pedirem-lhes ideias, suscitarem-nos para o debate. -----

----- Eu hoje em dia sinto-me muito mais motivado para ajudar a melhorar a minha freguesia do que para ajudar a melhorar o País, porque não sei se já tenho algum contributo a dar para isso, e para a freguesia tenho a impressão que poderia dar alguma coisa. -----

----- E isto não tem nada a ver com partidos políticos, é-me completamente indiferente, enquanto habitante da freguesia, qual é o partido político que lá está, embora naturalmente nas eleições vote num deles. Talvez isto também fosse uma forma de ajudar a que estas novas ideias pudessem ir circulando. Se há fregueses que estão abertos a este diálogo, talvez fosse possível aproveitá-los. -----

----- Peço-lhe desculpa, Senhora Presidente, porque me excedi no tempo e no entusiasmo. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- É sempre um prazer ouvi-lo. -----

----- Agora temos o Dr. João Almeida, Licenciado em Filosofia, foi Adjunto do Presidente da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa e traz-nos o tema “Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa”. -----

----- **O Senhor Dr. João Almeida** -----

----- Bom dia, permitam-me que cumprimente todos os presentes na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e dispensem-me de os individualizar. ---

----- Duas explicações antes de começar. -----

----- Uma delas é que está aqui uma placa que não corresponde ao conteúdo. Eu fui em tempos adjunto do Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, mas não estou cá com ligação à Área Metropolitana e à Junta Metropolitana de Lisboa. Isto foi um engano, alguém com o mesmo nome à tarde aqui estará e terá esta placa. -----

----- Uma outra, talvez mais prosaica, é que eu, para as coisas serem mais ligeiras e talvez mais animadas, tinha preparado uma pequena apresentação de *slides* para falar mais solto, mas o que é certo é que com aquela preocupação de saber se depois correm as versões que existem nos computadores que vão estar, etc., baralhei a coisa e as duas versões acabaram diferentes. Portanto, desisti de a utilizar o que vai ser bastante mais aborrecido do que seria com as imagens a correrem. Portanto, vou

passar a ler a comunicação que trazia e não a falar livremente sobre os temas que iam seguindo. -----

----- Vou tentar, depois de uma breve referência a uma questão metodológica, estabelecer sucintamente três bases a partir das quais emergem, nesta matéria, interrogações que reputo fundamentais. São três tópicos distintos e quase fechados no seu universo, e que depois concluem nas perguntas finais. -----

----- O critério democrático é um deles, a antinomia entre centralismo e autonomia é outro, e o sistema de poderes que interage com o governo da Cidade, completa o conjunto de três tópicos abordados. -----

----- A questão metodológica é a questão do ponto de vista afinal. Esta matéria é uma matéria multifacetada e que exige, reclama, é mesmo necessário que tenha uma abordagem multidisciplinar. No entanto, há dois perigos. Tanto se pode cair no unilateralismo privilegiando uma das perspectivas sobre todas as outras, em tempo de crise económica, por exemplo, a das finanças públicas, ou pode cair-se no ecletismo. Como evitá-lo? Partindo de um ponto de vista dominante e integrador de uma visão que permita dar coerência a todos as abordagens sectoriais. E esse ponto de vista é, seguramente, o do critério democrático, na minha opinião. -----

----- Este, em abstracto, esconde uma triplicidade de domínios que só na teoria funcionam em perfeita conjugação. A saber: o da legitimação formal; o da acção, transparência nos processos e participação; e o dos objectivos que, muito resumidamente, será o da prevalência do interesse público na acção das instituições democráticas. -----

----- Em tese, admite-se que quando menor for o número de cidadãos a participar nas instituições democráticas e nos seus órgãos, maior é o risco de dissonância entre os três domínios do critério democrático: menos entidades, menos órgãos, menos cidadãos, será igual a menos contributos, menos fiscalização e menos interesse. -----

----- Quanto ao centralismo, à dicotomia entre o centralismo e a autonomia, notemos que desde a fixação das fronteiras nacionais há uma grande estabilidade no número de municípios, e um pouco mais tarde no número de freguesias, foram crescendo mais, o que é particularmente visível a partir da revolução liberal. As freguesias eram já 4.086 em 1836, hoje são apenas mais 173, e os municípios oscilavam pelos 800 até às reformas liberais, ficando com essas reformas perto dos 308 de hoje. -----

----- Estas ocorrem em dois momentos significativos. Em 1836, com Passos Coelho, uma redução de 52% no número de municípios, e em 1878, com Rodrigues Sampaio, nova redução de 30% fixando, na altura, esse número em 290. Há uma forte estabilidade que de qualquer forma esconde uma certa oscilação que volta e meia ocorre, e essa oscilação é sobretudo antes da codificação e da sistematização da estrutura administrativa do País, a morte de municípios por falência de recursos. -----

----- Já quanto à autonomia ela foi quase sempre imperfeita, ou foi praticamente sempre imperfeita. Até à revolução liberal, por exemplo, havia membros de órgãos designados pela Coroa, ou por senhores que homologavam ainda os eleitos, e a Câmara de Lisboa passou muito tempo designada expressamente pelo Rei, sem eleições para nenhum dos seus cargos. Depois da revolução liberal e da primeira

República, as finanças e as actividades de polícia estiveram sujeitas a forte tutela, e entre 1886 e 1896 os municípios ficaram submetidos à superintendência do poder regional. -----

----- Sublinhe-se que só com a reforma de Rodrigues Sampaio, suspensa meia dúzia de anos depois e retomada pela República, os municípios puderam lançar obras sem autorização prévia. -----

----- No Estado Novo, pode, quando muito, falar-se em autonomia administrativa mitigada. O único eleito, o Presidente da Junta de Freguesia, tinha reduzidíssimos poderes e completa ausência de meios. A autonomia do Poder Local é, pois, matéria de Abril. Proíbe-se a tutela que não seja inspectiva, dotam-se as autarquias dos órgãos de governo próprio constituídos democraticamente e com competências adequadas à concretização de atribuições, exclusivas algumas delas, estabelece-se o direito a finanças, património e à sua gestão independente. -----

----- Neste domínio, tem relevo particular a consagração do direito a participar nos recursos públicos, nos termos e em montantes decorrentes da própria lei. Esta devia concretizar o princípio da sua justa distribuição entre os diversos níveis da Administração e em cada nível, definindo o mesmo passo o que ficaria para o Estado em sentido estrito, e para o seu orçamento que deixaria de ser geral. -----

----- Reconhecem-se-lhe outros recursos próprios. A extinção do quadro comum dos funcionários geridos pelo Ministério do Interior, não é coisa de somenos importância neste âmbito. Não durou muito que não revertesse o processo no sentido da asfixia progressiva da autonomia. Os pontos de vista aristocráticos, no sentido platónico, desencadearam um coro de reclamações para que se instituassem formas de tutela de mérito, coro acrescido com os reflexos da crise económica. Os ministérios legislam, do decreto ao despacho, como se a matéria das atribuições e competências das autarquias não fosse reservada à Assembleia da República. Os órgãos desta e os serviços são inseridos em cadeias de comando, ou é-lhes assacada actividade integrada, funcionalmente, em serviços centrais. -----

----- O domínio público local vai sendo expropriado, como o hídrico para abastecimento das populações ou diversas redes urbanas. Estimula-se, e força-se mesmo, a privatização de funções. No debate sobre o carácter reforçado da Lei das Finanças Locais, venceu a prevalência do Orçamento Geral do Estado sobre o Orçamento de Estado, a nova Lei das Finanças Locais traçou o caminho de regresso à autonomia mitigada, reintroduziu a tutela integrativa. O Ministro das Finanças pune por despacho, sem processo nem prévia audiência. O princípio da solidariedade da distribuição vertical e horizontal foi abandonado, e pequenos municípios e freguesias aguardam a falência técnica à míngua de recursos. Regressaram as receitas consignadas e as comparticipações para investimento e promoções de acções variadas. -----

----- Como se escreveu no preâmbulo de um decreto: “é assim dada às autarquias a possibilidade de participarem no cumprimento do programa do governo”. Ai de quem não as aproveitar, digo eu. Este é o estado da arte, em que a autonomia estrebucha, mas definha. -----

----- Quanto ao governo da Cidade e os poderes que com ele conflituam, diremos que o poder municipal é um de entre muitos, e toda a gente o reconhece, presentes na Cidade. Dirige, regula, tutela, negocia sempre, e não raro com poderes bem mais fortes. A capitalidade determina uma presença diversa, física, da soberania e da Administração Central e ainda dos mais desenvolvidos centros do poder económico. --

----- Às organizações sociais, culturais, desportivas e outras, que por toda a parte condicionam os governos das cidades e das vilas, acrescem as suas federações nacionais e outras instâncias de peso diverso. As interdependências próprias do território metropolitano geram inequívocos e pesados impactos no governo da Cidade.

----- As freguesias! Bem, o que não são as freguesias? Instâncias do governo da Cidade. Podem cooperar, mas agem no e pelo seu território e população, por vezes contra o resto da Cidade. Pessoas públicas sob direcção de terceiros, a quem incumbiria não mais do que aplicar as estratégias por esses terceiros definidas. -----

----- Repartições do aparelho municipal. A progressiva redução, em número e importância, das situações em que os cidadãos carecem da intervenção da freguesia para resolver factos referentes à situação pessoal ou familiar, um dos escopos essenciais das suas anteriores atribuições reclama também, com outras circunstâncias, que se redefina a sua esfera de intervenção exclusiva. Só a partir dessa redefinição se poderá concluir se a dimensão importa e até onde importa. -----

----- À partida, a dimensão da freguesia relevará se, por um lado, ela for vista como um município dependente, situação comum nalgumas capitais europeias e que também já no nosso desenvolvimento histórico aconteceu, ou, por outro, as atribuições que lhe forem cometidas envolverem elevada qualificação técnica e interdisciplinar, ou, ainda, a provedoria de bens e serviços exigir economias de escala. De qualquer forma, a dimensão operativa das autarquias não deve anular, em caso algum, o espaço cívico e democrático. -----

----- Por fim, a instituição de um nível intermédio de um governo metropolitano e/ou regional é uma necessidade reconhecida com atraso difícil de justificar. Só com ele se poderão remeter para instância própria os problemas e soluções decorrentes das interdependências territoriais, deslocando também parte dos conflitos com outros poderes. -----

----- A insistência num modelo federativo, vazio de competências e poderes, vai completar proximamente vinte anos de ineficácia comprovada. As recentes transformações que sofreu em nada contribuíram para que a situação se alterasse. Com os problemas e fracturas em torno da questão regional, a autarquia metropolitana é uma possibilidade consistente ao alcance da mão. -----

----- Se perguntar não ofende, ficam portanto as perguntas. -----

----- Eliminar núcleos de Poder Local aprofunda a democracia e a participação cidadã? Os custos da sua existência são incontroláveis? Não há outra forma de obter ganhos de eficiência e eficácia? Afinal, qual é a dimensão óptima e para fazer o quê? Que sentido pode ter a intervenção da soberania na reestruturação administrativa, em momento de crise e de refluxo da autonomia? É viável e conveniente redefinir as freguesias de Lisboa, em número e atribuições, à margem do resto do País? É

recomendável alterar o que existe sem que o edifício administrativo nacional se complete? Será oportuno? -----

----- E, por fim, no tópico dos poderes e instituições, nos seus vários níveis, onde se imbrica o nó górdio da governação da Cidade? -----

----- Obrigado por me terem ouvido. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Obrigado Senhor Dr. João Almeida. -----

----- Dou a palavra agora ao Prof. Doutor Adelino Maltez, Professor Universitário, Jurista, Doutor em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa e Catedrático na Universidade Técnica. O tema será “A Reforma Administrativa de Lisboa, os Perigos do Centralismo”. -----

----- **O Senhor Professor José Adelino Maltez** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia -----

----- Senhor Presidente de Lisboa, era assim que nós precisávamos de ter o nome. -----

----- Caros vizinhos. É uma velha palavra eu apreendi quando vivia nos Olivais, e que me foi ensinada por aqueles putos que tinham sido expulsos da zona da construção da ponte e que extinguiram praticamente a vitalidade do Atlético. Mas tratavam-me assim, e eu percebi que havia uma palavra lisboeta que queria dizer solidariedade, proximidade, participação. -----

----- Depois deste dia magnífico, eu acho que se pode aplicar perfeitamente o que noutras circunstâncias disse o lisboeta Almada: “As frases que hão-se salvar Lisboa já estão todas escritas”. Há aqui uma coisa que falta, e que não temos capacidade, que é força política para poder aplicar o conjunto de carências que em comum detectamos. -

----- E eu, confesso, sou um vencido da vida, um militante de causas perdidas, e permitam-me fazer a comparação maldosa com a regionalização, com a reforma da Lei Eleitoral, processos precedidos por longos estudos, mas que no momento exacto da mudança não tiveram – não é falta de vontade política – adesão comunitária. Não houve, da parte das comunidades, suficiente impulso para dar apoio a políticas e estudos que vislumbravam uma alternativa. -----

----- Eu tinha um discurso, mas já não o vou ler. Prefiro, talvez, fazer dois ou três tópicos fundamentais. Um deles, pode parecer estranho, a coisa mais próxima da descrição de Lisboa que eu conheço é o Tratado de Aristóteles sobre a política, sobre a origem da Polis, quando ele conta como é que nasceu a Polis. A certa altura várias casas juntaram-se e formaram uma aldeia, estavam numa colina, uma aldeia juntou-se a outra aldeia, foram-se federando – estou a ver as sete colinas – mas o Aristóteles explicava que elas só puderam ser federadas pela existência de uma colina muito especial, a colina da alma, a Acrópole. -----

----- Porque nessa colina, vamos chamar-lhe o castelo, havia duas coisas que não existiam em todas as outras, e as vezes parece que nos esquecemos disso. Havia o tempo e havia o palácio da câmara, não é o castelo do chefe, é o sítio onde o povo se reunia. Sem essa alma de uma colina maior que federe, e sem conjugarmos o verbo federar, vamos pedir a uns tecnocratas e a um ministro pombalista que aplique, em

regime de pronto-a-vestir e de iluminação, uma determinada via. Isto tem falhado em Portugal. -----

----- Eu recordo que se a nossa geração, estes “abrilheiros” de 30 anos, de alguma coisa nos podemos orgulhar, é com duas reformazinhas práticas que não estavam no programa do MFA, mas que nós fizemos: as autarquias e as regiões autónomas. Não estava suficientemente destacado. Foi a vontade espontânea das energias comunitárias que impuseram uma alteração estrutural nalgumas tradições centralistas que nós transportamos sem reparar. -----

----- Lisboa o que era? Também estive para trazer para aqui um texto que eu achei que não ia acrescentar nada, do Alexandre Herculano, quando lançou aquele programa “O País deve ser administrado pelo País”. E o Herculano tinha alguma razão de ser invocado, porque às vezes até desconhecemos que foi ele Presidente da Câmara, não de Lisboa mas de Belém/Ajuda. Portanto, havia esta possibilidade de fazermos experimentações, para efeitos do desenvolvimento do pólo industrial de Belém/Ajuda. E nós temos uma tendência para nos fecharmos. -----

----- O que é Lisboa? Lisboa, de que eu sou cidadão, pelo menos nasceram-me cá três filhos, não foi aqui que nasci mas já tenho o direito a ser cidadão de Lisboa, como dizia Augusto de Castro, foi a melhor definição que até hoje encontrei de Lisboa, o velho jornalista Augusto de Castro, “Lisboa é uma Cidade feita por subscrição nacional”. E esta definição da alma de Lisboa, que é as colinas federadas pela Acrópole, gostava que fossem pela Câmara, mas com uma abertura como não há em mais nenhuma cidade, tem um inimigo. Ao contrário do que parece, o maior inimigo de Lisboa são os capitaleiros, é o Estadão. Lisboa não tem voz porque se confunde ser cabeça do império, não tem voz porque não lhe permitem restaurar de uma forma, digo eu à Herculano, radical: as liberdades locais e as proibidas liberdades regionais. Mas só o conseguiremos fazer se retomarmos o verbo federar. -----

----- E aqui é ler o que os sonhos do Herculano, do Henriques Nogueira, de um Teófilo e até de um António Sardinha, que leu estes todos e até teve a definição de freguesia, a “Comuna sem Carta”, e em Lisboa há muitas comunas sem carta que se tivermos humildade, se percebermos que este projecto, que aqui pode ter um consenso, vai falhar porque talvez não estejamos a assumir – isto já foi dito aqui – que o grande segredo de reformarmos administrativamente Lisboa, é reformá-la politicamente. -----

----- Neste momento, Lisboa padece de um vício, desculpem a expressão, vou ser muito rápido. A Câmara de Lisboa é grande demais para as participações infra-municipais, não há cidadania, tomara eu poder viver em Lisboa como um vizinho vive em Nova Iorque, ninguém fecha a rua sem os vizinhos se reunirem, como neste momento um vizinho vive em Paris, não se altera uma obra sem chamar o vizinho para a reunião. -----

----- Este modelo, por mais que as pessoas sejam boas administradoras não funciona, nós temos que dividir Lisboa em coisas mais eficazes que a freguesia, se calhar temos que dividir a Câmara em várias Câmaras, à maneira de Belém/Ajuda ou à maneira do velho concelho dos Olivais, numa forma pré-liberal que era o Senado Municipal de

Lisboa que tinha vários municípios. Se calhar temos que dividir a Câmara em várias Câmaras, mas desde que a Câmara a que chegamos, com outras Câmaras vizinhas, atinja o nível de um governo regional. -----

----- Eu acho inadmissível não termos suficiente força, nós que somos mais que os Açores e que a Madeira, para termos uma voz política equivalente à dos governos regionais, que eu não critico, é uma boa conquista e é uma forma de os povos poderem falar. Sem este dividir para unificar, sem a consciência de percebermos que Lisboa é ao mesmo tempo grande de mais para os pequenos problemas da vizinhança e da participação, e pequena de mais para uma voz nacional que é preciso ter, nós não conseguimos mudar. Para isso, o maior inimigo chama-se Direito Administrativo e Códigos Administrativos. -----

----- Quer dizer, nós ainda estamos ensarilhados entre o Costa Cabral e o Código do Marcelo Caetano que ainda está em vigor nalguns segmentos. E na mentalidade de Direito Administrativo, qualquer tipo que fuja da mentalidade de Direito Administrativo diria o Direito Administrativo é uma invenção do absolutismo, e tratar do Estadão com matérias do Direito Administrativo, só se for para aumentar as avenças dos professores do Direito Administrativo. -----

----- Não é por aí, é recuperando um verbo mais antigo e mais libertador que sempre houve em Portugal, é retomando o espírito de resistência que fez Portugal “A dos Ventres ao Sol no Cerco de Lisboa”, é retomando, talvez, um conceito vizinho. -----

----- E agora permitam-me um certo lirismo: o primeiro tratado de política escrito em português, e que, infelizmente, não tem feito curso nos manuais escolares, de um tal Infante D. Pedro, o “Tratado da Virtuosa Benfeitoria”, que só o conhecemos por causa da República, foi a Biblioteca Pública do Porto que o editou, “A Semente do Sampaio Bruno”, que não era bem visto por alguns, por acaso não foi recentemente homenageado nestas comemorações o Sampaio Bruno, o Infante D. Pedro tem lá uma história muito parecida com esta de Aristóteles. -----

----- Quando ele tentou definir a República, já usava o termo e era bonito, e definia-a como a comunidade do príncipe e da sua terra, tem lá uma expressão que é a mais profunda que eu encontrei até hoje para definir a República: “É um concelho em ponto grande”. A República é vista como um concelho em ponto grande, como uma federação de aldeias em torno da Acrópole, e nós temos que perceber que não há Lisboa sem alma, não estou a dizer que é a Sé de Lisboa, é a Nação, é a Pátria que é a região secular nova, e é a agregação dos vizinhos no regime de assembleia. -----

----- Sem esta visão da República como um concelho em ponto grande, nós não conseguiremos reformar Lisboa. Sem sermos vizinhos, sem percebermos até, permitam-me agora uma ousadia um bocado lírica, que Lisboa é uma comunidade de subscrição aldeã. Um bom lisboeta o que é? Um bom lisboeta é um dúplice, é um tipo que tanto é do Bairro de Alfama como ao fim-de-semana quer a sua santa terrinha, tem saudades da Beira, e até chama ao rio, como diria o Pessoa, o rio que passa na minha aldeia, que é o Tejo, e até gosta de hortas. Quer dizer, o segredo de Lisboa é a Cidade feita por subscrição nacional, está aqui o meu Mestre, e para tantos de nós, o

Gonçalo, que nos ensinou perfeitamente que há aqui também uma subscrição aldeã. Há uma alma nestas reformas todas, e isto não funcionará se não houver alma. -----

----- Segundo, isto não funcionará se não houver atitude de conspiração política. Se o Presidente de Lisboa não federar as cabeças do primeiro banco em Cortes, como no tempo do Febo Moniz, quer dizer as Cortes não reuniam mas havia ali as cidades do primeiro banco, e julgo que estamos a fazer isso, se não houver uma conspiração de Câmaras Municipais que estão, pela primeira vez na história, potencialmente unidas na destruição do Código Administrativo de Marcelo Caetano e de Costa Cabral, na liquidação do Estadão do Marquês, do Fontes Pereira de Melo, do Afonso Costa e do Salazar. Se nós não aproveitarmos aquilo que construímos nestes últimos 30 anos, que foi uma revolução autárquica, uma revolução regional, isto não estava nos programas, às vezes as coisas importantes, não é a história que faz os homens, são os homens que fazem a história, mas sem saberem que história vão fazendo. -----

----- Nós, trinta anos depois, talvez seja conveniente reparar que fizemos história, a nossa geração fez história e chegou a altura de perceber que história foi fazendo. Não estava nos programas, o melhor nunca está nos programas, o melhor está na acção dos homens e não nos pré-conceitos programáticos que os homens fazem. -----

----- Nós temos esta boa herança, e esta boa herança, respeitando as coisas, oh Prof. Mateus eu quase lhe dava uma sugestão, quer dizer essas nove coisas que inventa, se não estragarem as freguesias históricas e se passarem a lojas municipais de cidadãos, quer dizer a máquina das certidões para que a gente vai à Junta, isto pode ser uma loja municipal do cidadão e podemos eliminar todos os gastos administrativos e dar mais participação às pessoas, mantendo as freguesias históricas para aquilo que elas nasceram: política. Amor comunitário, federação, participação simbólica na Assembleia Municipal. -----

----- Eu chamo só a atenção, e com isto acabo, glorioso Passos Manuel, uma das figuras que mais me inspira, quando fez as tais reformas liberais cometeu um erro fatal. Ainda hoje eu guardo a bandeira do meu município extinto. O Herculano reagiu contra isso, estava do outro lado, quer dizer nós não podemos fazer reformas abstractas, isso é a continuação do pombalismo. Não é preciso mexer nas autonomias como castelo para criar nove lojas administrativas municipais com muito mais eficácia. -----

----- Isso é um problema de sapiência e é um problema de distinguir os objectivos: uma coisa é política, outra coisa são gastos, taxas, funcionários. Coitados dos Presidentes de Junta têm que aturar as certidões por causa das uniões de facto. “Quantas testemunhas trás V. Exa.?” Quer dizer, isso não é uma freguesia histórica, não é isso. E talvez inventar mais municípios em Lisboa! Isso sim, mas devagarinho. Hoje qualquer mega-cidade da nossa dimensão por toda a Europa não está no tempo em que se traduziu o Código Administrativo do Costa Cabral nem do Marcelo Caetano, está um bocadinho mais evoluída em participação. -----

----- Lisboa espera uma bela reforma disto, e acho que todos, a partir do que aqui foi lançado, podemos criar um forte grupo de pressão nacional, para não admitir a

manutenção do elemento estático, isto é dos Códigos Administrativos. Já estamos fartos de Códigos Administrativos. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Muito obrigado Senhor Prof. José Adelino Maltez -----

----- Passo a palavra ao Senhor Dr. Pedro Soares, Geógrafo e Docente Universitário, Deputado, membro da Comissão Parlamentar de Ambiente e de Ordenamento do Território e Poder Local. -----

----- A sua intervenção é sob o tema “Lisboa Cidade da Cidadania”. -----

----- **O Senhor Dr. Pedro Soares** -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente -----

----- Queria, em primeiro lugar saudar a iniciativa da Assembleia Municipal, queria também cumprimentar todos os presentes e em especial o Prof. Augusto Mateus e o Prof. João Seixas pelo estudo realizado e aqui apresentado, de grande interesse e de grande reflexão sobre a Cidade, e que nos suscita de facto o aprofundamento do nosso pensamento sobre as reformas administrativas e aquilo que Lisboa precisa para melhorar o seu desempenho e para promover também a sua cidadania. -----

----- E nessa perspectiva eu gostaria de começar por dizer que só entendo as reformas administrativas, apesar de saber que nem sempre assim é, quando elas servem a participação cidadã, a partilha da definição de futuros, a subsidiariedade, a melhor gestão, a eficiência na aplicação dos recursos, como dizia o Prof. Augusto Mateus, não apenas para diminuir funcionários, reduzir custos, apesar de também ser importante a diminuição dos custos e uma maior eficiência, mas isso não deve ser de facto aquilo que deve presidir a uma reforma administrativa. -----

----- Gostaria também de dizer que devíamos afastar, e portanto ter alguma preocupação com qualquer tentação de uma reforma administrativa que sirva outros interesses que não estes que eu acabei de enunciar, que parecem centrais do meu ponto de vista, mas antes reformas administrativas, e agora aquilo que mais me vem à cabeça é a ideia o processo de Gerry Mandring, que foi um processo no Reino Unido que promoveu uma reforma dos círculos eleitorais para obter maior concentração de poder. Acho que isso também tem que estar afastado dos objectivos, mesmo que não manifestados, de qualquer reforma administrativa e em particular, neste caso, de Lisboa. -----

----- Portanto não gostaria de uma reforma administrativa, apesar de eu achar que deve haver uma reforma administrativa, com bons objectivos que têm vindo a ser enunciados, mas que acabasse por obter menos diversidade, menos participação, menos democracia, menos cidadania. Isso é possível e por isso é muito importante este debate público que a Assembleia está a promover. -----

----- E nesse sentido, eu gostaria de pedir a vossa atenção para a necessidade de nós termos um olhar mais envolvente sobre o contexto, a montante e a jusante, de eventuais mudanças ao nível das freguesias. Aliás, o estudo que foi aqui apresentado refere frequentemente esta matéria. E quanto a isso não tenho muito a acrescentar sobre a contextualização realizada pelo estudo. -----

----- Suscita as coisas certas, eu tive oportunidade de ler o relatório executivo e tentarei ler todos os estudos, e cumpre um objectivo que certamente é aquele que foi designado, que é o de começar mudanças nesta Cidade/Região a partir precisamente das freguesias. Mas se o processo de descentralização, como aqui tem sido referido, é múltiplo, porquê começar pelas freguesias de Lisboa? É que nós temos um processo de descentralização múltiplo que tem que observar também a descentralização da Administração Central para a Administração Regional, no caso concreto de Lisboa, e não só, para o governo metropolitano, para as autarquias, dentro das autarquias do Município para as freguesias, de todas estas entidades para a democracia participativa, no sentido de promover mais fluxos de intervenção, mais consciência cidadã, novos mecanismos de participação. -----

----- Portanto, o processo de descentralização ficaria pouco definido se fizéssemos um *zoom* apenas sobre as freguesias. E na realidade nós não conhecemos todas as propostas em torno deste processo múltiplo de descentralização. -----

----- Bem, começamos logo por ter de referir a instabilidade global internacional, europeia, com a qual nós temos que aprender a viver, mas se nos reportarmos mais ao âmbito nacional, é preciso dizer que, por exemplo, nós não temos neste momento definido, nem sequer existe um consenso maioritário sobre o modelo de descentralização para as regiões. E não podemos deixar de pensar que esse facto tem impacto em todos os processos de descentralização subsequentes. É grave este quadro de indefinição relativamente ao modelo de regionalização, de descentralização da Administração Central para as outras escalas. -----

----- Aliás, apesar de nós sabermos que estamos em período de revisão constitucional, de acordo com os actuais comandos constitucionais nem sequer sabemos se é possível concretizar esse processo de descentralização para as regiões. E aquilo que neste momento tem vindo a ser executado pela Administração Central, pelo Governo actual, tive ontem a oportunidade de ouvir o Presidente da Associação Nacional de Municípios dizer que sobre este processo de descentralização temos que ter cuidado e temos que ter alguma contenção neste momento, porque o que se tem vindo a assistir é de facto, a descentralização de algumas competências para os Municípios, mas aquilo que é fundamental, que é a mochila financeira para que ela possa ser executada, está em atraso. -----

----- O Presidente da Associação de Municípios referiu-nos um caso muito concreto que é dramático, que é a falta de transferência de 76 milhões de euros só para a área da educação que afecta coisas tão elementares como o fornecimento de refeições no ensino básico ou na rede pré-escolar. Portanto o problema do modelo de descentralização para as autarquias em geral, sejam elas regionais ou locais, tem de facto peso, tem um papel determinante em toda a nossa reflexão, em todo o nosso pensamento sobre o problema da descentralização. -----

----- Permanece, como aliás o Dr. João Almeida aqui referiu, a grande dificuldade sobre o governo metropolitano, nos exactos termos colocados também na intervenção final pelo Prof. Augusto Mateus, e este é particularmente sensível para Lisboa. Portanto, temos um quadro de grande indefinição, não só em termos de

descentralização para as regiões da constituição da descentralização regional, mas também das áreas metropolitanas, para o governo metropolitano. -----

----- Mas temos um outro, que foi agora aqui abordado pelo Prof. José Adelino Maltês, que me parece que é crucial, e que é o da própria indefinição relativamente à Lei Eleitoral Autárquica. O Governo anunciou que até ao final do ano apresentará uma proposta de revisão da Lei Eleitoral Autárquica, que parece, não conhecemos, não existe ainda qualquer proposta nesse sentido concreto, o que conhecemos é de legislaturas anteriores, mas tudo indica, tem sido essa a ideia manifestada por responsáveis governamentais, que esta revisão introduzirá uma mudança fundamental, sobretudo na composição das Câmaras Municipais, passando a adoptar aquele modelo conhecido pelos executivos monocores. E esta matéria é de extrema sensibilidade. --

----- Com executivos monocores as Assembleias Municipais adquirem ainda maior relevância, maior centralidade política no Município. Adquirem de facto um papel absolutamente central, possivelmente em termos da definição do Executivo mas também da sua fiscalização. -----

----- No entanto, é preciso dizer que a composição da Assembleia Municipal, como é sabido, depende das freguesias, não só pela via da inerência dos Presidentes de Junta como membros das Assembleias Municipais, mas também pela própria composição e equilíbrio de forças dentro das Assembleias a partir do número de freguesias, que é esse o critério que define o número, a composição das Assembleias Municipais. -----

----- Portanto o problema simples, entre aspas, da definição, da reconfiguração das freguesias tem um impacto político muito forte na composição das Assembleias Municipais, tem um impacto muito político na representatividade dos órgãos municipais, e certamente que, como eu dizia logo do início, não pretendemos que uma reforma administrativa que até começa pelas freguesias, e existe algum consenso, parece-me a mim, social e político sobre a necessidade de repensar a divisão das freguesias, mas não queremos que essa reforma possa vir a redundar numa Assembleia Municipal, o principal órgão representativo do Município, mais fechado, menos representativo, mais polarizado, com menos capacidade de debate político, com menos identificação de sectores importantes dos cidadãos, dos munícipes, dos fregueses nesse próprio órgão, que é absolutamente central, e cada vez mais, com a previsível reforma da Lei Eleitoral, para a política e para a definição do futuro dos municípios. -----

----- E, portanto, decidir sobre as freguesias sem se conhecer todo o enquadramento político e administrativo que está a germinar, eu lamento mas acho que poderá ser pouco avisado. Muito bem, vamos fazer a reforma da divisão administrativa das freguesias, e a região? O que é que se vai passar com a região? E o governo metropolitano, o que é que se vai passar com o Governo Metropolitano? Que competências, que funções, que equilíbrios políticos, que representatividade? E as Câmaras? Como aqui foi já dito, por que é que nós temos este paradigma que em Lisboa tem que haver só uma Câmara? Não poderá haver mais câmaras? Podemos equacionar essa possibilidade. Já se pensou nisso? -----

----- Muito bem, acho que se devia enquadrar o debate das freguesias nesta reflexão global. Região, o governo metropolitano, câmaras e as freguesias também. E então com a definição deste quadro de descentralização, nós temos todas as condições para proceder a uma reforma administrativa que potencie de facto a descentralização, que dinamize a participação cidadã, a representatividade, a diversidade, a pluralidade política, que eu acho que são absolutamente fundamentais na cidadania em Lisboa. ---

----- Eu acho mesmo que, se assim não for, o objectivo que está definido no estudo, e muito bem, sobre uma melhor relação social e política dos órgãos da gestão autárquica com a realidade do território, no mínimo poderão ser discutíveis e poderão mesmo estar em causa. Acho que esta talvez seja uma das debilidades deste processo. -

----- Portanto, eu, manifestando meramente a minha opinião pessoal, acho que devemos ter toda a preocupação e toda a atenção sobre esta questão. Porque, de facto, as freguesias são uma originalidade portuguesa reconhecida internacionalmente como muito interessante. Têm diversas vantagens, não as vou aqui nomear porque todos nós as conhecemos, muitos são autarcas de freguesia e do município e portanto conhecem-nas perfeitamente, mas quando se coloca como adquirido que esta coisa de freguesias com umas centenas de habitantes, ou de residentes, ou de eleitores, e outras como muito mais importantes, portanto uma desigualdade na geografia das freguesias em Lisboa, o que me suscita é que poderá ser uma desvantagem ou não. -----

----- É que esta originalidade das freguesias tem como subjacente de facto a proximidade, um órgão de poder local à dimensão do cidadão, do bairro, da rua, como dizia o Mega Ferreira, e portanto, temos freguesias com uma dimensão relativamente limitada, e eu não vou estar aqui a definir nenhum critério, certamente que haverá condições para o fazer com base em estudos, mas parece-me que não tem que ser uma desvantagem, pelo contrário. -----

----- Se temos freguesias com 300 eleitores, o grande objectivo que nós temos que ter é combater a desertificação dessas freguesias, é procurar criar dinâmica demográfica e económica nessas freguesias. Esse é que tem que ser o nosso grande objectivo. -----

----- Sobre a configuração das freguesias vamos ponderar no quadro geral do processo de descentralização, porque o que me parece é que é absolutamente fundamental preservar a identidade histórica, cultural, territorial, de proximidade das freguesias. ---

----- Estou de acordo, como aliás é proposto no estudo, que se criem formas de agregação de freguesias, no sentido de lhes conferir escalas, de lhes conferir dimensão de modo a que haja um processo intermédio de descentralização, de atribuição de competências às freguesias um pouco naquela linha da opção “A”, que é apresentada pelo estudo do Prof. Mateus e do Prof. João Seixas. -----

----- Julgo inclusivamente, é uma mera opinião, que essa poderia ser a fase intermédia da reorganização administrativa no Município de Lisboa, e julgo também que nesta matéria da descentralização o Município de Lisboa poderia e deveria ter, para além daquele que está a ter, e muito bem, nas freguesias, um papel mais interveniente no sentido de promover, de debater, de apresentar propostas em sede legislativa relativamente aos outros processos de descentralização. Eu acho que proceder a uma reforma administrativa nas freguesias de Lisboa, enquadrados num processo mais

geral de descentralização administrativa do nosso País, só poderia ser vantajoso para Lisboa e para as freguesias de Lisboa. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Muito obrigado Senhor Dr. Pedro Soares -----

----- Passo a palavra ao Sr. Arqt.º Jorge Miranda, que tem um vasto currículo de intervenções arquitectónicas, que falara sobre: “O edificado devoluto”. -----

----- **O Senhor Arqt.º Jorge Miranda** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Senhor Presidente da Câmara -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores -----

----- Quero agradecer ao Grupo Municipal do PPM a oportunidade de trazer aqui a debate o assunto dos devolutos, que é de facto um assunto central actualmente em Lisboa, e penso que a reforma administrativa em curso deverá procurar integrar e antecipar um objectivo que me parece central que é o do aumento da população residente na Cidade de Lisboa. -----

----- De facto, Lisboa tem perdido muita população residente nos últimos anos, e o modelo torna-se insustentável quando não há pura e simplesmente população para viabilizar todos os projectos e ideais para a Cidade. -----

----- Neste momento a reforma é feita num contexto muito desfavorável, do ponto de vista económico. De facto, o País acumulou, nas últimas décadas, um défice muito desfavorável, estamos aqui num espaço de cultura é importante fazer este pequeno parêntesis, a dívida pública, em juros, é qualquer coisa como 5.500 milhões de euros por ano. São cerca de 25 vezes o orçamento do Ministério da Cultura, e isto como uma amarra permanente sem abater a dívida. -----

----- Quer isto dizer, portanto, que todos os investimentos têm que ser feitos com um rigor extremo, porque a situação é de facto muitíssimo delicada. Ainda por cima, nessa conjuntura económica desfavorável, com o previsível aumento do desemprego e uma conflitualidade social latente que obviamente se adivinha. -----

----- Portanto, há que agir no sentido de inverter este sentido que a realidade tem vindo a tomar. Só Lisboa, como é referido e sabido, tem tido um fluxo de residentes negativo acentuado, de acordo com os dados do INE de 2008, terá cerca de 555.000 residentes e no parque construído e planeado terá capacidade para cerca de um milhão de residentes. -----

----- O aumento da população é de facto um factor essencial de sustentabilidade, não só em Lisboa como à escala de todo o território. Temos um território muito disperso, com baixíssima densidade, onde se torna muitíssimo mais dispendioso organizar a vida em sociedade. -----

----- Portanto, penso que terá de ser feito um grande esforço no sentido de concentração, de optimização de recursos, que como sabemos são escassos, e sobretudo nesta conjuntura actual muito desfavoráveis. O aumento de residentes na Cidade de Lisboa far-se-á provavelmente por migração ao nível da Área

Metropolitana, portanto os restantes municípios, e continuamente no plano nacional e internacional porque, enfim, a Lisboa afluem de facto cidadãos de todo o País. -----

----- O aumento desta população trará óbvias vantagens ao nível do fluxo de entradas e saídas diárias da Cidade, porque traremos para Lisboa muita população que cá trabalha, e que não reside por manifesta incapacidade de acompanhar os preços e oferta de residência dentro da Cidade e, portanto, encarando o parque construído como bem colectivo. Isto é, a questão da propriedade, obviamente é mais que consensual, mas a propriedade fundiária não pode ser usada em mecanismos de especulação contra a comunidade, sob pena de toda a comunidade sair prejudicada nesse processo. -----

----- Por outro lado, Lisboa tem uma série de serviços, equipamentos, infra-estruturas, etc., que permitem e comportam um aumento significativo da população residente. A questão da actividade, penso que virá em relação, ou relacionada com esta, mas é de facto no eixo da população residente que é necessário fazer um esforço mais concentrado e de maior emergência. -----

----- Lisboa apresenta actualmente uma densidade média de cerca de 5.800 habitantes por km², sabemos, por exemplo, que em bairros centrais de Madrid atingem-se cerca de 30.000 habitantes por km², e penso que o excesso de população em Lisboa não é encarado por ninguém como um problema. Pelo contrário, é a desertificação, é a falta de massa crítica, é a falta de residentes que acarreta uma quantidade de problemas daí decorrentes. -----

----- Neste contexto, do aumento da população residente a questão do parque devoluto assume um significado muito especial, e é de facto absurdo, por que se é necessário trazer mais pessoas para Lisboa como é que há tantos devolutos? Isto para além das questões que levanta, do ponto de vista económico, uma péssima gestão daquilo que existe e que é para reabilitar, visto que traz grandes prejuízos para toda a população, não só de Lisboa como da própria Área Metropolitana que aqui se desloca diariamente. -----

----- O conceito de devoluto é um conceito que foi definido pelo Decreto-Lei de 2006 e que, segundo tenho sabido, torna-se muito difícil de pôr em prática. Portanto, não podemos ficar novamente em mais uma situação daquelas em que a legislação depois não tem aplicação e portanto não se faz nada, é difícil, fica assim. -----

----- A legislação tem aqui alguma permeabilidade, porque o que se define é como desocupar, é o facto de não existirem contratos em vigor com as empresas de telecomunicações, de água, de gás, de electricidade, etc., e a própria legislação já fixa algumas excepções, nomeadamente durante as obras de reabilitação o fogo não é considerado devoluto, e até um ano após a licença de utilização ou conclusão da obra, o que fará mais sentido é considerar o acto formal da licença de utilização, até 3 anos para revenda de entidades que beneficiam de isenção de IMT, de fundos de investimento, imobiliárias, etc., quando é residência de emigrantes, quando é residência de cidadãos ao serviço do Estado ou de organizações internacionais. -----

----- Portanto há já uma série de excepções, a legislação não é cega de facto. A verdade é que tem sido muito difícil torná-la operativa, portanto urge fazer um esforço

no sentido de avaliar quais foram os resultados do Decreto-Lei de 2006 e o que é necessário corrigir e especificar para que esta intenção que presidiu ao conceito e ao combate do devoluto se torne efectivo. -----

----- A penalidade fiscal que neste momento está consagrada é a da taxa do IMI em dobro, que nos parece uma penalidade muito branda, nomeadamente porque há situações muito díspares de devolutos. Aqueles que estão para demolição ou obras profundas, entaipados, emparedados, etc., são obviamente um grupo claramente distinto do grupo vago ou simplesmente desabitado e, portanto, aqui também haverá que especificar e considerar diferente o que é diferente, porque há de facto situações muito diversificadas ao longo da Cidade. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, no seu *site*, tem uma listagem do parque devoluto em que se define um total de cerca de 4.700 prédios/fracções, penso que estamos na esmagadora maioria dos casos a falar de prédios, portanto cada prédio destes comporta diversas fracções, e 4.700 temos a sensação de ser um valor claramente por defeito. Tive o cuidado de fazer aqui uma análise dentro destes 4.700, o que seriam propriedades municipais e o que são propriedade privada, e há ainda uma distinção entre totalmente devolutos e parcialmente devolutos. -----

----- Bom, isto está tudo apresentado de uma forma ainda muito embrionária, mas obviamente é necessário um trabalho de análise rigorosa destas situações. Divididos por freguesias, são 93 páginas com cerca de 50 prédios por cada uma, e o que transparece desde logo numa primeira abordagem, é que é de facto um número muito significativo. Destes 4.700 que aqui estão identificados, e que penso que a todos parece uma estimativa por baixo, totalmente municipais ou propriedade do Estado e afins ou da EPUL são cerca de 10%, não chegarão a 10%, serão cerca de 400. -----

----- Isto visto assim como se fosse uma lista telefónica não parece nada, não parece muito nem pouco, mas de facto cada situação destas é uma situação incomportável, inaceitável para todos, penso que ninguém consegue compreender uma coisa destas. A verdade é que pelo facto de existir aqui uma percentagem significativa de devolutos de propriedade municipal, está criada uma oportunidade para fazer o arranque do processo e viabilizar também a reabilitação dos devolutos que não são municipais, portanto os devolutos privados. -----

----- Dentro dos devolutos há várias situações, há aqueles que estão entaipados para obras e para demolição e essas são líquidas, é avançar. Provavelmente, se os incentivos não são suficientes, as penalidades terão que ser dissuasoras, novamente com os mesmos instrumentos, a taxa de IMI, e portanto, o facto de existir aqui uma parte significativa de propriedade municipal permitirá provavelmente a viabilização de todo este processo. -----

----- Ora bem, relativamente à promoção pública, são situações muito diversificadas, de micro-escala, estamos a falar de prédios em que haverá necessidade de fazer um trabalho exaustíssimo de levantamento arquitectónico, construtivo das reais condições desse parque edificado, um programa que é uma fase ainda relativamente complexa do processo porque estamos a falar de situações muito díspares, e portanto exige uma atenção especial no programa. Os projectos de execução, a adjudicação e fiscalização

de obras, colocação em bolsa de espaço, isto é, numa bolsa de espaço que permita, em arrendamento temporário, viabilizar, em paralelo, as intervenções privadas. -----

----- A maior parte dos devolutos privados, ou parcialmente devolutos, tem inquilinos actualmente, e portanto tem que os desalojar durante a fase da obra. Aqui a bolsa de espaço público pode desempenhar um papel fundamental para tornar viável este processo. E depois insistir, obviamente, no arrendamento porque o mercado está completamente desequilibrado a favor da compra. -----

----- Portanto se queremos inverter esta tendência, e é de todo desejável que assim seja, terá que ser o poder público a dar o exemplo e com capacidade para o fazer procurando inverter a tendência, portanto manter todo este património em solução de arrendamento. -----

----- Para este trabalho, que é de facto um trabalho da máxima urgência, a Câmara, a EPUL, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, as Sociedades de Reabilitação Urbana obviamente dispõem de um quadro técnico mais que suficiente para fazer este processo, e existe também neste momento uma quantidade enormíssima de jovens arquitectos sem qualquer trabalho, e que poderiam ser chamados ao trabalho de campo, que é um trabalho vasto e para executar num prazo bastante curto. -----

----- A promoção privada será a parte significativa deste processo, estamos a falar de cerca de 90%, *grosso modo*, do número, e portanto destes custos de construção de habitação temos a ver, do ponto de vista conjuntural a questão da crise do sector, uma forte concorrência, são escalas mínimas, uma mão-de-obra e logística locais abundantes, questões que são francamente favoráveis, a questão dos impostos no IRS e no IRC não tenhamos ilusões, o Estado central está numa situação em que não pode prescindir destas receitas. -----

----- Terá que ser a Câmara novamente, através do IMI e do IMT, a fazer esse esforço. A questão das taxas municipais e das concessionárias onde também haverá, porque isto em primeiro lugar beneficiará o Município de Lisboa, e a questão do valor do imóvel que assim depende da concorrência da oferta e novamente desta questão do valor do IMI que é decisiva no incentivo e na penalização do comportamento dos agentes em relação aos devolutos. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Muito obrigado Senhor Arquitecto -----

----- Passo agora a palavra ao Senhor Professor Gonçalo Ribeiro Teles, que não necessita de apresentações: Arquitecto Paisagista, foi Ministro de Estado e da Qualidade de Vida, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, um grande investigador e estudioso da Cidade de Lisboa, que nos falará sobre: “As Freguesias e a sua História, a origem e significado Histórico-Cultural das Freguesias de Lisboa”. -----

----- **O Senhor Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, Professor Universitário** -----

----- Bem, para ser rápido, como desejam e eu também gosto, queria dizer que freguesia, vou tratar aqui do problema de freguesia como sociedade humana no quadro do território, do ambiente e da paisagem, portanto como história. -----

----- Daí começo por me referir rapidamente a dois mundos, que vou explicitar com duas imagens que não posso mostrar, nem vale a pena porque ficariam aqui muito mal por causa da escala. -----

----- Primeiro, pego num livro de horas, que é um calendário medieval, que tem uma folha para cada mês, cada mês do ano é representado por uma actividade própria desse mês, e verifica-se uma coisa interessante. É que em todas essas folhas do calendário a imagem que se mostra é sempre de uma cidade, excepto a última que é o recreio, é o Natal, é apenas uma festa, por acaso uma caçada, ou noutros casos uma festa, mas nos outros meses todos aparece uma cidade metida nas suas muralhas. Para cada mês do ano, à volta da cidade há uma actividade campestre, uma actividade rural e a cidade está com as portas abertas para essa cidade. -----

----- Há portanto aqui uma realidade que vem de longe, a cidade e o campo que está fora é uma unidade de planeamento e o resto são cantigas. Não há planeamento cidade/cidade, como não há planeamento ruralidade/ruralidade. Ao mesmo tempo, se formos à Catedral de Sienna – não sei se agora esses frescos ainda lá estão porque parece que estão a arranjar – há dois frescos célebres em que de um lado está a mesma cidade medieval com as portas abertas e por essas portas saem e entram pessoas, saem e entram carroças, etc., etc. Do outro lado da entrada, do lado direito, está a mesma cidade com as portas fechadas e não há movimento nenhum, lá fora está tudo parado. -

----- O que é que está por baixo da primeira cidade, a frisar o que é a cidade? Está o bom governo. O que está por baixo da segunda cidade com as portas fechadas para fora? Está o mau governo. Portanto, nós estamos perante dois mundos. Para a freguesia, sociedade humana que tem que ser vista no quadro do território, no quadro do ambiente, no quadro da paisagem, como expressão de toda a vida humana. Estes dois mundos levam a que Lisboa fosse sempre considerada, historicamente, um termo vulgar e corrente que foi “Lisboa e o seu Termo”. -----

----- Pode-se discutir muito o que é o Termo de Lisboa, mas não há Lisboa sem o seu Termo e o Arrabalde. Portanto, retirar Lisboa ao Termo e ao Arrabalde, ficou, parecidos, esta Lisboa que hoje temos. E ao mesmo tempo tirar Lisboa ao Termo e ao Arrabalde também é a história que hoje temos. Estamos a multiplicar Lisboa sem Termo por todo o território. -----

----- Ora muito bem, quer dizer portanto que, se agora formos rapidamente a um pouco de história, as freguesias de Lisboa estão todas até muito relacionadas com a independência nacional. Basta irmos até D. João I, para a revolta do povo de Lisboa. Quem é que se revoltou? Foram as comunidades locais, com as suas confrarias, com as suas irmandades e com os seus ofícios próprios de cada bandeira, foi esse mundo urbano que se revoltou. -----

----- Portanto, aqui começou a freguesia, porque passaram imediatamente a ter representação no Senado da Câmara. Mas não vou por aí fora senão nunca mais acabava. Havia bandeiras que abrangiam diversos ofícios relacionados entre si, nobilitava-se muito mais que hoje todo esse sistema, era dizer que a partir de certa altura, não vou agora explicar também, havia as donas mercearias que eram as

mulheres e as filhas dos homens do povo, destes merceeiros todos que formavam as comunidades da freguesia, que tinham essa qualidade. -----

----- E vamos por aqui fora, evidentemente que a certa altura em que começa a confluir-se a relação das portas abertas, a transformar-se num mundo um bocado anárquico, o Senado de Lisboa tinha lá os seus representantes do povo, destes ofícios, destas bandeiras e depois havia os problemas, começou a aparecer o problema das periferias que também tinham voz activa no Senado de Lisboa. -----

----- Está claro que nessa altura apareceu a situação dos moleiros. Os moleiros não puderam entrar porque tinham má fama, porque roubavam na farinha. Isso era um bocado caricato, isto está tudo escrito, não é uma invenção minha, vem na história, na “Casa dos 24 de Lisboa”, de Franz-Paul Langhans, mas dá uma ideia do que é hoje Lisboa, da actualidade, onde é que acaba e começa hoje Lisboa em termos reais, de como é que se expandiu, onde é que nós somos capazes de traçar uma linha real, administrativa, aqui é Lisboa e aqui já não é Lisboa, que funcione em termos, de facto, de autenticidade. É muito difícil, mas isto não é só um caso nosso, é muito um caso nosso mas é evidentemente um problema actual. -----

----- Portanto, aquilo que era Lisboa e o seu Termo tem que ser hoje Lisboa, tem que ser Lisboa, e hoje grande parte da crise depende do facto de uma separação no planeamento completamente artificial. Não se pode cortar, por exemplo, fala-se muito em corredores ecológicos na área da periferia de Lisboa, na Área Metropolitana, mas hoje esses corredores ecológicos têm uns problemas que ainda não atingem o problema total da Cidade porque temos de transformar esses corredores ecológicos em corredores de sustentabilidade, porque não se pode estar a pensar existir uma Cidade com um milhão de habitantes ou existir um aglomerado urbano, que é Lisboa, com dois milhões e meio de habitantes e não pensar no que é essencial a essa comunidade que se juntou, que se aglomerou. -----

----- Coisas indispensáveis, fundamentais, como o leite que não pode estar sujeito a crises, a distâncias que onerem um produto fundamental, mas quem diz o leite, eu disse o leite por causa das crianças como é evidente, mas também são fundamentais as proteínas, a carne, ou então estamos sempre a comer caldo de carne “embalsamado” ou coisa parecida, não é? Portanto, também queremos carne fresca, leite fresco, essa coisa toda. -----

----- Portanto, isto quer dizer que toda a política actual de planeamento e de organização das freguesias tem que pensar novamente na relação cidade/campo. O abastecimento alimentar da cidade do futuro, do aglomerado urbano do futuro exige-o, porque não vamos evidentemente ter um mundo que seja uma continuidade de sistemas urbanos, não é possível. Portanto, temos que arranjar todo este problema de sustentabilidade, temos de ter corredores ecológicos e corredores de sustentabilidade para a Cidade, de onde venha a carne, o leite, os frescos, aquilo que é essencial à vida de uma comunidade, que evidentemente não pode estar condicionada a uma distância, nem sequer a um preço determinado, a uma concorrência por acaso de uma entidade qualquer, que quer prejudicar toda uma vida e diz “eu agora faço mais barato” e portanto não é preciso fazerem aí porque eu faço. -----

----- É o problema actual das superfícies verdes a revestirem os betões dos estacionamentos, que são considerados verdes porque têm uma palmazinha de terra e um relvadozinho por cima. Não é nada disso, a Cidade não precisa disso para nada, é negativo, isso é uma maneira de esconder as reais necessidades. Temos de ligar a Cidade a corredores de sustentabilidade. -----

----- Por que é que isto tem que ver com as freguesias? É porque esses corredores de sustentabilidade têm que estar integrados ou devem dizer respeito, porque têm de ser trabalhados. Não pode ser como nós fazemos, julgando que podemos fazer, matar todas as aldeias, tirar-lhes as escolas, tirar-lhes a comunicação, deixar só lá os velhotes para dizer que aquilo já não é preciso para o futuro, e dizer “agora tudo o resto é feito ou por importações, mandamos parafusos e trocamos por couves ou inclusivamente faz-se mais barato com estufas e isso tudo”. -----

----- Mas está claro que nos falta depois a relação da coesão. É em todo esse sistema, que hoje é fundamental, que o mundo rural continua a ser a coesão possível entre o espaço e a situação urbana. Sem o mundo rural envolvente, dignificado com categoria, com funções definidas e relacionadas intimamente com o mundo urbano próximo e directamente interligado, não há possibilidade de futuro. -----

----- E isto faz-me lembrar o que hoje se passa. O que é que fizemos à campina de Loures, indispensável para a sustentabilidade de Lisboa? Está completamente abandonada. As melhores terras da campina foram construídas para edifícios que estão desabitados. O que é que estamos a fazer com as plataformas logísticas em plenas lezírias do Vale do Cávado, por exemplo? O que é que estamos a fazer, aqui na zona de Lisboa, indispensável às áreas das hortas mais produtivas por unidade de superfície da Europa, como são as hortas de seis ou sete quilómetros de comprido que vão entre a duna da praia da Caparica e a arriba, que foram expropriadas para fazer um Polis ridículo de blocos com relvadozinhos entre os blocos a que se chama, frente à Praia da Caparica, reparem nisto, habitação social. Isto, evidentemente, é o primeiro problema que temos como é que umas freguesias com pés cabeça e membros podem funcionar num sistema de planeamento deste género, ou de eficácia de planeamento deste género. -----

----- Portanto, eu julgo que o problema actual do Termo de Lisboa, que é fundamentalmente reflectido, como aqui já me parece que se está a reflectir como termo, a necessidade de Lisboa alargar, de facto, a sua influência, porque evidentemente é Lisboa, não vamos agora julgar Lisboa como qualquer elemento geograficamente melhor colocado mas que não é Lisboa, neste território. Portanto, é a Região de Lisboa, e Região de Lisboa tem que ter freguesias de cariz urbano e freguesias de cariz rural, porque as freguesias de cariz rural para permitirem o abastecimento alimentar a tempo e horas e em condições económicas à população urbana, têm que estar também a ser freguesias e têm que ter uma expressão de território e de organização diferente, ou antes adaptada à situação em que funcionam. -

----- Portanto, se não encarmos o problema para o futuro, como ideia de futuro de que a Cidade vive de corredores de sustentabilidade, de corredores de recreio, de corredores ecológicos, portanto de ambiente, de tudo isto, é preciso criar as

populações adaptadas, ou antes que são criativas nestes diferentes aspectos. E isso tem que se traduzir, evidentemente, na organização das freguesias. -----

----- Muito obrigado -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Vamos abrir o debate, tenho aqui duas questões. A primeira penso que será para a equipa do Prof. Augusto Mateus e do Prof. João Seixas, e vem de uma pessoa que trabalha na Autoridade Metropolitana dos Transportes de Lisboa, Carlos Gaivoto. -----

----- A questão é: “A função planeamento urbano deve estar dentro do Município? Cinco distritos urbanos para governar Lisboa, e o transporte público como instrumento do urbanismo”. -----

----- **O Senhor Professor Universitário Augusto Mateus** -----

----- A resposta que podemos dar é rápida. Eu creio que ficou claro que o que está aqui em cima da mesa é uma reforma política com um conteúdo administrativo, e que se faz segundo uma metodologia de quem gosta de comprar telefones ou outras coisas com ecrã táctil. Isto é, também acho que houve várias intervenções e esta corresponde a isso, é para fazer assim e fazer assim com os dedos. Isto é, é para ter soluções à escala do dia-a-dia, seja o do Mega Ferreira, seja de outro qualquer, e é para fazer coisas a uma escala muito para além daquilo que é a dimensão do concelho de Lisboa. Portanto, aquilo que está aqui é obviamente uma ideia em que isto se faz um pouco de baixo para cima e não de cima para baixo. -----

----- No que diz respeito às questões que são colocadas, obviamente a dimensão mobilidade é a dimensão que tem que ser gerida a uma escala muito maior. Nós não temos soluções de mobilidade a uma escala concelhia, temos soluções de mobilidade a uma escala muito mais global. -----

----- Por outro lado, obviamente é preocupação que existe aqui de encontrar, não só como foi explicado uma boa solução do ponto de vista da loja do cidadão, mas, muito mais vasto do que isso, requer, obviamente, que se pense, porque é político e administrativo, aquilo que as freguesias têm para dar do ponto de vista da história da Cidade, daquilo que a Cidade tem construído do ponto de vista de soluções para que a Cidade seja mais atractiva, tenha outra dimensão, seja mais forte globalmente, e muito mais gerível, de um ponto de vista, que penso que ficou claro nas várias intervenções, e que é um certo consenso sobre a necessidade de mudar, e um primado do político num sentido democrático, de cidadania, nesse esforço de mudança, que eu penso que são contribuições que foram dadas e que resolvem essa pergunta. -----

----- Eu só talvez sentisse a necessidade de explicar que não é tecnocrático o esforço, nem a mim me assusta minimamente a dimensão tecnocrática, mobilizar o conhecimento técnico e científico para resolver problemas humanos parece-me uma coisa interessante. Agora, quando se propõem unidades como nós propusemos, digamos que têm a função, que acho que foi bem lida, da potencialidade de lojas de cidadão modernas, nós estamos a acentuar uma coisa bem mais importante para além disso, que é a valorização dos territórios onde eu tenho capacidade para integrar políticas. -----

----- Portanto, isso não creio que tenha passado tão bem na nossa exposição, e a pergunta que nos estão a fazer tem que ver com isso. É a federação, para usar a expressão que aqui foi usada, o que podemos federar de colinas ou de planos, de territórios a que chamamos freguesias com outros territórios, cada um com as suas nomenclaturas, o que fizermos do ponto de vista de federação tem que ser feito segundo um primado sem o qual não temos reforma política com sentido administrativo, que é a capacidade de integrar políticas num território que tem uma alma precisa. -----

----- Digamos, é fácil perceber que eu não posso em Chelas, na Junqueira, ou no Lumiar, ter a mesma lógica de levar à prática políticas bem intencionadas, as tais do fresco que o Prof. Ribeiro Telles nos falava. Portanto, a dimensão da reforma política que estamos a propor tem muito que ver com desafiar Lisboa, para poder resolver de forma diferente com diferentes maestros, com diferentes instrumentistas, com diferentes públicos os seus problemas que podem ser parecidos do ponto de vista genérico, mas são completamente diferentes do ponto de vista específico daquilo que é uma solução. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Muito obrigado Prof. Augusto Mateus. Há uma outra questão que eu penso que será para vós também. -----

----- O Arqt.º Francisco Silva Dias intitula-se um octogenário de Lisboa e põe questões sobre freguesias, o que foram e o que são hoje. Eu chamo a atenção para um ficheiro que existe na Internet, no nosso sítio, e que tem a caracterização das freguesias feita por esta equipa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Silva Dias (PCP)** -----

----- Eu nasci nos Restauradores, na Freguesia dos Restauradores, freguesia que pouco tempo depois, por minguagem de fregueses, desapareceu. No meu Bilhete de Identidade passou a constar que tinha nascido na Freguesia de Santa Justa, onde vivi. Fiz parte da púrria da Madalena, que é quase certo que vai acabar também agora por falência de habitantes. Vivi durante muitos anos na Freguesia dos Anjos, que tudo indica que vai acabar ou vai ser absorvida aqui por maleita da população residente. Hoje vivo numa freguesia que só tem velhos, “aqui só há avós” como diz o meu neto, que vai ser integrada noutra freguesia onde também só há velhos. -----

----- Esta é a minha história, à medida que vou envelhecendo, vou fechando freguesias. Contudo, ouço constantemente os responsáveis pelo governo da minha Cidade dizerem que é preciso rejuvenescer, encher os vazios, atrair os jovens. E por que não os velhos, que agora têm a aventura ou a desventura de serem jovens até que morrem? -----

----- Havia duas questões que queria pôr. A primeira é por que é que antes desta morte anunciada das freguesias, antes desta frenética eutanásia que se adivinha, não se cura o doente. Antes de o matarem por que é que não se lhe dá o remédio? Por que é que não se rejuvenesce com jovens e velhos? -----

----- A segunda pergunta que eu gostava de fazer é o que é uma freguesia? Durante a ditadura fornecia atestados, havia os atestados de residência, os atestados de pobreza e

os atestados de indigência. Quando eu andava no liceu, requeri a isenção de propinas, que naquela altura eram pesadas sobretudo para uma família numerosa, e fui informado na secretaria que teria de apresentar um documento, passado pelo regedor, o pseudo-Presidente da Junta nomeada pelo Governo, um documento que atestasse que o meu pai e a minha mãe se davam bem um com o outro. -----

----- Coisas da padralhada, disse o meu pai que era republicano e tinha saudades do Afonso Costa. Era na Junta que os mancebos que faziam 18 anos nessa altura davam o seu nome para ir à tropa e para ir à guerra. Aí se colaborava na farsa eleitoral. Era lá que estavam os cadernos eleitorais, mas quando os queríamos consultar, éramos corridos com o legionário à perna. Naqueles tempos tristes da ditadura, a Junta de Freguesia era a ponta mínima, mas sempre presente dos tentáculos do sinistro Ministério do Interior. -----

----- Em nenhum outro sítio da vida nacional a assunção da democracia terá sido tão pura, após a revolução, como no Poder Local. Houve traumas e cisões nas Forças Armadas, na justiça entre as forças produtoras, incluindo o mundo laboral, mas foi quase natural a passagem da democracia à liberdade no mundo local. E não admira que assim tenha sido, porque a autarcia está no nosso ADN. A singularidade da nossa história, termos tido durante oito séculos uma monarquia no Poder Central, mas no Poder Local sempre houve uma república cujo poder emanou dos homens bons. Os forais foram sempre firmados de igual para igual. -----

----- **O Senhor Professor Universitário Augusto Mateus** -----

----- Só uma nota. Seria sempre interessante continuar a ouvir o arquitecto, mas eu talvez aproveitasse a sua pergunta para desfazer um eventual equívoco, culpa nossa do ponto de vista da qualidade da apresentação. Isto não é a propósito de morte, é a propósito de nascimento, é a propósito de vida. E nós não controlamos completamente a nossa vida. Todos que estão na sala, que são lisboetas, têm uma história para contar: onde nasceram, onde viveram, onde estão agora. -----

----- A minha história, eu até designo o sítio onde nasci e o sítio onde vivi dos 5 aos 18 anos, de onde saí para me casar e viver noutra sítio, é uma história em que o meu bairro não tem o nome da freguesia. Eu nasci no Areeiro e morei em Alvalade, mas Alvalade com outro nome de freguesia. -----

----- Portanto, todos nós podemos referenciar a freguesia, ou podemos referenciar aos territórios que têm alma ou que são designados de determinada maneira. A própria sabedoria que tem que haver nesta reforma política, vai obrigar a uma convivência com vários referenciais históricos das designações: umas mais laicas, outras mais religiosas, umas mais modernas outras mais antigas. A sabedoria é quem tem 20, quem tem 40, quem tem 60 e quem tem 80 para poder trabalhar em conjunto, sentirmo-nos todos a viver e não propriamente à espera do que quer que seja. -----

----- Portanto, a dimensão administrativa não é o principal, é a dimensão política, e talvez o que valha a pena compreender é o seguinte. Se eu quero trazer, com toda a clareza, à Cidade de Lisboa e aos seus territórios de proximidade como aqui foram definidos, mas a proximidade é uma proximidade útil como dizia o Prof. Ribeiro Telles, uma proximidade sustentável, numa situação que é uma situação global, temos

que ter a capacidade de combater aquilo para que todos ali chamaram a atenção. Como é que eu combato a desertificação? Como é que eu ofereço qualidade de vida, como é que eu crio as actividades que são potenciadoras do que há de melhor nos homens e nas mulheres e não do que há de pior? -----

----- Eu fiz o meu progresso como cidadão, em Lisboa, desde o nascimento até à maioridade, em territórios da Carta de Atenas, não os fiz noutros territórios, sou marcado por isso. Estou a responder a um arquitecto, para nos entendermos. Portanto, cada um de nós com o seu percurso. O que é absolutamente claro é que nós não temos capacidade para combater os problemas mais graves de Lisboa na dimensão política e administrativa em que os procuramos combater. -----

----- Podemos perfeitamente respeitar a nossa história e sermos suficientemente inteligentes para, da nossa história, nos agarrarmos àquilo que nos permite superar os problemas. -----

----- Dar um exemplo completamente diferente para me entenderem. A indústria automóvel mudou radicalmente, tão radicalmente que nós temos muitas pessoas a falarem sobre a indústria automóvel que não sabem rigorosamente nada do que é que estão a falar, e como os outros que os ouvem também não sabem fica tudo equilibrado. O que é que aconteceu? Para trazer um automóvel desses que as pessoas compram, é preciso uma colaboração de cerca de 30.000 empresas, e o tempo que hoje medeia entre começar a pensar um novo modelo e haver alguém que abre a porta e se senta ao volante, passou de cerca de 8 anos para menos de 18 meses. E isto implicou uma coisa absolutamente nova que é que muitas das tarefas mais importantes neste processo, passaram a ser planetárias. -----

----- E empresas óptimas no continente europeu, no continente asiático e no continente americano, com funções muito interessantes, as tais PME's não no sentido mítico mas reais, de repente viram-se na seguinte situação: faziam tudo bem feito, tinham toda a capacidade, mas o jogo tinha passado a ser um jogo de todos os continentes e não apenas do seu continente. Aquelas que não foram à procura do seu irmão ou da sua irmã no outro continente, os europeus que não foram à procura do seu irmão na Ásia e na América, foram corridos do mercado. Os que largaram a pomposidade da sua história e perceberam que perante aquela situação a sua história os obrigava a cooperar de forma inteligente a reforma política e administrativa que é preciso fazer, criaram laços. -----

----- Portanto, aquilo que o Prof. Maltez dizia de federação, deve ser entendido no sentido mais amplo, no sentido de cooperação humana, organizacional, institucional e política, e é disso que aqui se trata para que as freguesias não morram por suicídio, para que tenham vida pela sua inteligência. É a proposta que está aqui em cima da mesa. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Obrigado Prof. Augusto Mateus. Temos mais uma questão que também é para si.-

----- O Senhor Laurindo Santos, da Assembleia de Freguesia dos Prazeres, põe as seguintes questões: -----

----- 1. Esta reorganização vai no sentido de aproximar o cidadão, ou vai no caminho da poupança financeira; -----

----- 2. Se esta reforma administrativa vai no sentido de privatizar os serviços da Câmara. -----

----- **O Senhor Professor Universitário Augusto Mateus** -----

----- Vai no sentido contrário a muitas ideias que nós podemos ser eficientes pensando financeiramente. Nós para sermos eficientes numa coisa que tem dimensão política, social, económica e administrativa, somos pela organização, somos pela qualidade da cidadania, somos pela qualidade dos serviços colectivos, somos pela capacidade que tenhamos de ter cidadãos mais activos e responsáveis políticos mais capazes. Portanto, não tem nenhuma dimensão de redução de custos. -----

----- Aliás, na minha especialidade que é Professor de Economia, há uma designação que é “competitividade espúria”, que é a competitividade do lápis vermelho, é como o “cavalo do escocês”, quando eu acabei de fazer tudo para ser competitivo, morro. -----

----- Que não haja nenhum equívoco sobre isso. Nem é possível. Também não é possível a Portugal resolver o seu problema absolutamente colossal de défice público, défice financeiro e de défice das famílias e das empresas, sem criar mais riqueza de outra maneira. Portanto, não podemos apenas descer a escada, temos que usar estas duas coisas, uma é para descer outra é para subir. Se nós não sabemos subir não conseguimos resolver os problemas só descendo a escada. -----

----- Sobre isto, o ponto-chave é o seguinte. Quando os portugueses entraram para a União Europeia, em 1986, deviam 25% do seu rendimento disponível, 20% associado à habitação, 5% associado ao consumo, e hoje devem 145% do seu rendimento disponível, 105% associado à habitação, 40% associado ao consumo. Portanto os portugueses podem tentar, aliás têm-no feito, chegar daqui a 20 anos a dever 250% do seu rendimento disponível. O pequeno problema que têm pela frente é que ninguém lhes vai emprestar esse dinheiro! -----

----- Portanto, aqui nós não podemos oscilar entre duas esquizofrenias: uma, a do corte de custos; outra, a de que há um mundo maravilhoso à nossa espera, basta ir colhe-lo. Nós temos que fazer uma coisa que é introduzir eficiência e inteligência na nossa organização, e, portanto, não podemos partir do princípio de que temos os recursos todos, porque não temos. Temos menos recursos do que pensamos, por isso temos que ser muitíssimo eficientes. Se pudermos, fazer uma reforma não sob o primado da redução dos custos, mas sob o primado da proximidade, sob o primado do grande, para ser próximo tem que ser grande. -----

----- O metropolitano não pode ficar restrito, como não está mas é tímido, ao concelho de Lisboa, à autoridade de transportes, mirífica, mais vale tirar o termo autoridade, é preciso, como aqui já se percebeu, para cuidar das freguesias eu tenho que cuidar de uma nova autarquia de novo tipo, que é a autarquia da capital, a autarquia metropolitana. Qualquer pessoa entende isso! Portanto, eu tenho que, simultaneamente, dar-me nesses dois tabuleiros, tal como nas duas escadas. Disto vai resultar uma enorme poupança financeira. -----

----- Eu dou-vos a minha experiência. No primeiro dia como Ministro da Economia, pela simples razão – sem nenhum auto-elogio, alguns conhecem-me na sala, defendo-me com esses, os que não me conhecem pensarão o que quiserem – porque eu limitei-me a dizer ao País e às pessoas que me deram essa oportunidade, que a partir daquele dia o Ministro da Economia tinha esta altura, estes óculos e este nome, eu não era Ministro da Economia, o Ministro da Economia era eu, que é uma coisa particularmente diferente do que normalmente acontece, tomei uma decisão muito simples que foi poupar 500 mil contos pela simples razão de conseguir comprar em conjunto tudo o que o Ministério comprava e tirar poder a quem fazia pequenas comprar. Se se comprar muito compra-se melhor e compra-se a mais baixo custo. -----
----- Nós temos que ter essa dimensão de eficiência, mas ela não é a principal. A principal é a qualidade de vida, atractividade, oportunidades, reforma política com dimensão administrativa. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Obrigado Prof. Augusto Mateus. Agradeço a todos, recomeçaremos por volta das 15 horas. -----

----- **REABERTURA DOS TRABALHOS** -----

----- **Parte da tarde** -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Queria dizer aos que não estiveram de manhã que a parte da manhã correu muito bem, houve algumas intervenções, enfim o tempo foi mais curto. Esta tarde teremos mais tempo para intervenções, eu diria que temos todo o tempo do mundo porque a tarde é longa. Temos um conjunto de intervenções e depois reservamos pelo menos 45 minutos para que as pessoas ponham questões, não façam outras intervenções mas ponham questões que certamente serão respondidas por todos os presentes na Mesa. --

----- A parte da tarde será preenchida por uma apresentação do Prof. Doutor Jorge Gaspar, que vai falar de “Lisboa: a Geografia e a História”. Como vimos de manhã não podemos discutir a Reforma Administrativa da Cidade sem a conhecer bem, e é isso que o Prof. Jorge Gaspar, que é um geógrafo, um geógrafo humano que tem passado a vida a olhar e a pensar em Lisboa nos vários aspectos, vai aqui partilhar connosco, e parece-me extremamente importante para termos matéria sobre a qual trabalhar. -----

----- O Dr. Armando Vieira, Presidente da ANAFRE, que se deveria seguir ao Prof. Jorge Gaspar, está com um problema logístico, não poderá chegar para o início da sessão, portanto vamos guardá-lo para o fim. -----

----- Queria também dizer-vos que nas vossas pastas foi distribuída, pelos serviços da Câmara, uma ficha de avaliação que se destina aos funcionários da Câmara apenas, porque esta é considerada uma acção de formação, e inadvertidamente foi distribuída nas pastas de todas as pessoas. Eu própria não tinha conhecimento, fui informada pelo Dr. António Prôa, mas, portanto, não tem nada a ver com os Senhores aqui presentes nem com os oradores, é uma coisa interna da própria Câmara, nem sequer tem a ver com a Assembleia Municipal. Foi um excesso de zelo, digamos. -----

----- **O Senhor Professor Universitário Jorge Gaspar** -----

----- Muito obrigada pela palavra e muito obrigada por me ter convidado Senhora Presidente, muito obrigado a todos. -----

----- Antes de fazer a minha apresentação acho necessária uma pequena explicação. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal teve a grande gentileza de me convidar e eu, com toda a franqueza, na altura disse que não estava dentro do assunto porque não tinha conhecimento do relatório e não gostava de falar sobre aquilo que não sabia. “Não, não, mas fale sobre o que sabe”. -----

----- Está bem, então geografia e depois juntou-se história e ficou combinado, na altura, que isto seria ao princípio, portanto sempre dava o enquadramento. Agora ficou para a tarde, portanto, eu tomo isto, e não lhe dêem mais importância do que isto, como uma espécie de entremez de princípio de tarde, que o Gil Vicente, ou o Cervantes ou o Tirso de Molina, que dizia que Lisboa era a maior Cidade do mundo, fariam isto muito melhor. Eu também sou capaz de dizer que é a maior Cidade do mundo, mas não tão bem quanto ele. -----

----- Bem, eu também enviei uma pequena sinopse, um esquema da minha apresentação, e como não foi distribuída, vou-vos dizer para verem que isto, apesar de tudo, tem algum nexos. -----

----- Então, “Lisboa, a Geografia e História”. O primeiro tema será as várias escalas de abordagem de geografia da história de Lisboa. Felizmente o tema também foi abordado da parte da manhã e portanto, já há aqui alguma ligação entre o que eu pretendia dizer e o que foi dito. E até diria que já foi suficientemente desenvolvido da parte da manhã. -----

----- De seguida passaria ao segundo tema que tem que ver com o desenvolvimento do sítio. O Sítio de Lisboa e o seu desenvolvimento é um tema que eu adoro, e adoro porque o aprendi com pessoas que se dedicaram muito a este tema. O Prof. Orlando Ribeiro, o Prof. Celestino da Costa, que eu aconselho vivamente, é um “Opúsculo de 1940” mas continua para mim a ser a melhor síntese, numa dúzia de páginas, que há sobre a Cidade de Lisboa, ou melhor sobre o Sítio e o desenvolvimento de Lisboa. ----

----- O terceiro tema também vou buscá-lo a um grande amante de Lisboa, mas este do séc. XVII, que escreveu o livro das “Grandezas de Lisboa”, o Frei Nicolau de Oliveira, que só para citar, da Ordem da Santíssima Trindade, e no livro, na primeira edição de 1620, diz, “com todas as licenças necessárias”. E é interessante dizer isto porque o livro continha uma tese, muito mais ambiciosa ainda que a tese que hoje nos foi trazida aqui pelo Prof. Mateus, que candidatava Lisboa, não ao mundial, mas a Capital das Espanhas, que era o local mais conveniente para ser a Capital das Espanhas, e demonstrava. E tinha o Tirso Molina com ele, que dizia que Lisboa ainda era melhor que Sevilha, que era a outra eventual candidata. -----

----- E por último, uma coisa também que está ao longo de todo o trabalho que eu tive oportunidade de penetrar, como pude, durante o fim-de-semana, que trata, enfim, vou dizer alguma coisa sobre os futuros de Lisboa. Mais uma vez remeto para o que está na plataforma, ou que está sobre outras formas, e que é de leitura necessária para depois tentar de alguma maneira valorizar o que aqui foi dito pelos vários oradores, nomeadamente por mim, que bem preciso desse apoio. -----

----- Bom, então, posta esta primeira questão, vou-me socorrer de um, já citei uma série de métodos, mas vou-me socorrer de um, que não está lá muito bem querido na geografia, mas o tempo passa a sedimentação do tempo vai separando as águas, vai filtrando e o Prof. Amorim Girão, que foi um grande geógrafo deste País, e no qual todos nos educámos, como sabem, e se não sabem eu estou a informá-los, escreveu um livro onde ele resumia um projecto que tinha desenvolvido para o Estado Novo, perdão para a ditadura, ainda não era Estado Novo nessa altura, uma carta regional, uma nova divisão do País, em que a ditadura, como noutras coisas, queria fazer aquilo que a República tinha prometido e não tinha conseguido, e uma delas é uma coisa que ainda hoje prometemos e também não fazemos que é a regionalização, também dá para pensar, e então encomendaram, ao Prof. Amorim Girão para ele fazer uma carta para as regiões do País, e ele lá fez um trabalho interessantíssimo do qual eu vou tirar, porque pode-se aplicar aqui também as freguesias, aconselho-vos a consulta desta obra que é fundamental, e vou tirar apenas alguns parágrafos. -----

----- “Serão necessárias mais cómodas as divisões organizadas para efeito de outros serviços públicos, quanto mais se procurarem fazer coincidir com a divisão administrativa.” Nós estamos aqui a falar muito da divisão administrativa, mas era bom ligar à divisão administrativa outras divisões da ordem da administração do Estado e que é bom que haja o máximo de coincidências. E ele dava exemplo de uma que era óbvia, e que ainda hoje anda muito maltratada no que diz respeito às unidades territoriais, que é a da Justiça. Como sabem, há freguesias que pertencem a uma comarca que não é a comarca do concelho onde elas estão, e assim sucessivamente. ----

----- Depois diz ele também: “Nestes termos, uma conveniente reforma das circunscrições administrativas ou há-de constituir o resultado de uma lenta elaboração quase insensivelmente levada a efeito, ou só poderá julgar-se verdadeiramente profícua quando constitua o natural corolário de importantes medidas de fomento ou de um plano de grandes melhoramentos públicos que tornem defeituosos os antigos quadros territoriais”. -----

----- Eu penso que isto é muito importante. O texto é um bocado vernáculo demais para quem esteve toda a manhã aqui num mundo de pós-moderno e hipertexto. Mas eu penso que ainda se compreende, é um português de 1930, ainda o compreendemos e aconselho. Para acabar com esta citação que já vai longa do Prof. Amorim Girão, não será pois de aconselhar, numa equilibrada política de renovação nacional a brusca mudança de circunscrições administrativas, nem pela restauração de antigas divisões, nem pela aparatosa inovação que pode ser excelente em teoria, mas fica a letra morta ou dar mesmo resultados contraproducentes na prática. -----

----- E eu falo, a partir daqui, pela minha experiência. Eu fiz parte em 75/76 de uma insigne, na recomposição, e também num mandato, comissão ou grupo de trabalho que tinha como mandato apresentar à Constituinte uma proposta de reforma para instituir as regiões administrativas, para fazer uma remodelação geral dos municípios, do mapa dos municípios, etc., etc., etc. O trabalho foi fantástico. Não começou da melhor maneira, porque um dos membros da comissão, na primeira reunião, disse

uma coisa que me assustou deveras e que foi o seguinte, “mas o que é que estamos aqui a fazer? Temos é que restaurar as onze províncias tradicionais”. -----

----- Mau. As onze províncias tradicionais foram criadas a partir do trabalho do Amorim Girão e foram instituídas em 1936, e como quem não quer a coisa o Estado Novo aboliu-as em 1959, naquela reforma que era mais por causa da eleição do Presidente da República não ser feita por sufrágio universal, mas meteram também lá o fim das províncias, que ninguém deu por nada, que elas existiram. Mas eram as onze províncias tradicionais. Porquê? Porque era o mapa que estava na escola primária nesse tempo. Na escola estava sempre aquele mapa das onze províncias, que ainda hoje para muitos vão sendo as verdadeiras, as províncias tradicionais. -----

----- Enfim, resolvida essa questão, lá fomos em frente mas a proposta não teve sorte na Assembleia Constituinte. Alguns já se arrependeram disso. Depois, já agora que está aqui o Presidente da Câmara, tive noutras funções, a oportunidade, a honra e até o prazer, de colaborar com ele numa outra tarefa do mesmo tipo que era criar uma nova Lei Eleitoral, demarcar os novos círculos uninominais e por aí fora, e a coisa foi feita com grande saber, com as melhores academias do País, academias da ordem do território, e que apresentaram um trabalho que eu acho excelentíssimo do ponto de vista académico, mas que eu saiba não teve grande sorte. -----

----- Teve mais sorte, apesar de tudo, aquele do grupo de trabalho da regionalização, porque se instituíram sobre nova forma as CCRs, hoje CCDRs, e uma coisa que foram os agrupamentos de concelho. Os agrupamentos de concelho que funcionaram no País, depois mais conhecidos por causa dos seus instrumentos técnicos que foram criados, os GAT's – Grupos de Apoio Técnico, que eram grupos de técnicos que serviam vários municípios, e esse era o quadro ideal para o futuro do Município. O inspirador já foi aqui citado hoje, é sempre bom citar os grandes homens deste País, o Félix Henriques Nogueira foi o inspirador dessa forma de agrupar e de dar a esses agrupamentos mais força, novos poderes e acho que teve um resultado muito positivo. Entre outras coisas serviu para alojar uns milhares de técnicos que tinham vindo das extintas colónias e estavam nos hotéis à espera de trabalho e isso foi importante porque se empenharam muito e não se importaram de ir para o nosso mato que era a província. -----

----- Bom, temos que entrar em matéria de facto, Lisboa, a Geografia e a História as várias escalas de abordagem da Geografia e da História de Lisboa. -----

----- Primeira escala, já foi aqui referida de manhã, mas a primeira escala em que temos que olhar Lisboa é na sua centralidade global. Sempre foi assim, não é só agora, sempre foi assim. E pensar na centralidade global de Lisboa responde a um complexo que têm os portugueses e muito particularmente os que têm muitas responsabilidades, nomeadamente os académicos, que é aquela velha história de Portugal, País periférico. Há aí umas vozes que contrariam isso, e eu acho que o fazem muito bem. Periférico em relação a quê? E em que domínio? Porque as pessoas quando ouvem periférico pensam em termos geográficos. Ora Portugal não é periférico geograficamente, é periférico em muitas outras coisas, como aqui se viu

também de manhã, mas não nisso. Portanto convém esclarecer, Portugal não é periférico e Lisboa muito menos. -----

----- Ora a centralidade planetária, digamos de Lisboa tem que ver, acima de tudo, com a sua geografia, voltada para um oceano que permite as entradas rápidas para os outros oceanos. Já foi assim no passado, hoje ainda é mais com o Canal do Suez, com o Canal do Panamá, com o alargamento do Canal do Panamá ainda será maior a centralidade de Lisboa em relação aos vários Continentes e dentro do contexto da Europa, então aí é superlativa, charneira Atlântico Nordeste Mediterrâneo, e isto desde os Fenícios. Os Fenícios que até parece que deram a volta a África e aportaram depois aqui assim, mais ou menos onde está Lisboa. -----

----- Em relação à África, foi assim com a história e hoje demonstra-se que a história se renova com as Américas, a América do Norte, a América do Sul, e o Pacífico, como já aqui foi dito, é um termo que vai estar aqui muito tempo, é o promitente futuro, o Canal do Panamá, que já foi percorrido por outros portugueses antes disso, o Índico também vimos, o Canal de Suez, a Boa Esperança. -----

----- A centralidade na Europa, é outra escala que advém primeiro que tudo da centralidade planetária, e nisto tenho um apoio muito melhor ainda que o Amorim Girão, que é o do Camões, que escreveu: “Eis aqui que se descobre a nobre Espanha, como cabeça ali da Europa toda”. A Espanha como cabeça da Europa toda! Mas, duas estrofes abaixo, lá vem: “Eis aqui quase como cabeça da Europa toda o Reino Lusitano, onde a terra se acaba e o mar começa”. Quer dizer esta visão, que andamos nós aqui a querer descobrir, está plasmada nas melhores palavras da nossa literatura, e há que acreditar e há que tomar isto como bandeira. Lisboa também cabeça de Portugal, cabeça da Europa. -----

----- Mas há uma centralidade na Península Ibérica. Pensa-se muitas vezes na Península Ibérica como algo centralizado em Madrid. Não! Algo articulado com o centro em Madrid, mas são as fachadas marítimas que dão a força à Península Ibérica. E sempre foi assim ao longo da história. E das fachadas marítimas, duas sobrepõem as restantes, que é a Mediterrânea, com o eixo Barcelona/Valência, e a outra é o Atlântico com o eixo Porto/Lisboa, se virarem ao contrário, são perfeitamente simétricos. -----

----- E é muito importante Lisboa ter aqui esta posição central. Centralidade em Portugal, a meio da fachada marítima, de Caminha a Vila Real de Santo António, se fizerem com um fio, marcam Lisboa, abrem o fio e vêem que mesmo no meio, exactamente no meio, está Lisboa. Mas isto é potenciado pelo facto de Lisboa estar na foz do maior rio em extensão e navegabilidade. Como vêem aqui imbricam-se a geografia e a história. A Geografia “determinou” a nossa História. -----

----- Mas também, e foi aqui várias vezes referido de manhã, a centralidade na Região, ou se quiserem, na área metropolitana. Há uma centralidade indiscutível e essa centralidade fez com que foi Lisboa, antes dos Romanos mas sobretudo depois dos Romanos, a determinar a especialização funcional do espaço, do seu e em seu torno. Daí que, como dizia o Prof. Ribeiro Telles, apareceram o Termo de Lisboa, e o Termo de Lisboa era responsável mais pela paparoca, pelos frescos, pelo cereal, pelo azeite.

Porque os outros termos, nomeadamente o termo da outra banda era quem abastecia o combustível, a energia, era a lenha, e era uma reserva, e para isso estava lá a Ordem de Santiago, para manter a reserva como reserva e fornecer essa energia indispensável a Lisboa. -----

----- Portanto, desde há dois mil anos que está definida esta complementaridade, não diria entre a Cidade e o campo, mas diria entre a Cidade e o território que ela comanda. E é a partir daqui que tem lógica o desenvolvimento do Sítio. O Sítio também pode ser visto a várias escalas, o Sítio de Lisboa é definido a uma escala regional, esta escala da área metropolitana que aqui referi, mas o Sítio de Lisboa é também referido no local mesmo onde se vai desenvolver o facto urbano, a Cidade. ---

----- Eu fiquei espantado, mas gostei de ver nos trabalhos que foram feitos que é também desenvolvido este aspecto, embora depois não é devidamente articulado. É articulado mais com a Protecção Civil, e há ali umas questões que eu não entendi bem, questões de hipertexto, quem leu o relatório percebe o que eu quero dizer, mas a hidrografia e o relevo são fundamentais para percebermos a sorte de Lisboa e sobretudo a existência de um acidente que não é referido, nem hoje, nem lhe é dada a devida dimensão que é o nosso micro-límano, o Mar da Palha. É um pequeno mar que temos aqui, e este mar explica muito da grandeza de Lisboa ao longo dos séculos e acho que ainda vai também contribuir para a grandeza de Lisboa nos próprios séculos.

----- Depois o clima, um clima excepcional, os ventos, a questão da saúde tem muito mais a ver com os ventos do que com outros. A defesa, o abastecimento. -----

----- O Prof. Ribeiro Telles já tomou este tema, mas é muito mais amplo, porque o abastecimento não é só abastecimento em alimentos, é o abastecimento, já vimos aqui também, em energia, que é fundamental, e Lisboa teve essa sorte. Tinha duas fontes, tinha essa reserva imediata, mas tinha outra fonte quase inesgotável que era aquela que estava ao longo do Tejo, e por isso quem vinha de mais longe de Lisboa, quem vinha de Abrantes, ou melhor, quem produzia em Abrantes matéria lenhosa o que é que lhe fazia? Fazia carvão, fazia cinza que vinha para Lisboa com transporte barato que tinha. -----

----- Mas madeiras de melhor qualidade, desde muito cedo, como hoje, vinham do norte. Ainda hoje quem quer umas tábuas para pôr um bom tabuado, compra pinho do norte. Isto é antiquíssimo, se lerem o Damião de Góis, ele lá mostra com elogio, “que bela que era a cobertura, o caixotão da Igreja de São Roque, todo feito em pinho da Noruega”. Por mar vinham portanto as madeiras, mas vinham também as pedras, os materiais de construção, que qualquer desses autores não se esquece de tomar. Portanto, temos que ver que Lisboa, o Sítio de Lisboa, tem a sorte de ter coisas extraordinárias como ter as próprias matérias primas, e basta olhar para a Torre de Belém, para os Jerónimos, para a Sé, e ver que é tudo materiais locais, *in situ*, ou para as calçadas e por aí fora. -----

----- O pescado: na realidade a grande riqueza da Lisboa romana, se querem saber, o que Lisboa romana exportava com mais valor era peixe. O peixe que faltava no Mediterrâneo, o peixe de que eram gulosos, certamente os que podiam, em Roma, naquelas elaborações que eram feitas, e Lisboa tinha aí uma ciência fantástica e um

mercado assegurado e para isso tinha a complementaridade da margem sul, onde se produziam as ânforas para encher com aquela pasta boa e com as anchovas e daí enviar para o Mediterrâneo. E tinha outra coisa, em muitos sítios que tinham peixe de Lisboa, não tinham isto que era o sal, e tinha que vir sal de mina. Tinha isto tudo. -----

----- Os solos deixo para o Prof. Ribeiro Telles que também já enfatizou o seu valor. --

----- Também aproveitar e salientar o que eu gostei de ouvir de manhã, gostei de muitas coisas mas também gostei muito de ouvir o Prof. Maltês. Isto que eu aqui disse, ele disse de uma forma muito sintética, que ele é Mestre, chamando o Aristóteles. Isto que eu disse não é mais do que seguir a grelha de análise, ou que ele propõe como a grelha da cidade, da boa cidade, da Polis. O Aristóteles no seu tratado político é que foi aqui trazido. -----

----- Agora, a partir daqui, a ocupação. A ocupação, o sítio, e aqui creio que ainda hoje está muito em voga a dicotomia do sagrado e do profano de que Lisboa é feita, nomeadamente a glória de Lisboa, a glória pequeno bairro, a nossa glória, a escolha da Acrópole ou do Opidum se quiserem, ou o que era o crasto antes, a escolha da Ribeira e criar uma centralidade na Baixa. Depois as outras colinas, e aqui vem o sagrado, povoa-se, Lisboa cresce, e é bom também manter isto até na toponímia das futuras freguesias, e das que ficarem, é bom manter isto. -----

----- Mas Lisboa cresce pela sagração das colinas, e são conventos, que são como que modalidades de desenvolvimento urbano, e isso é muito importante para perceber porque é que Lisboa cresceu para Leste a partir da Graça, porque é que Lisboa cresce para Oeste, a partir de São Francisco, a partir da Trindade, depois a partir de São Bento. Os Beneditinos viram que aqui havia negócio, vieram lá do norte e compraram ali umas quintas já fora de portas, mas que ainda lhes valeu e nos valem ainda muito. -

----- A Ribeira e a centralidade da Baixa. As outras colinas. As outras ribeiras e as outras baixas. Aqui estamos no profano a 100%. As outras ribeiras, Alfama com os seus adiceiros, os homens que andavam aí assim a apanhar o ouro, a garimpar o ouro numa e noutra margem do Tejo, Xabregas e Chelas. Tudo isto são novas baixas com novas ribeiras. O Poço dos Negros e o Mocambo. Aqui não havia oposição este/oeste, como veio a haver mais tarde, porque o leste digamos que era mais fino do que o oeste. Depois alteraram-se as coisas, mas só se alteraram praticamente no século XX e foi o planeamento que alterou isso. -----

----- Hoje retomámos a simetria com o Parque das Nações, e aqui meto uma bucha ou uma cunha, que é para apoiar algo que foi aqui dito também pelo Mega Ferreira. Tenham muito cuidado, há uma divisão no trabalho que não condiz com isto, muito cuidado para não criar guetos, nem de ricos, nem de pobres. Nem duns nem doutros, os guetos saem caro, tanto os dos ricos como os dos pobres. Estão a ver em que é que eu estou a pensar, até há um movimento cívico para criar uma nova freguesia, coitadinha muito certa, estamos todos de acordo, mas não podemos esquecer que também ela tem uma história e tem que assumir a história. O que teve para trás, o Cabo Ruivo e outras coisas no género, inclusivamente a história dos vazadouros de Lisboa. -----

----- E aqui um bocado com o perigo de me perder, mas pensei de manhã que tenho que dizer aqui, cautela também quando querem crescer para a periferia imediata, como há um boneco que é perigoso, que é Lisboa criar assim um fiozinho à volta para crescer para o lado. Vão levar uns vazadouros mais e outras coisas no género, lembrem-se do Vale do Forno que está para lá da linha, lembrem-se da Boba e de outras coisas que são as tonalidades negativas de Lisboa, e agora com aquela ânsia de alargar o mapa podem trazer essas coisas. Isto é a brincar, mas é um tema que eu penso que deve ter discussão/reflexão. -----

----- Alcântara é outra baixa, outra ribeira e também constituiu um dos pontos. Isto para dizer que Lisboa cresce em linha, ao longo do Tejo. O primeiro transporte público que houve em Lisboa, documentado, é de 1611, e era uma carreira de falua, de barco à vela, que se fazia de Belém até Xabregas com várias paragens. Se forem a ver o primeiro eléctrico ou o primeiro americano é exactamente a mesma linha. Depois é com a tracção, já eléctrica, com os novos traçados, é que Lisboa cresce para Norte. Mas ainda hoje Lisboa é mais consistentemente uma Cidade ribeirinha e linear do que outra coisa qualquer. Isto talvez tenha de ter tradução nos novos mapas que se queiram desenhar. -----

----- Isto já é ordenamento claro, é um ordenamento, como se diz, orgânico, mas depois vem o ordenamento e quando Lisboa já tem uma certa dimensão e necessidade de controlar a sua expansão, e não é muito tarde, é no período português, é já quando D. Afonso III, mas sobretudo com o filho dele, com D. Dinis, que se fazem vilas novas, bairros novos, e aqui também é curioso ver que essas vilas novas eram topónimos, eram referências importantes, mas não eram necessariamente paróquias. Algumas até nem podiam ser paróquias porque não eram da população cristã, mas vêm essas vilas novas, ruas novas, vêm as cercas, os eixos urbanos, as ruralidades e aquilo que foi aqui dito, já não me recordo bem, ao fim da manhã, e que tem que se ter sempre em conta, que é que se os mapas também se abatem, as cidades se não se forem abatendo de um lado e fazendo do outro, quer dizer, se não se reciclarem, não têm futuro. -----

----- As cidades com maior futuro são aquelas que conseguem a melhor reciclagem, chegando a ir ao ponto que o único elemento que fica é o topónimo. E se pensarmos nalgumas cidades do mundo, se forem ver a história material que está lá inscrita, nem existe. O que está na memória e o que é forte é o topónimo. -----

----- As Grandezas de Lisboa, tirei o nome de um livro que é de leitura fundamental, de uma edição recente, do Frei Nicolau de Oliveira, a população, a gente, o território, as edificações, os saberes, os saberes de Lisboa, a abertura de Lisboa, embora necessitando de autorização da Inquisição para ser publicado, mas revela-se que havia um espírito aberto, senão também não eram tantos os cristãos-novos que singravam e que tinham a vida que tinham e ainda bem, e outros que na altura escreveram, o Luís Mendes Vasconcelos, que vão mostrando como esta Cidade é grande. -----

----- E essa grandeza vem até nós em diferentes momentos. A grandeza de Lisboa hoje, verifica-se, vou buscar isto à Carta Estratégica no contributo do Félix Ribeiro, que é das pessoas que eu mais admiro, com mais capacidade, no sentido positivo e de

visão e é uma pessoa que não se importa, porque se os mapas também se abatem os diagnósticos também se abatem, e em geral os diagnósticos, neste domínio, são bastante efémeros. Os diagnósticos servem muitas vezes para estimular. Aqui tinha outra história para contar sobre que se está hoje a passar em Paris, em que eu tenho a sorte de participar de algum modo, e estávamos numa reunião aqui há dias e às tantas estavam a criticar muito o dinheiro que o Sarkozy estava a gastar e eu perguntei, mas quanto é que ele pagou para ter esta massa toda de imaginação aqui? E disseram um preço que é ridículo e eu disse, valeu bem a pena, já viram o que isso consegui estimular? Isto não é um presságio para este estudo mas é uma homenagem de qualquer maneira, seja como for, a este estudo que foi feito. -----

----- A história que eu queria aqui dizer é que nesse estudo o Félix Ribeiro traz lá uma questão, ele que em 1995/96 escrevia sobre a potencialidade de Lisboa para ser a nova periferia, os novos arrabaldes de Estugarda e de Munique, porque vinham para cá as indústrias que já não podiam lá estar e tal, agora já falam noutra coisa que é uma boa ligação a Xangai, uma articulação com Xangai. Portanto, uma adaptação do diagnóstico à realidade e isso é necessário, mas aqui também a realidade já ultrapassou o diagnóstico e a ficção porque Xangai já passou. -----

----- Saudades do futuro. Saudades temos todos, e eu tenho muitas saudades, já agora não posso deixar de dizer isto, do meu 3º Bairro Administrativo, só durou 19 anos e eu pensava que tinha durado muito mais porque toda a minha vida estive ligado a ele. De resto eu ainda hoje vivo no 3º Bairro Administrativo. Nasci, estudei, fiz tudo no 3º Bairro Administrativo. Tinha alguma importância, talvez, casei no 3º Bairro Administrativo, andei em várias freguesias mas pelos visto à volta de um ponto que permitia estar dentro do mesmo bairro. Só hoje é que eu me apercebi disso. -----

----- Mas saudades do futuro sempre aqui piscando aos mestres, ao António Vieira, porque o futuro é polissémico, temos que ler este futuro como ali uns vizinhos, para usar a palavra vizinhos, que é um termo bem português, até se media a população por vizinhos, eram tantos vizinhos! Os vizinhos ali de Grândola criaram lá uma terra que se chama Aldeia do Futuro. Não quer dizer que fosse uma aldeia para viver noutra futuro, era onde eles depositavam toda a sua esperança. -----

----- E são essas saudades do futuro que também queremos para Lisboa, Lisboa motor do País para uma nova era ou então outra coisa que também pode render, Lisboa capital das economias do declínio, que é um perigo. Isto é um conceito da Jane Jacobs, que é um conceito fantástico, sempre que há declínio de uma cidade, ela estudou isso para Detroit e para outras cidades, geram-se outras economias. Quando há uma crise os meus amigos fiscalistas estão em grande, é isto que são as economias do declínio que existem e que há que aproveitá-las também. E Lisboa também pode ter aí uma oportunidade ou então o tal ponto de encontro entre a América e a Ásia. E para cada opção deste futuro, para cada uma delas provavelmente era importante confrontar com as freguesias que vamos construir. -----

----- Eu depois deixo aqui os meus anexos todos para a discussão, porque os anexos é que falam da matéria de facto. Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Eu queria-lhe dizer que o seu *abstract* está na Internet, no sítio da nossa Conferência, toda a gente tem acesso. -----

----- Seguir-se-á agora a intervenção dos representantes dos Grupos Municipais, que têm assento na Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhores Deputados Municipais -----

----- Senhores Autarcas -----

----- Senhores Convidados -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores -----

----- Quero começar por salientar a oportunidade da realização deste debate sobre o “Novo Mapa Lisboa para o Século XXI? Modelos de Governação da Cidade” e isto acontece num momento em que tudo parecia estar colocado como um facto consumado. É importante que aqui estejamos hoje. -----

----- Esta iniciativa da Assembleia Municipal de Lisboa, na qual todos os partidos se empenharam, permite sublinhar o carácter transversal desta discussão, diluindo os protagonismos, que não contribuem para se encontrar soluções partilhadas e assumidas pelos actores políticos. Mas este debate, aberto à Cidade e à participação dos lisboetas, tem também significado pela importância de envolver os cidadãos na escolha sobre os modelos de organização e de governo local. -----

----- É importante, direi mais, imprescindível para o avanço de tão profunda decisão política, como é uma reforma administrativa, ouvir, debater e receber contributos que permitam promover consensos, mas sobretudo fazer opções e tomar decisões de forma informada, reflectida e sustentada. -----

----- Permitam-me uma palavra de agradecimento, em nome do PSD, para todos quantos aqui nos deixaram já a sua visão e o seu contributo para este debate. A sua participação enriqueceu esta sessão e contribuiu para uma reflexão mais rica sobre as reformas na Cidade de Lisboa. -----

----- Hoje a Cidade está a debater o seu futuro e discute de forma aberta, sem preconceitos de qualquer espécie, nem diminuídos no que concerne à responsabilidade que cada um exerce na vida da Cidade, principalmente quando somos um resultado da livre opção democrática dos lisboetas. Esse é o papel da Assembleia Municipal de Lisboa, essa será sempre a atitude do Partido Social Democrata. -----

----- Em 1959, o Estado Português efectuou, através de um Decreto-Lei, a última grande reforma administrativa da Cidade de Lisboa, uma reforma necessária, atendendo às profundas alterações que a Cidade tinha sofrido. Dizia o legislador no preâmbulo desse diploma: -----

----- “Viviam em 1900, segundo os censos da população, 356311 pessoas. Passados 50 anos, segundo os censos de 1950, a população mais do que duplicou, subindo o número de habitantes da Capital para 790434.” -----

----- Este era o contexto demográfico que justificava parte da nova reforma e que é diametralmente oposto à realidade demográfica da Lisboa de hoje, quando assistimos à acentuada diminuição da população. -----

----- Contudo, já naquela década as preocupações com o despovoamento do Centro da Cidade se faziam sentir, reconhecendo-se que este fenómeno estava ligado ao desenvolvimento e modernização da urbe, com a invasão dessa zona da Cidade pelo sector do comércio e serviços, tal e qual hoje assistimos. -----

----- Se em 1959 existia uma preocupação clara com a adequação da estrutura administrativa da Cidade ao desenvolvimento urbano decorrente de planos urbanísticos implementados, hoje as necessidades assentam nos mesmos pressupostos, alterações demográficas acentuadas, desenvolvimento urbano e novas exigências da população, às quais é preciso dar resposta adequada. -----

----- É aqui que nos encontramos. O diagnóstico está feito, agora teremos que passar à fase seguinte e é nesta fase que é pertinente saber exactamente o que pretendemos afinal, quais os objectivos que se pretendem atingir, mudar porquê e para quê. Estas são as primeiras questões para as quais importa encontrar resposta. -----

----- Não basta querer mudar, não basta alterar desenhos e refazer mapas. Importa ter um objectivo e definir pressupostos da mudança. -----

----- Uma reforma em Lisboa deve trazer uma modernização clara e inequívoca, não se deve limitar a procurar eficiências financeiras ou reordenar o território segundo critérios económicos ou estatísticos. Uma reforma tem de ser feita para as pessoas. Uma reforma administrativa tem de ser um passo dado em direcção a uma governação que salvguarde, no caso das Freguesias, o carácter de proximidade com as pessoas. --

----- Para o PSD, uma reforma administrativa tem que assegurar ganhos de operacionalidade, de capacidade de intervenção, aumento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. O PSD acredita e defende o princípio da subsidiariedade, princípio que defende que a tomada de decisão deve ser tão próxima quanto possível dos cidadãos. -----

----- Neste contexto, qualquer reforma administrativa tem de ser precedida da definição de um novo quadro de competências próprias, definidas em Lei, para as Freguesias e também para os Municípios. -----

----- Primeiro devemos definir as competências e assegurar os respectivos meios financeiros, para depois se encontrar o modelo adequado para as exercer. É esta a sequência adequada e não o contrário. -----

----- Em matéria de competências, também importa esclarecer que a posição do PSD é a que defende o aprofundamento das competências próprias e a limitação das competências delegadas pela Câmara nas Juntas de Freguesia ao estritamente adequado, promovendo a transferência definitiva de todas quantas sejam adequadas à figura das competências próprias. -----

----- Consideramos que a lógica da delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesia promove alguma dependência e até funcionalização das Freguesias, facto que no actual quadro de autonomia é perverso e contraria o espírito da Lei. -----

----- A realidade actual de Lisboa tem 53 Freguesias. São autarquias com grandes disparidades na dimensão, o que torna difícil que um tratamento igual perante a Lei possa ser ajustado a todas elas. Apenas como exemplo, a Freguesia dos Mártires com 321 eleitores e um Orçamento de cerca de 150 mil euros, ou a Freguesia de Santa Maria dos Olivais com um Orçamento a rondar 4,5 milhões de euros e cerca de 46500 eleitores. São realidades distintas, mas que a Lei trata da mesma forma em matéria de financiamento, competências e funcionamento dos seus órgãos. Em algumas das duas, algo não estará ajustado. -----

----- Esta iniciativa da reforma administrativa da Cidade não depende dos órgãos autárquicos. Importa ter consciência que tal alteração depende da iniciativa da Assembleia da República. Tendo em conta este facto, torna-se particularmente pertinente aliar a esta pretensão a referida alteração do quadro de competências próprias das autarquias locais, que igualmente depende da Assembleia da República. -

----- A par de uma nova definição das competências próprias das Freguesias, que devem ser aprofundadas e redefinidos os meios para as concretizar, deverá ser equacionada uma diferenciação quanto às suas características, especializando as competências e respectivo financiamento em função das diferentes realidades. -----

----- Importa assumir que no todo nacional, freguesias rurais e freguesias urbanas constituem realidades distintas e que as funções a desempenhar pelos respectivos órgãos autárquicos devem ser ajustadas a essas realidades. -----

----- Os cidadãos que moram na Freguesia de Alvalade, em Lisboa, e os que habitam na Freguesia de Rio de Honor, no meio do Parque Natural de Montezinho, vivem, como imaginam, realidades diversas, têm necessidades diferentes, esperam intervenções distintas das respectivas Juntas de Freguesia. No entanto, a actual Lei atribui igual competência a ambas. Que sentido faz? -----

----- Por outro lado, agora que se afirma a vontade de modernizar a divisão administrativa da Cidade, não será um olhar incompleto para o problema ignorar os profundos desajustes no funcionamento da Área Metropolitana de Lisboa? -----

----- O desenvolvimento urbano e as dinâmicas sociais da Área Metropolitana de Lisboa tornam a actual divisão entre municípios desactualizada e desajustada perante a realidade, provocando dificuldades no desenvolvimento social e económico do território. -----

----- Apenas como exemplos destas distorções e das consequências para o desenvolvimento, podemos referir o caso do Parque das Nações, cuja população reivindica a criação de uma freguesia coincidindo com o referido contínuo urbano que actualmente ocupa três Freguesias em dois Concelhos. Este é um exemplo, como é também o de parte de Algés estar separado do Concelho de Lisboa, ou a Pontinha, ou Moscavide. -----

----- Podia referir-se também o problema da gestão dos transportes, ou do saneamento, ou da recolha de resíduos, a que correspondem divisões que prejudicam a eficiência das respectivas gestões. -----

----- Não podemos continuar desarticulados na gestão do território comum, que é a Área Metropolitana de Lisboa, num somatório de políticas pequenas, limitadas às

fronteiras e interesses imediatos de cada concelho e ignorando a realidade mais vasta em que se movem os mais de dois milhões de habitantes desta área e que ignoram as fronteiras administrativas mas que anseiam por políticas à escala metropolitana. -----

----- Para o PSD, a reforma administrativa deve ser acompanhada por uma reforma no modelo de governação das autarquias, em particular dos municípios, recorrentemente defendida pelos maiores partidos na Assembleia da República e repetidamente adiada. A alteração do modo de eleição e de governo dos municípios tem de se concretizar. ---

----- Não se compreende e não se justifica que nos municípios existam na realidade dois órgãos com carácter parlamentar e nenhum órgão puramente executivo. O actual modelo torna o órgão supostamente executivo, a Câmara, numa estrutura de carácter parlamentar que se sobrepõe ao órgão com esse formato, que é a Assembleia Municipal. -----

----- Com este modelo perde-se tempo e eficiência. Importa rever pois o modelo, corrigindo-o no sentido de garantir a eleição apenas de uma lista para a Assembleia Municipal, a partir da qual se forma um Executivo preenchido pelo partido mais votado, reforçando assim a capacidade de fiscalização pelas Assembleias Municipais. Um modelo, curiosamente, mais próximo do modelo de eleição e de funcionamento dos órgãos das Freguesias. -----

----- O PSD manifestou desde a primeira hora disponibilidade e abertura para discutir e aprofundar a questão da reforma administrativa da Cidade de Lisboa e logo nessa ocasião afirmou que esta reforma administrativa deveria ser discutida a par com a reestruturação dos serviços da Câmara, com a proposta de revisão do PDM, mas também com um plano de sustentabilidade financeira do Município. Sendo todas importantes, a sustentabilidade financeira do Município é uma obrigação. -----

----- Na actual situação financeira do País, o recurso sistemático ao crédito bancário para fazer face a uma situação de desequilíbrio estrutural tem de terminar. O Município terá que conter a sua despesa para níveis que não ultrapassem as suas receitas, sem recorrer também, de forma sistemática, a receitas extraordinárias que não são o caminho adequado. -----

----- Em relação à situação económica e financeira do Município, o PSD terá uma atenção muito particular. -----

----- De todas as reformas previstas e já referidas, esta que hoje aqui discutimos da administração da Cidade é a única que não depende dos órgãos do Município. É bom que tenhamos consciência que esta é por isso a mais difícil, porque não depende apenas da nossa vontade. -----

----- Todas as outras reformas são também estruturais e igualmente importantes para a Cidade. Nessas não haverá razão para falhar. -----

----- Portugal vive uma situação financeira, económica e social que é conhecida. O actual panorama tem intensificado os sinais de desconfiança relativamente à classe política e às instituições por parte da sociedade. Esta situação deve ser encarada como uma oportunidade para reformar o Estado e a Administração. -----

----- Modernizar a Administração, tornar mais eficaz e mais eficiente, corresponder a novas exigências de serviço mas também de participação e de escrutínio, reaproximar

os cidadãos da Administração e renovar a confiança nas instituições e nos políticos, regenerar a Administração definindo o seu papel, reforçando a função de regulação, promovendo o desenvolvimento económico e social, garantindo maior coesão social na gestão do território. Esta é a nossa responsabilidade. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rosa do Egípto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Restantes membros da Mesa -----

----- Senhor Presidente da Câmara -----

----- Senhoras e Senhores Vereadores -----

----- Caras e caros colegas Deputados Municipais -----

----- Público presente e Convidados -----

----- A todos as minhas saudações -----

----- Com o 25 de Abril de 1974 são dissolvidos os corpos administrativos do Estado Novo e nomeadas as comissões administrativas que, até finais de 1976, asseguraram a gestão dos interesses locais, as quais consagravam em toda a sua amplitude um sistema centralizador. -----

----- É com a implantação do regime democrático que são provocadas as rupturas e são fomentadas a descentralização e a autonomia do Poder Local. -----

----- No entanto, e apesar de todos os esforços empreendidos no sentido de melhorar a vida do poder local, o que se pode observar é que a carência de recursos próprios e consequente necessidade de financiamentos centrais têm-se mantido até aos nossos dias. -----

----- Os Estados adoptaram um estilo de governação menos hierárquico, mais descentralizado e desconcentrado, e querendo ocupar um papel mais contraccionista na oferta de bens públicos. -----

----- O sistema de governação local português é um modelo de patrocínio em virtude da primeira função do político eleito local girar em torno da satisfação dos interesses locais através da prestação de bens públicos. -----

----- No exercício da sua função o político procura que esses interesses locais estejam reconhecidos, representados e protegidos. Hoje o poder local, tende a ser uma «agência» local de serviços públicos. -----

----- A Modernização/Simplificação Administrativa através não só mas também do recurso às novas tecnologias da informação, o investimento na qualificação e renovação das pessoas e quadros e a reorganização territorial e alargamento das competências das Freguesias, bem como a Regionalização, passou a ser o tema nuclear de transformação do actual modelo em novas formas de gestão do poder Local. -----

----- Muitos assumiram o compromisso de fazer o aprofundamento da descentralização e transformar a administração Autárquica em políticas públicas coordenadas, tanto politicamente como territorialmente. -----

----- Não valerá a pena abordar de forma exaustiva quais as vantagens de uma reforma profunda e necessária, para isso bastaria centrarmo-nos na análise do estudo solicitado pela CM Lisboa ao ISEG /ICS, a saber: -----

----- Ao nível dos pontos fracos, foi observada uma Metrópole com muito débil integração e vinculação de estratégias de políticas à escala metropolitana e Lisboa-concelho com peso político reduzido face ao panorama institucional e técnico administrativo regional; -----

----- Ao nível da Organização e Eficiência, foi encontrada uma estrutura organizacional da Câmara Municipal de Lisboa extremamente sectorializada e verticalizada. -----

----- Grande dificuldade na articulação horizontalidade/transversalidade entre as várias estruturas de serviços e de administração da cidade; -----
Estrutura organizacional não orientada para respostas céleres e eficazes ao quotidiano da cidade; -----

----- Ao nível dos Recursos, deparamo-nos com Deficit de novos quadros mais qualificados e de novas competências, aspectos particularmente visíveis em áreas chave de acção, relação e demonstração municipal; -----

----- Recursos com importantes factores de rigidez/impasse: regulamentação complexa; baixa formação dos recursos humanos (em média), acentuadas dificuldades financeiras; Orçamentação classicista e não orientada por objectivos. ----

----- Permanente necessidade de (re)definição, ano a ano, projecto a projecto, das funções da cada um dos órgãos e entidades; -----

----- Ao nível das Juntas de Freguesia, o panorama é de Juntas de Freguesia muito desiguais, fraccionadas e extremamente débeis, na sua maioria; Baixos níveis de capacidade e de autonomia, recursos muito variáveis e considerável dependência de terceiros; -----

----- Morosos processos de delegação de competências da CML para as JF, ano após ano. -----

----- Perante um quadro com este formato, completamente desajustado da realidade e das necessidades prementes da sociedade e dos cidadãos, devemos agarrar-nos aos pontos fortes deste estudo e promover de forma consensual a tal transformação de organização territorial e administrativa, pontos fortes estes, que a saber são: -----

----- Ao nível da Responsabilidade, nomeadamente no que respeita ao perfil dos eleitos (Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia) em alteração, quer face aos mais recentes actos eleitorais, quer face aos próximos (que, por lei, obrigará a transformações relevantes). -----

----- Denota-se uma diferente gestão dos tempos políticos; Novos instrumentos estratégicos globais: Carta Estratégica de Lisboa, novas estratégias sectoriais, novas estratégias urbanísticas (Revisão do PDM, diversos Planos e Programas); -----

----- Ao nível da Organização e Eficiência, onde existe uma boa pró-actividade e eficiência em diversos órgãos da administração municipal, muito nomeadamente nos que comportam uma proximidade com: linhas estratégicas, e/ou programas muito

concretos; com autonomia e visibilidade de tomadas de decisão; com redes de parceria e de cooperação; com problemáticas e territórios concretos. -----
----- Diversos espaços internos de qualidade, de flexibilidade e de inovação; -----
----- Encontra-se em desenvolvimento um processo de reforma dos modelos de governação e de organização das estruturas de administração e de ordenamento da cidade. -----
----- Este processo está neste momento em materialização através da construção interligada de instrumentos como este próprio estudo, a Carta Estratégica de Lisboa e a revisão do PDM. -----
----- Ao nível dos Recursos, pelo seu volume, os Recursos Humanos municipais não podem deixar de significar um ponto forte e mesmo uma oportunidade latente; -----
----- Lisboa detém um capital de mobilização e de intervenção sociopolítica relativamente latente, embora de (aparente) difícil materialização social e política, em projectos comuns, detém ainda um muito importante capital simbólico à escala dos seus bairros, possui uma expansão muito interessante dos espaços de debate e de discussão em torno dos temas urbanos – das conferências e seminários, à internet e aos blogues. -----
----- A boa relação das Juntas de Freguesia com a comunidade, embora a escassez de recursos muito restrinja esta potencialidade, havendo ainda um vasto caminho a percorrer, tem de ser mantida com a qualidade desejada e processos estratégicos de pendor mais participativo, como nos casos do Orçamento, têm de se revelar um ícone de governação próxima e estreita com o munícipe. -----
----- Este é um projecto demasiado sério, assente numa estrutura conceptual séria de dimensões políticas de referência, não podendo ser de todo desperdiçado. -----
----- O alargamento das competências locais obriga e justifica que se concretize um novo sistema de governo local que possa consagrar dignamente a estabilidade e a homogeneidade dos executivos e o reforço dos poderes deliberativos e de fiscalização das assembleias municipais e de freguesia. -----
----- A fusão e extinção de algumas autarquias locais é o culminar de todo um processo de relevante importância na consolidação dessas novas competências em domínios sociais e de gestão do espaço público, que actualmente são asseguradas precariamente por delegação do Município. -----
----- A Área Metropolitana de Lisboa irá sair reforçada no reconhecimento como a escala adequada para a gestão de programas de acção económica e social, para a gestão de investimentos supra-municipais e para a parceria com a administração central na gestão de redes de serviços públicos. -----
----- Posto isto, o Partido Socialista saúda a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa por iniciar este debate tão importante para o futuro bem como para a governação de excelência da Cidade de Lisboa, que nos cabe a nós, enquanto agentes políticos da cidade, discuti-lo, aprofundá-lo e debatê-lo com todos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal de Lisboa e com todos os agentes da sociedade civil. -----

----- Nós, Partido Socialista, estamos disponíveis para aprofundadamente debater este tema fulcral da futura governação da cidade, com base no estudo apresentado e com vista a defendê-lo, não enquanto proposta fechada, mas sim numa perspectiva de debate e de diálogo franco e aberto com todos os actores aqui presentes. -----

----- A bem da Cidade e em prol do bem comum e focados no interesse público. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Filipe Lopes (IND-PS)** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Senhor Presidente da Câmara -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhores Deputados Municipais -----

----- Senhoras e Senhores -----

----- Por limite de tempo não abordaremos, na minha intervenção em nome dos meus cinco colegas, a necessidade que consideramos indispensável de um poder autárquico ao nível da Área Metropolitana. -----

----- Há já várias décadas que se vem manifestando a necessidade de reformular a organização e o modo de relacionamento entre si de poderes centrais, Câmara e Assembleia Municipal, poderes locais, Juntas e Assembleias de Freguesia, e população. -----

----- A manifesta distância entre a Câmara e a população é um obstáculo à resolução das necessidades locais e a falta de meios de toda a espécie das Juntas não lhes permite essa resolução. -----

----- Câmara e população só poderão aproximar-se descentralizando a Câmara as suas competências, o que, face ao número de freguesias e disparidade das respectivas dimensões, só será possível mediante nova organização territorial. Esta poderá fazer-se com base nas propostas Unidades de Gestão Local, que a nosso ver não deviam ser mais dez, antes menos, considerados a extensão territorial e o volume de população. ---

----- Qual é então o problema? -----

----- O essencial é não se perder a grande valia da proximidade e da identidade que está nas Freguesias. -----

----- De manhã vimos em várias intervenções a importância histórica e identitária das Freguesias e a valia das suas diferentes dimensões. -----

----- A proximidade permite um conhecimento mais rico e mais real das situações e a identidade tem um valor psíquico fundamental para os indivíduos, para o seu equilíbrio. -----

----- Haverá vantagens em alterar as Freguesias? Agrupar as mais pequenas? Dividir as maiores? Alterar os seus limites? -----

----- As Unidades de Gestão Local estarão ao serviço de um conjunto de Freguesias que deverão ter capacidade decisória nessas Unidades de Gestão a que pertencem. -----

----- As competências e tarefas terão de ser redistribuídas entre Câmara, Unidades de Gestão e Freguesias. Tudo isto tem a ver com a vida dos habitantes, residentes e utentes da Cidade. É com eles que deverá ser construído o consenso. -----

----- Ora, tanto quanto sabemos, foram institucionalmente ouvidos os Presidentes das Juntas. Para nós, os respectivos Executivos, as Assembleias de Freguesia e os

habitantes deverão participar neste debate, sendo todos previamente informados do que está em jogo, procurando formas de participação activa e clara, podendo-se então chegar a um consenso alargado que permita que as mudanças se façam de um modo positivo e sem grandes percalços. -----

----- A este grande esforço querem os “Cidadãos por Lisboa” dar o seu contributo e penso que todos nós também. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Senhoras e Senhores Autarcas -----

----- Caros Convidados -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores -----

----- Um processo de Reforma Administrativa em Lisboa e no País deveria principiar pela definição das regiões, por uma efectiva regionalização, pilar de poder intermédio que entendemos fundamental para realizar políticas de desenvolvimento integrado, de produção de bens e riqueza. Essa seria a perspectiva correcta de combater o definhamento do interior, de organizar as áreas metropolitanas e o litoral para o futuro difícil que é preciso enfrentar e construir. -----

----- Ora, o que aconteceu nos últimos anos, na Área Metropolitana de Lisboa, foi, desde logo, a alteração da legislação que vigorava. Tínhamos as leis 10 e 11 de 2003, conhecidas por leis Miguel Relvas, que já vieram enfraquecer, na altura da promulgação e, depois, na prática, as áreas metropolitanas. A legislação produzida pelo governo PS, a Lei n.º 46/2008, foi pior; retirou o estatuto existente, de autarquias metropolitanas, à Assembleia e à Junta, ficando na lei e na prática uma associação de municípios com poderes e financiamentos muito mais reduzidos. -----

----- Convém dizer que, no final do anterior mandato, a Assembleia Metropolitana aprovou por unanimidade um documento com a proposta de eleição directa de representantes metropolitanos e a criação de condições adequadas ao exercício de funções, neste patamar de poder, que dessem respostas eficazes e coordenadas às realidades difíceis e exigentes da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Mas ficámos pior do que estávamos. Menos reuniões e trabalho da Assembleia, posições firmes da Junta que não são ouvidas, dificuldades crescentes de trabalho no âmbito metropolitano. -----

----- Este estudo para uma reforma administrativa aqui apresentado coloca a perspectiva de funcionamento de Lisboa à escala metropolitana. Estamos de acordo com a necessidade de respostas coordenadas e regionais, não num plano leonino de Lisboa, mas em igualdade, uma vez que a Cidade se insere, desde há muitos anos, na realidade multiforme, complexa e desafiadora das duas margens do Tejo e de territórios de 18 municípios que vão sobrevivendo à ausência de estruturas e poderes efectivamente representativos e coordenados, em cada sector de actividade e na sua globalidade. -----

----- A Câmara Municipal encomendou um estudo sobre a reforma administrativa a especialistas conhecedores da matéria noutras cidades e países. O estudo tem páginas

de reflexão que suscitam interesse e tem outras mais difíceis de entender, nomeadamente quando indiciam dispensa de áreas fundamentais da acção do município, apontando para a externalização e para outras formas de perda de responsabilidades e de poderes que são eminentemente autárquicos e que assim devem continuar. -----

----- No entanto, o estudo tem a abertura, que também defendemos, de propor que se caminhe com inteligência e sensibilidade, para avaliar profundamente a situação da cidade, para encontrarmos, todos juntos, eleitos e populações dos bairros e freguesias, as medidas e as decisões que venham dessas realidades identitárias tão diferentes e enriquecedoras da diversidade de Lisboa. -----

----- Há um património inestimável em cada zona da Cidade que não pode ser prejudicado, de proximidade entre eleitos e populações, de práticas crescentes de resolução de problemas e desafios que a Câmara Municipal não resolve ou afasta das suas responsabilidades. Há experiências que vêm fazendo o seu caminho e tornam Lisboa, apesar de tudo, menos agreste, menos vazia e mais solidária e participativa, e tudo isso, e muito mais, vem sobretudo das Juntas e das Assembleias de Freguesia, das populações participativas e empenhadas, das estruturas associativas e populares. --

----- Qualquer objectivo de reduzir, a régua e esquadro, Juntas de Freguesia em Lisboa, poderia ser muito perigoso e ineficaz para quem deseja respostas sérias, estudo e mudanças adequadas a partir dos interesses reais das populações locais. Nós entendemos que os problemas de Lisboa não advêm das Juntas de Freguesia e das suas actividades. Bem pelo contrário. Advêm sobretudo da inoperância da Câmara Municipal em resolver problemas municipais que são importantes. -----

----- A redução brutal e imposta das freguesias em Lisboa, por exemplo de 53 para 29 freguesias, e há propostas para menos, levaria à diminuição de cerca de 1/3 de eleitos, de 619 para 427. A representatividade das diversas forças políticas e a sua intervenção ficariam afectadas, como também poderão ficar a nível municipal, na Câmara e na Assembleia, se essa ameaça da alteração da lei eleitoral para as autarquias avançar. Aqui estamos em pleno desacordo com aquilo que foi dito pelo PSD. -----

----- O que se impõe desde já, em relação aos órgãos autárquicos Juntas e Assembleias de Freguesia, é o reforço das suas atribuições, competências e meios, e não o que já se configura como sinal de retrocesso aos antigos órgãos passadores de atestados e pouco mais. A retirada de mais dotações no Orçamento de Estado para 2011, bem como a dívida anterior às Juntas de Freguesia, colocam em causa projectos necessários em Lisboa, em cada bairro e freguesia, tal como atingem mais duramente a existência de eleitos em permanência nas freguesias com maior número de eleitores e onde são profundamente necessários. -----

----- Afinal, para onde caminhamos? Para o alargamento da acção das autarquias, para o aprofundamento da democracia em cada zona, nos bairros e freguesias da Cidade, ou para a concentração de poderes na Praça do Município, em centralizações complexas e arquitectadas de cima para baixo, como se as Juntas de Freguesia fossem departamentos e prolongamentos da Câmara Municipal? -----

----- Defendemos e propomos que haja mudanças e reajustamentos, mas todo esse processo tem de ser democrático e tem de vir das freguesias e das populações, para que os habitantes de Lisboa sintam e saibam que tudo o que está em causa lhes interessa e diz respeito. Mudar, transformar, tornar mais viva e operativa cada realidade local e a cidade no seu todo exigem desde logo, dos eleitos nomeadamente, uma postura de estudo, de rigor, de respeito pelos cidadãos que vivem em Lisboa e têm cada vez mais dificuldades em conseguir uma vida melhor. -----

----- Qualquer divisão administrativa tem de servir e deve servir a Cidade. Não pode ser de corte e costura, com interesses eleitorais nas entrelinhas. Facilitar, fechar os olhos e deixar passar, não estudar e não ir a cada local, a cada freguesia, ouvir e ter em conta as propostas, os sentimentos e a identidade das populações, seria o pior caminho para Lisboa. -----

----- Conhecer o estudo realizado, que é um estudo e poderá estimular outros trabalhos e desenvolvimentos, entender o papel fundamental da Câmara e dos serviços, que terão de assumir responsabilidades próprias, maior proximidade e eficácia; não haver demissão dos eleitos naquilo que é essencial à cidade; entender que há funções e responsabilidades que são da Câmara Municipal e não podem ser alienadas e privatizadas; criar melhores condições, meios e financiamentos para as Juntas e Assembleias de Freguesia, que são órgãos com autonomia legal que não pode ser diminuída; combater e corrigir cortes em orçamentos de Estado que afectam a acção das Juntas de Freguesia, como é o caso do orçamento de 2011, que reduz em cerca de meio milhão de euros a dotação para as freguesias de Lisboa; privilegiar a proximidade social, cultural, desportiva e identitária, a eficácia e rentabilidade dos órgãos locais, as dinâmicas estimulantes e criadoras que importa fortalecer; entender que o processo de reforma administrativa é da competência da Assembleia da República, depois da participação dos eleitos e das populações em Lisboa, depois da audição legal e obrigatória das assembleias de freguesia, havendo naturalmente outras propostas a estudar e a acrescentar; estarmos atentos a alterações previsíveis de populações locais, que não são aprofundadas neste estudo apresentado; estarmos disponíveis para a análise e para a realização de iniciativas com populações dos bairros e das freguesias; fazer o necessário caminho de ponderação e descoberta de ajustamentos adequados, encontrar soluções criadoras de maiores dinâmicas e realizações locais e municipais, devem ser os nossos principais objectivos. -----

----- Deve ser o nosso trabalho nos tempos mais próximos, para encontrarmos consensos e propostas que dêem respostas decisivas aos problemas cruciais de Lisboa e ao desenvolvimento da Cidade e da Área Metropolitana, como um todo desafiador e diferente. E ainda bem que é diferente e identitário nas diversas realidades socioeconómicas, políticas e culturais, o que contribuirá para uma maior amplitude da vida democrática e para a transformação positiva e urgente da Cidade e da Região. ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP)** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Caros Deputados Municipais -----
 ----- Caros Convidados -----
 ----- Público -----
 ----- No momento em que a discussão da reforma administrativa da Cidade de Lisboa ameaça centrar-se nas fronteiras do mapa, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa decidiu, em boa hora, organizar uma conferência que nos convida a uma reflexão bem mais importante e séria do que essa que ameaça fazer-se, que é uma discussão sobre qual o modelo de governação que cada um de nós quer para a Cidade de Lisboa. -----
 ----- Trata-se de uma excelente pergunta e de um excelente pretexto para pensar a Cidade de Lisboa naquilo que é mais relevante para os cidadãos, de que forma poderemos tornar a administração da Cidade num instrumento de progresso e de desenvolvimento e não de atraso. -----
 ----- Saúdo-a por isso, Senhora Presidente, pela ousadia da pergunta que nos coloca e pela coragem de centrar a discussão do problema naquilo que interessa, no coração do problema, para usar um título de um dos autores que mais gosto. -----
 ----- Quem me conhece sabe que gosto particularmente deste debate, porque penso que ele permite fazer uma comparação das alternativas políticas que se cruzam para a Cidade de Lisboa. -----
 ----- Também nós aqui temos dois modelos em confronto, o modelo que entende que o Estado, central ou local, é o agente e um promotor por excelência do desenvolvimento e do progresso, e uma outra ideia, que é a minha, de que o modelo mais importante é aquele que encontra no indivíduo e no seu papel, e nas famílias, o mais importante agente promotor do desenvolvimento. -----
 ----- Qual é que é então, com base nisto, o modelo de governação que o CDS-PP defende para a Cidade de Lisboa? -----
 ----- Quando estava a preparar o que havia de vos dizer aqui hoje, estava a ler um livro que se chama “L’Économie ne ment pas”, “A Economia não mente”, de um autor que gosto muito, Guy Sorman, e ele defende a tese de que aquilo que diferencia os países ricos e desenvolvidos dos países pobres e atrasados não está tanto nos factores endógenos, ou seja o clima, as riquezas naturais, a localização geográfica, etc., mas na existência de instituições sociais que sejam suficientemente fortes, que enquadrem a sociedade e se centrem no indivíduo e posicionem o indivíduo, juntamente com os seus pares e as suas famílias, de forma exigente perante o poder público e permitam o seu crescimento e desenvolvimento humano, económico e social. -----
 ----- Este autor dá exemplos dessas instituições. Um Estado de Direito, uma justiça autêntica, bancos e empresas independentes da pressão política, o respeito da palavra dada, as instituições. -----
 ----- O que é que têm em comum, para aquilo que agora me interessa, estas instituições? Elas resultam da actividade individual dos cidadãos e são independentes e, nalguns casos, antecedem o próprio Estado. É neste quadro que o CDS-PP gosta de pensar as autarquias. -----

----- Elas têm que corresponder a espaços políticos de liberdade, em que os cidadãos e as suas famílias encontram a liberdade para organizar as suas vidas, para tomarem as suas decisões, para poderem escolher como é que hão-de aplicar os seus talentos e como é que hão-de aplicar os seus recursos. Quanto mais liberdade para os indivíduos e para as famílias, maior será o desenvolvimento social e económico dos países e cidades onde vivem. -----

----- Esta constatação, se me permitem a ousadia, enfrenta qualquer verificação empírica de comparação entre países desenvolvidos e países menos desenvolvidos. ----

----- Aliás, na sua etimologia grega, autarquia significa precisamente auto-governo. Aplicada à política ou a esta questão que nos traz aqui, este conceito representa um poder próprio dos cidadãos reunidos em órgãos locais, cujo exercício é independente e que, aliás, antecede o próprio Estado. Basta ler Alexandre Herculano, que já foi citado aqui hoje, para tomarmos consciência disto mesmo. Era ele que escrevia que os concelhos são a organização da democracia contra os poderosos, contra o poder central. É por aqui que vai o CDS-PP, mas em que é que isto se reflecte mais concretamente no modelo de gestão da Cidade? -----

----- Em primeiro lugar, este quadro ideológico exige uma reflexão séria sobre quais são as competências e quais são os poderes que devem estar a cargo do Estado, seja ele central ou local. Para o CDS-PP, o Estado só deve intervir legitimamente quando se verifique que os indivíduos são incapazes de o substituir. O Estado existe para servir o indivíduo e não o contrário. -----

----- Não podemos, por isso, continuar neste modelo em que o Estado multiplica intervenções desnecessárias e quase sem controlo, tanto mais que a experiência mostra que, onde o Estado entra, só com muita dificuldade mais tarde consegue retirar-se, passa quase a ter uma existência própria, como se perdesse a sua função de serviço e se justificasse por si próprio. -----

----- Neste sentido, a reforma administrativa da Cidade será útil se ao mesmo tempo a Autarquia se libertar de um conjunto de tarefas que não fazem hoje sentido estar dependentes de um despacho municipal e é possível encontrar mecanismos destinados a alcançar este objectivo, desde a eliminação dessas competências, à sua contratualização com associações e formas espontâneas de organização de cidadãos. --

----- Há um longo caminho a percorrer e, aliás, no estudo que foi apresentado hoje há até pistas muito interessantes e é com alguma curiosidade que esperamos saber se este Executivo as segue e as acolhe, ou não. Se esta reforma administrativa trouxer esta transferência de competências para os cidadãos e para as famílias, o CDS-PP dirá claramente que sim. -----

----- Em segundo lugar e definidas as competências que devem ficar a cargo do Estado, tem que fazer-se uma reflexão séria sobre qual o patamar de Estado em que elas devem situar-se. Para o CDS-PP têm que ser descentralizadas todas as competências que possam ser exercidas a nível local e, dentro do nível local, por estruturas próximas dos cidadãos. Ou seja, não podemos estar só a falar da descentralização do Município para as Freguesias, que é de facto muito importante.

Precisamos de falar também, sem medos, da transferência e da descentralização do Estado Central, do Terreiro do Paço para os Paços do Concelho. -----

----- Neste sentido, a reforma administrativa da Cidade só será útil se ao mesmo tempo existir um esforço de autonomização de Lisboa face ao poder central, que tantas vezes interfere no nosso dia a dia a pretexto de um centralismo que já não faz sentido. -----

----- Como dizia Alexandre Herculano, o poder central deve ser unicamente a expressão, o resumo, a manifestação dos interesses locais em tudo aquilo que cada um deles não pode individualmente manifestar-se, em tudo aquilo que é necessário limitar o direito de acção de uma localidade para que não tolha o direito de acção de outra. ---

----- Se a reforma administrativa trouxer um reforço das competências do município face ao poder central e das freguesias face ao município, o CDS-PP dirá claramente que sim. A este propósito é bom lembrar que as freguesias não se justificam porque sim, porque há que manter, ou porque há que ter medo de as modificar, seja para crescer, seja para diminuir, seja para fundir, seja para cindir. Aquilo que temos que definir é como é que pomos as freguesias, que nalguns casos já servem muito bem os seus fregueses, como é que as podemos pôr a servir melhor. -----

----- Em terceiro lugar, definidos os espaços próprios de actuação dos indivíduos e do Estado, central e local, tem de se cuidar de impedir a duplicação de competências e o aumento do aparelho estadual. Para o CDS-PP, a definição de um qualquer modelo de governação, mesmo quando a definição rigorosa dos espaços de actuação foi feita, deve estar dotado de mecanismos que impeçam a duplicação de competências, de funcionários e de recursos, com mecanismos muito firmes de controlo do exercício de poderes. -----

----- Nesse sentido, a Reforma Administrativa da Cidade terá necessariamente de conter uma estratégia clara de auto-limitação de poderes e de recursos, de forma a permitir que o aparelho autárquico se contenha nos exactos limites por ele definidos. Se a reforma administrativa não trouxer qualquer aumento de funcionários ou de recursos e se, antes pelo contrário, trouxer maior e melhor racionalização de funcionários e recursos, o CDS-PP dirá claramente que sim. -----

----- Em quarto lugar, a reforma administrativa, sendo instrumento, não pode ficar completa sem um conjunto de mecanismos que garantam a eficiência da sua actuação. Para o CDS-PP, esta reforma não deve ter como único objectivo a racionalização dos recursos, seria ficar a menos de meio caminho. Esta reforma deve atingir a maior eficiência e utilidade na actuação autárquica. -----

----- É importante assegurar a verificação de dois fenómenos associados à descentralização e que testam da sua eficácia. Por um lado, o voto de cada eleitor deve ganhar importância relativa no resultado final. Por outro lado, os eleitores envolvidos em decisões locais devem ficar mais interessados na matéria em causa. -----

----- O que é que isto quer dizer? Quer dizer que têm que ser instituídos mecanismos de competitividade, quer no município, quer nas freguesias, para que os seus dirigentes sejam responsabilizados pela sua actuação e sejam penalizados ou beneficiados pelos seus fregueses ou municípios, consoante o trabalho que for feito. ---

----- Nesse sentido, é costume falar-se e a meu ver bem, aliás, o Presidente da Câmara falou disso na última reunião, da necessidade de pensarmos na autonomia fiscal das autarquias. É um ponto importante para permitir que os cidadãos de Lisboa ou das outras autarquias possam penalizar, ou pelo contrário aplaudir ou favorecer, o trabalho exercido pelos seus eleitos. -----

----- A competitividade constitui o mais poderoso estímulo ao funcionamento eficiente de órgãos políticos e permite estabelecer uma maior relação entre as políticas e os eleitores. Se a reforma administrativa trouxer pistas quanto a estes mecanismos de competitividade, o CDS-PP dirá claramente que sim. -----

----- Em quinto lugar, e para terminar, a definição concreta das circunscrições administrativas não pode resultar de uma opção centralista que se afasta das dinâmicas espontâneas já criadas pela Cidade. Para o CDS-PP, a reforma administrativa não pode ser imposta por um novo centralismo local, têm de ser as populações a acolher a nova definição política do mapa administrativo da Cidade, sob pena de desvirtuarmos o princípio fundacional da reforma. Neste sentido, deve optar-se por uma definição de fronteiras que não tenha como consequência o retalho artificial das dinâmicas locais. Será, porventura, preferível pensarmos que é de facto melhor ousar. -----

----- Quanto mais minuciosos estivermos nos mapas, quanto mais freguesias estivermos a discutir, provavelmente maiores engulhos e problemas estaremos a trazer para esta reforma. Não há que ter medo de ousar quanto às soluções que são propostas no estudo. Aliás, há que olhar para este tema sob um prisma que deve ser moderno, porque é de modernidade que estamos a falar. Os modelos antigos, se não servem devem ser substituídos por outros modelos, sem qualquer medo. -----

----- Se a reforma administrativa evitar este centralismo local, procurando através de um mapa criar divisões artificiais, então o CDS-PP dirá claramente que sim. -----

----- Estão já definidos, em traços muito gerais, os pressupostos do CDS-PP para análise da reforma administrativa da Cidade. São estas as linhas por que coseremos a nossa actuação política do modelo que em concreto vier a ser apresentado. São, do nosso ponto de vista, as linhas alternativas a uma visão mais socialista do entendimento do que é o papel de uma autarquia. -----

----- Somos, por isso, claramente favoráveis, manifestamente favoráveis a uma reforma administrativa que reduza os corpos administrativos actuais e que os substitua por órgãos administrativos mais ágeis e mais adaptados aos tempos modernos. -----

----- Para já, estamos entre os que vêm com bons olhos a abertura desta discussão e não temos qualquer engulho ou preconceito relativamente ao que há que fazer. Há de facto que ousar, mas não somos favoráveis à redução apenas pela redução, isso seria, como já disse, ficar a menos de meio caminho do que há que fazer. É por isso que venho insistindo neste quadro ideológico que informa o CDS-PP, para que melhor percebam aquilo que está, do nosso ponto de vista, em causa. -----

----- Sou, como sabem, um crítico feroz daquilo que considero o socialismo, que é um consenso nacional e gostava de explicar porquê. Porque ele parte de um pressuposto que eu considero pessimista relativamente ao indivíduo. Quase que não acredita que

ele possa por si próprio, em sociedade, organizar-se de forma a promover e proporcionar o desenvolvimento. De certa forma, o indivíduo é quase visto como o outro, como o patrão, ou o incumpridor, ou o explorador, ou o faltoso, ou o abusador.

----- Para tentar compensar este pessimismo, que é perfeitamente legítimo e tem fundamento doutrinário suficiente, há uma tendência para entender o Estado como a melhor forma de limitar esta incapacidade do homem. Criam-se, normalmente, instituições públicas estatais dotadas de poderes e competências muito amplas e capazes de intervir em todas as dimensões da vida social. -----

----- Acontecer esta discussão, da Reforma Administrativa da Cidade, trazida por um Executivo socialista é para mim um desafio interessante, curioso e estaremos, espero eu, à altura de poder colaborar com ele no sentido de o tornar, se me permitem, o menos socialista possível. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Senhores Deputados Municipais -----

----- Caros Convidados -----

----- Estamos hoje a debater a Reforma Administrativa da Cidade, em torno do documento “Qualidade de Vida e Governo da Cidade – Bases para um novo modelo de Governação da Cidade de Lisboa” contributo importante do Prof. Augusto Mateus e do Prof. João Seixas, na mesma forma que seguimos com muita atenção o debate e a decisão sobre a Reestruturação dos Serviços Municipais em torno da alteração da “Orgânica dos serviços da Câmara”. -----

----- Estes dois documentos são de enorme importância para sabermos se estamos ou não a dar passos para ter uma governança a favor dos Cidadãos e serviços públicos de qualidade e de proximidade. O Bloco de Esquerda considera fundamental ouvir os cidadãos, não através de página do tamanho A4 na internet mas através de reuniões por grupo de freguesias. -----

----- Para uma boa governança da Capital é também importante assumir boas políticas e boas práticas à escala Metropolitana se queremos o repovoamento da cidade, ter boas políticas nas áreas da habitação e reabilitação, atraindo jovens e pessoas de menores recursos, combatendo a especulação imobiliária, cuidando do emprego e da sua qualidade e da mobilidade, dando prioridade ao transporte público sobre o privado. -----

----- São as boas políticas que fazem um bom governo da Cidade. -----

----- O Documento em discussão “Qualidade de Vida e Governo da Cidade” faz a crítica à estrutura organizacional da Câmara Municipal de Lisboa, “extremamente taylorista, sectorializada e verticalizada” que a Câmara assume, com a sua proposta de nova orgânica, mais transversal, com “movimentos de desconcentração e descentralização” que a nosso ver deve ser aprofundado, aproveitando e valorizando melhor todos os seus recursos humanos, com serviços à população de maior proximidade e desburocratizados, com a passagem de muitas das competências das Empresas Municipais para a esfera da Câmara, num movimento contrário ao

preconizado no documento de Empresarialização e Externalização de serviços que resultará na degradação e privatização destes. -----

----- Defendemos uma maior descentralização de meios e competências efectivas nas freguesias. Defendemos uma Câmara mais transparente, dos órgãos autárquicos e empresas municipais nas relações com os munícipes. -----

----- A alteração da legislação autárquica para criar “executivos monocores” também não cria processos de maior transparência e enfraquece a fiscalização democrática dos cidadãos. -----

----- Defendemos que algumas empresas municipais não têm justificação funcional suficiente, podendo e devendo as suas funções ser directamente asseguradas pela CML. Por outro lado, tais empresas constituem um encargo incompatível com a actual situação financeira da Câmara. Estas empresas têm permitido três vícios que importa eliminar: Primeiro, a fuga ao controlo público da despesa (designadamente a fiscalização prévia do Tribunal de Contas), bem como ao controlo político e democrático da Assembleia Municipal. Segundo, a prática de exercícios de compadrio e favorecimento que minam a autoridade e o prestígio dos poderes públicos. Terceiro, a injustificada institucionalização de uma “administração paralela” que afecta o funcionamento normal dos serviços centrais. -----

----- Em nossa opinião apenas a EPUL e a GEBALIS justificam a sua manutenção, muito embora fundidas numa única empresa municipal de habitação que sirva uma nova visão política de habitação e reabilitação para a Cidade. As restantes devem ser extintas, retornando as suas funções à Câmara, bem como o pessoal ao seu serviço. ---

----- Por último defendemos uma Câmara mais próxima dos cidadãos. Não temos uma opinião ainda firmada sobre o número e o mapa final das freguesias e o porquê de serem 27, 35 ou 42, queremos também ouvir os cidadãos e o que pensam. -----

----- Mas alguma coisa tem de ser feita, temos uma organização da Câmara, desarticulada e burocratizada, a organização política e administrativa da cidade é completamente irracional. Existem 53 freguesias com dimensões completamente diferentes. E, no entanto, todas são tratadas da mesma forma. Umas, sem meios necessários para responder aos grandes problemas que se lhe colocam, outras com uma actividade quase inexistente. -----

----- A decisão final cabe ao Parlamento – Assembleia da República. -----

----- O Bloco de Esquerda desde há muito que considera ser necessário para resolver a irracionalidade da Divisão Administrativa de Lisboa, dar massa crítica e poder político às freguesias, aproximar a decisões da população e desburocratizar a Câmara Municipal, pelo que propomos a criação de distritos urbanos. -----

----- Os distritos urbanos resultarão do agrupamento voluntário de freguesias. Aquando do agrupamento passará a haver a possibilidade de protocolos de transferência de competências, técnicos e recursos financeiros da Câmara para o Distrito Urbano e a elaboração de contratos-programa para investimentos específicos. -

----- As áreas possíveis de transferência de competências são a nosso ver: projecto e manutenção de espaços exteriores; conservação e melhoria de espaços públicos; recolha selectiva de resíduos; gestão da rede rodoviária local (sentidos de circulação,

sinalização, ruas residenciais, espaços pedonais, etc.); licenciamento da construção em espaço urbano consolidado de um lote definido; fiscalização das obras particulares; manutenção e melhoria de equipamentos colectivos de proximidade, como os do ensino, saúde e assistência, desportivos, espaços verdes, etc.); obras coercivas; propostas de aquisição de imóveis para habitação de renda controlada e para EPUL-Jovem. -----

----- Os distritos urbanos intervirão nos espaços públicos e equipamentos de proximidade, nas obras particulares, na rede viária local, na habitação social e no licenciamento de estruturas no subsolo. -----

----- A esses distritos urbanos estarão ligados gabinetes de apoio técnico. À semelhança aliás da proposta de desconcentração da Câmara. Para os formar deverão ser deslocados técnicos de todas estas áreas, a trabalhar actualmente na Câmara, que passam a depender desta estrutura. Deverão também funcionar dentro da estrutura, mas dependendo estes da Câmara, técnicos da área do planeamento, que aqui recolham a informação necessária e que desenvolvam algum trabalho de ligação com os técnicos e autarcas do Distrito. -----

----- O conjunto de técnicos que constituirão o Gabinete de Apoio Técnico ao respectivo Distrito Urbano, será responsável pela descentralização dos serviços, articulação horizontal com os restantes distritos e articulação com a Câmara. O Gabinete Técnico será chefiado por um técnico equiparado a Director Geral. Os custos de pessoal serão suportados pela Câmara, enquanto os restantes custos serão suportados pelas freguesias. À passagem de poderes e competências corresponderá, obviamente, a respectiva transferência orçamental. -----

----- Os serviços centrais serão também responsáveis pelo apoio aos gabinetes de apoio técnico, em matérias como o levantamento topográfico, a realização de pequenas obras no espaço público e na informatização da gestão urbanística descentralizada dos serviços de saneamento e instalação de sinalização viária. -----

----- A criação dos distritos urbanos deverá ter como critério a sua dimensão demográfica, a contiguidade geográfica, a sua ligação histórica, a dimensão mínima para as suas novas funções. -----

----- Apesar do agrupamento de freguesias em distritos urbanos ser voluntária, avançamos com uma proposta de possível divisão da cidade em 12 distritos urbanos, onde ficam com uma dimensão entre os 30 e os 50 mil habitantes, o suficiente para a transferência de poderes e competências que é proposta. -----

----- Como critério, teve-se em conta as características socioculturais, as barreiras naturais e viárias, a demografia e as necessidades logísticas. Esta divisão não é mais do que uma proposta, aberta à própria vontade das freguesias, mas pode ser um bom ponto de partida para a compreensão do que venham a ser os distritos urbanos e passos para um modelo da governança da nossa Cidade. -----

----- Este é o contributo do Bloco de Esquerda para a discussão sobre: “Um novo Mapa de Lisboa para o século XXI? Modelos de governação da Cidade” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** -----

----- Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

----- Senhor Presidente da Câmara -----
----- Senhoras e Senhores Vereadores -----
----- Senhoras e Senhores Convidados -----
----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----
----- Gostaria de começar por felicitar os autores do Relatório Final sobre o Projecto “Qualidade de Vida e Governo da Cidade”, os Senhores Professores Augusto Mateus e João Seixas, pelo excelente trabalho que desenvolveram e que agora vêm apresentar a esta Casa. -----
----- Os Deputados Municipais do Partido da Terra, na sequência da análise que efectuaram ao trabalho que foi apresentado a este Plenário no decurso da manhã de hoje, entendem ser da mais elementar justiça dar uma nota de apreço pelo trabalho desenvolvido e pelas soluções aqui apresentadas.-----
----- Seguidamente, e porque justiça deve também ser feita a este Executivo camarário que tomou a iniciativa de propor a reforma da Cidade de Lisboa, gostaria de felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Costa, por esta contribuição que entendemos válida para o futuro da nossa Cidade. -----
----- O estudo que agora nos é apresentado sob a forma de Relatório Final refere, e bem, que durante as duas últimas décadas se sedimentou em Lisboa uma “evidente necessidade de se repensar e de reformar os modelos de governação da Cidade”. -----
----- Não poderíamos estar mais de acordo! -----
----- De facto, o modelo administrativo actualmente existente na Cidade de Lisboa, pelos vários motivos e com as justificações brilhantemente apresentadas no Relatório dos Senhores Professores do Instituto Superior de Gestão, deixou de ter actualidade como modelo funcional face a uma Cidade em profunda mutação como é o caso de Lisboa. -----
----- A evidente ineficácia do actual modelo de organização e de governação do Município levaria a que, mais dia, menos dia, houvesse necessidade de se repensar um novo modelo de organização da Cidade que levasse em conta as actuais complexidades de uma cidade capital como Lisboa. -----
----- Em suma, julgamos que o momento escolhido por este Executivo para repensar e estudar um novo modelo de governação para a Cidade de Lisboa, não poderia ter sido mais oportuno. -----
----- Quanto ao trabalho propriamente dito, cumpre referir que entendemos a metodologia utilizada e que concordamos inteiramente com os quatro pilares avançados como suporte para as reformas na governação da Cidade. -----
----- Se concordamos com a metodologia proposta neste trabalho, e aceitamos como válido o estabelecimento dos referidos pilares, isto é, as perguntas essenciais que há que fazer à própria Cidade para lhe traçar o rumo correcto, já não podemos concordar na íntegra com todas as soluções finais apresentadas no mesmo Relatório Final. -----
----- Não se pretende com isto negar a evidente necessidade de reformulação e redefinição das competências governativas da Cidade de Lisboa. -----
----- É um facto, por todos bem reconhecido, que as ineficiências e ineficácias do actual modelo de organização e governação do Município, que aliás mais do que uma

vez foram aqui debatidos nesta casa, estão bem patentes nas inúmeras deficiências e excessivos desperdícios desta pesada máquina burocrática e antiquada estrutura organizacional do Município, como aliás bem refere o trabalho apresentado pelos Senhores Professores. -----

----- No entanto, e contrariamente às soluções preconizadas no Relatório Final, entendemos que aquelas competências, que advêm do mandato conferido pelo povo de Lisboa, deveriam, necessariamente, ser partilhadas ou compartilhadas entre estruturas municipais que fossem sufragadas pelos cidadãos de Lisboa, isto é por órgãos eleitos directamente pelos cidadãos, como corolário do princípio da democraticidade. -----

----- Acontece que, as soluções preconizadas no Relatório Final apontam, todas elas, para a criação de mais uma mega estrutura municipal, neste caso apelidada de Unidades de Gestão e que, como refere o Relatório, não passam de meros organismos municipais territorializados que, neste caso, agrupariam territórios completos de freguesias numa perspectiva intra-municipal de administração, ou seja um verdadeiro espaço de gestão em simultaneidade com os órgãos Câmara e Juntas de Freguesias. --

----- Ora, se como refere o Relatório estas Unidade de Gestão, que “coincidirão com territórios completos das freguesias”, se desenvolverão no seio municipal “no sentido de uma especialização territorial, para processos de acção pública que possam assim deter similaridades e complementaridades próprias entre elas”, então, perguntarei para quê manter as estruturas Juntas de Freguesia? -----

----- Por outro lado, convém não esquecer que enquanto as Juntas de Freguesia são sufragadas directamente pelos munícipes de Lisboa, aquelas outras novas estruturas, as Unidades de Gestão, que o relatório propõe criar, não passam de meros organismos municipais que “paralelamente às Juntas de Freguesia” serão dotadas de competências municipais não legitimadas pelo povo de Lisboa, mas antes, por decreto presidencial do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Perguntarei, neste caso, como se processará a responsabilização política dos titulares destas nove novas estruturas que, segundo se depreende do Relatório em análise, responderão unicamente perante o Pelouro responsável? -----

----- No relatório refere-se que estas “unidades visam garantir um equilíbrio nos movimentos de centralização da decisão estratégica, para dar coerência e força à governação, e de desconcentração e descentralização da acção operacional....etc. ...”.

----- Ora, pergunto eu, será que não é exactamente para isto que servem as Juntas de Freguesia? Que para além de terem órgãos eleitos directamente pelos munícipes se encontram num nível de municipalidade mais próxima daqueles mesmos munícipes? Julgamos que, em vez de se criarem mais níveis de governação entre a Câmara e as Freguesias, como propõe o Relatório, ambas as estruturas deveriam trabalhar mais em proximidade com associações de residentes, associações de bairros, IPSS etc. -----

----- No Partido da Terra, entendemos que a solução passa, ao invés, pelo reforço das competências camarárias nas freguesias, suportadas por eficazes instrumentos de gestão necessários ao cabal exercício dessas mesmas competências delegadas, mediante uma política de maior responsabilização tanto dos autarcas delegantes

como dos delegados, e não da criação de mais um órgão que, julgamos, para além de acarretar mais despesa para os cofres da autarquia irá, necessariamente, gerar maior confusão, ineficácia e burocracia aos mecanismos de gestão autárquica. -----

----- Outra questão que se levanta com a criação desta nova estrutura será, no nosso entender, o esvaziamento das competências camarárias e da desresponsabilização dos titulares dos órgãos camarários eleitos, esses sim, democraticamente eleitos. -----

----- Para além do mais, julgamos que os já de si penosos canais de comunicação ou de interligação entre as estruturas de gestão local do Município, vulgo Juntas de Freguesia, e a estrutura de governação da Cidade, vulgo Câmara Municipal, seriam grandemente penalizados com a interposição entre ambas de mais uma estrutura como a proposta no Relatório Final, as unidades de Gestão. -----

----- No Partido da Terra não acreditamos que a efectivação da boa governação da cidade passe, inevitavelmente, pela criação de mais dez unidades de gestão da Cidade como as propostas no Relatório Final. -----

----- Somos, pelos motivos referidos, frontalmente contra a criação desta proposta Nova Estrutura de Gestão municipal -----

----- No que respeita às Juntas de Freguesia, gostaria de assinalar que os Deputados Municipais do Grupo Municipal do Partido da Terra concordam com a reformulação e redução das freguesias lisboetas. -----

----- No seguimento do que já referi anteriormente, concordamos com o entendimento dos Senhores Professores Relatores quando referem que os “processos de reforma deverão contemplar ... “um claro reforço das competências e dos recursos das Juntas de Freguesia, via processos de delegação e de desconcentração de competências operacionais, direccionando responsabilidades para quem detém um maior conhecimento local...” -----

----- Concordamos, igualmente com o facto da actual configuração territorial das freguesias de Lisboa ser uma das principais causas responsáveis pelo desfasamento entre os espaços públicos e os espaços políticos da Cidade. -----

----- Daí que entendemos que o Relatório aponta bem quando indica a necessidade da alteração do número e do limite das freguesias como um dos elementos centrais a todo o processo de reforma das estruturas de governação de Lisboa de forma a reflectir as mudanças demográficas que acontecem constantemente na urbe. -----

----- Nesse sentido, e atento às soluções apresentadas, julgamos que a solução preferível para o novo modelo de Governação da Cidade de Lisboa, para uma efectiva melhoria da Cidade e da qualidade de vida de todos os lisboetas, será o de um modelo mais próximo com a solução preconizada na opção “B” do Relatório Final sem, no entanto, se admitir neste modelo a criação das ditas Unidades de Gestão. -----

----- Posto isto, e como já anteriormente tivemos oportunidade de dizer nesta mesma Casa, os Deputados Municipais do Grupo Municipal do Partido da Terra entendem que se deveria aguardar pelos resultados do Censos de 2011 antes de se efectuar qualquer alteração ao nível territorial das freguesias lisboetas, seja por fusão, incorporação ou extinção de algumas. -----

----- Acreditamos que só com base em dados reais, como os que o Censos 2011 produzirá, poderemos assertivamente optar pelo tipo de reforma da estrutura das freguesias que Lisboa e os seus municípios necessitam e tanto merecem! -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)** -----

----- Exma. Senhora Presidente da Assembleia -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara -----

----- Após estas horas, nós que já desconfiávamos, ficámos com a certeza, com a frase do Prof. Augusto Mateus, que esta apresentação era um estudo político, essencialmente político. Portanto, uma encomenda do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para a sua legislatura e propaganda. -----

----- Ora, achamos que para cumprir a sua encomenda, o estudo, quanto a nós, não seguiu os pressupostos que um estudo deste tipo devia ter. -----

----- A História de Portugal foi esquecida. O País nasceu, cresceu e universalizou-se desde a divisão romana às paróquias visigóticas, aos concelhos e às suas freguesias, e não como em França e Espanha, que têm outra realidade com que agora se quer comparar. -----

----- A tendência centralizadora vem da República Francesa. Os distritos foram impostos ao povo português pelas invasões napoleónicas e já o Marquês de Pombal tinha tentado controlar o Poder Local. -----

----- Fala-se no estudo em descentralizar, mas propõe-se acabar com metade das freguesias. -----

----- Sabendo que o núcleo dos nossos conhecimentos ao longo da nossa vida é cerca de 1.500 a 2.000 pessoas que conhecemos, os nomes e fisionomicamente, e que só retemos visualmente 10.000 pessoas, é esta a dimensão e a razão da freguesia e o conhecimento entre fregueses. -----

----- Fala-se em Lisboa de bairros, mas em vez de criar mais freguesias para a nova realidade lisiponense, acabam-se com as que estão. Não falem que é para poupar, pois os representantes locais, o regedor ou Presidente de Junta, são os que mais sabem poupar e orientar as suas despesas e receitas de acordo com a sua freguesia e os que mais voluntariosos são para fazer serviço público e trabalhar com as regiões e realidades envolventes. -----

----- Diz o Prof. Augusto Mateus que é para aumentar a massa crítica dos autarcas. Acho que foi um pouco deselegante para com os nossos representantes locais, que esses sim são do povo, trabalham para o povo e do povo recebem a confiança do voto, pois conhecem-no e directamente pedem contas. -----

----- Descentralizar não é reduzir freguesias, é aumentar, aliás, o seu número e as suas competências de acordo com as novas realidades, que começaram há mais de cem anos com a Revolução Industrial e que continuam agora com os novos 60 ou 70 bairros sociais. -----

----- As freguesias do centro da Cidade não podem ter as mesmas actividades que têm as da periferia. Umás são centros comerciais a céu aberto e devem ser geridas de acordo com a realidade. Outras, vocacionadas para habitação, devem ser geridas de outra forma. Mas nem uma nem outra devem acabar. -----

----- Os novos bairros sociais devem ter Juntas de Freguesia, para integrar toda a nova diversidade da malha social. Criar clubes desportivos de bairro, escolas de bairro, teatros locais, polícia e tudo o resto, para criar uma identidade própria de bairro. -----

----- É necessário criar *habitats* e não habitáculos, como diz o autor do texto mas não imposto pelo Poder Central, que tem tendência a impor o seu modelo, cortando cerne a possibilidade de criação de núcleos individualizados e diversos. -----

----- Aprofundar a democracia é devolver ao povo o poder de se governar. Descentralize-se todo o Poder Local, devolva-se ao freguês o governo do seu *habitat*, o seu espaço público e respectivas verbas. -----

----- Já que se quer fingir que se descentraliza e na realidade caminha-se para uma centralização nunca conseguida desde as revoluções de 1910 e 1926, lembrar, como dizia o meu colega do CDS-PP, Alexandre Herculano que também dizia que a monarquia constitucional é a melhor das repúblicas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Ilustres Convidados -----

----- Caros Eleitos e estimado Público -----

----- Em primeiro lugar e em nome do Grupo Municipal do PEV, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa de promover a realização deste debate. -----

----- Já há muitos anos que se vem falando da necessidade de uma reforma administrativa na Cidade, da urgência de reorganizar as freguesias de Lisboa, tendo sido a última reforma administrativa aprovada em 1959, onde foram definidos os limites e os nomes das actuais freguesias. -----

----- Parece-nos, portanto, evidente a necessidade de se ter um debate sobre este processo, que se pretende aberto e acolhendo as diversas opiniões, experiência e conhecimento das pessoas que devem estar envolvidas no decurso desta operação. -----

----- Precisamente por isso, para o Partido Ecologista “Os Verdes” é óbvia a necessidade de se proceder a uma reforma administrativa, mas antes de mais, é determinante debater e fazer-se uma reflexão o mais ampla e participada possível. Só assim, em nosso entender, se pode caminhar no sentido de uma proposta que vá de encontro às necessidades e especificidades da Cidade, dos seus moradores e de todos os que utilizam a Cidade. -----

----- Ou seja, uma reforma administrativa deve ter como objectivo a resolução dos problemas de fundo de Lisboa e é uma matéria que exige ponderação, e o contributo de todos nós, com a participação de todas as forças políticas que representam os eleitores de Lisboa. -----

----- A necessidade para se avançar com uma nova divisão administrativa prende-se com o facto de Lisboa ser uma Cidade que, ao longo dos tempos, tem vindo a sofrer modificações e hoje temos Lisboa dividida em 53 freguesias, existindo, entre elas, profundas discrepâncias geográficas e demográficas, em que algumas têm dezenas de milhar de munícipes, e outras apenas umas poucas centenas, por exemplo, a Freguesia

de Santa Maria dos Olivais tem cerca de 50.000 moradores e a dos Mártires, apenas 300. Temos Juntas de Freguesia muito desiguais, fragmentadas e extremamente frágeis. -----

----- Lisboa tem elevadas potencialidades, possui uma profunda força histórica, sociocultural e de identidade. Contudo, é também uma Cidade que apresenta problemáticas inerentes às estruturas e aos modelos de governação instalados, além de ter diferentes características, com diferentes ritmos e com diferentes necessidades, o que terá resultado numa situação de desconexão e de distância entre as estruturas e as pessoas. -----

----- De facto, Lisboa depara-se com vários e sérios problemas que têm que ser resolvidos e para os quais “Os Verdes” têm vindo a alertar: áreas despovoadas, saída de população para concelhos limítrofes, população envelhecida e isolada, assim como uma diminuição drástica de população activa residente. Nalgumas zonas foram entretanto surgindo novas áreas residenciais mas os transportes, os equipamentos, os espaços verdes, e o espaço público estão ainda longe de ter acompanhado este crescimento e estas mudanças. -----

----- Por isso mesmo, a Cidade tem de ser pensada como um todo, mas tendo sempre em conta as especificidades e necessidades de cada freguesia. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa encomendou um estudo sobre a reforma administrativa da Cidade, cujas principais ideias propostas são a concentração das freguesias existentes e a desconcentração dos serviços camarários por grandes áreas territoriais, designadas por Unidades de Gestão. -----

----- Esta versão, intitulada “Bases para um Novo Modelo de Governação na Cidade de Lisboa”, aponta para a possibilidade de redução do número de freguesias e para a criação de nove unidades de proximidade da administração municipal, cuja área de intervenção de cada uma destas unidade coincidiria com os territórios de várias freguesias. -----

----- No estudo, que serve de base à proposta anunciada pelo Partido Socialista, é avançada então a possibilidade de se passar de 53 para 27 freguesias e “Os Verdes” não questionam, concordam até, como tese geral, com uma redução do número de freguesias, mas preocupa-nos o facto de se aumentar a dimensão das freguesias, o que pode potenciar um distanciamento ainda maior entre a população e os eleitos. A realidade é que ao reduzir o número de freguesias para metade, vamos ter freguesias com dimensões de tal ordem, o que pode vir a dificultar o contacto com as populações, o que, na nossa perspectiva, se deve evitar, sobretudo se pretendemos uma democracia participada e uma aproximação entre os eleitores e eleitos. -----

----- Aliás, uma nova divisão administrativa deverá ser orientada tendo como pano de fundo, não só uma maior aproximação entre as freguesias e as populações, como também uma oportunidade para reafirmar a necessidade de dotar as freguesias dos meios e das condições necessárias para desenvolverem as suas atribuições e competências. -----

----- E, neste contexto, é de salientar que as Juntas de Freguesia beneficiam da posição única e privilegiada de proximidade com a população, detêm um maior conhecimento

local, podendo desenvolver políticas de maior proximidade, conhecem melhor a sua área, equipamentos, necessidades, problemas e características. -----

----- Claro que para que as Juntas de Freguesia possam aplicar os seus conhecimentos, estreitando cada vez mais os laços com os munícipes, que é o que se pretende, é necessário haver um reforço dos recursos que estão ao seu dispor. -----

----- A nível da redefinição das freguesias reforçamos a ideia de que esta questão não pode ser resolvida com um critério a régua e esquadro consoante os interesses. -----

----- Há freguesias onde está concentrado o coração de Lisboa, zonas com história e com importância cultural, refúgios de tradições que integram a alma da Cidade, que tecem a sua história e memória e que, como tal, devem ser mantidas. -----

----- Logo, para se avançar com qualquer proposta de reforma administrativa da Cidade é indispensável que se tenha em consideração alguns aspectos como a história, cultura, população, urbanismo e planeamento, entre outros. -----

----- Tratando-se naturalmente de uma proposta em discussão, não é excluída a possibilidade de manutenção do actual número de freguesias, passando a reforma a basear-se na criação das unidades de proximidade, introduzindo diferentes modelos de funcionamento na organização da Câmara. -----

----- Agora, sobre as Unidades de Gestão são apresentadas delimitações mas quer-nos parecer que sobre as suas funções não são avançadas ideias concretas. Aqui, gostaríamos de saber que implicações terão nos próprios serviços do Município. -----

----- Temos estado a falar de uma reforma administrativa da Cidade e acabamos obrigatoriamente por ter que falar da reestruturação dos serviços municipais, para a qual também há intenção de avançar. -----

----- O Partido Ecologista “Os Verdes” entende que deveriam ser apresentadas em simultâneo as bases orientadoras da proposta de reestruturação dos serviços municipais, bem como as suas consequências na organização dos serviços. Sendo esta matéria de relevante importância para os trabalhadores e para o desenvolvimento da cidade, não percebemos por que não se pediu a opinião destes, através dos seus representantes. -----

----- A verdade é que nos preocupa a falta de envolvimento e participação dos trabalhadores nesta discussão. -----

----- Pelo que tivemos oportunidade de analisar é perceptível que se pretende esvaziar as actividades e as atribuições de alguns serviços da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente na Higiene Urbana, Saneamento e Gestão de Equipamentos. -----

----- O Partido Ecologista “Os Verdes”, como é óbvio, opõe-se a uma reestruturação com vista ao esvaziamento de unidades orgânicas da estrutura dos serviços da Câmara Municipal. -----

----- A avançar com esta intenção como ficam os trabalhadores e os serviços que são de grande importância para os cidadãos e a Cidade? -----

----- Esta proposta é-nos apresentada como sendo inevitável, mas não o é. A verdade é que se associa a externalização dos serviços à sua reestruturação como se não fosse possível outra solução, designadamente um efectivo investimento. -----

----- Como sabemos, quando se avança para estes processos, o resultado é claro: os custos aumentam e a qualidade decresce. Também temos muitas reservas quanto aos recursos humanos das Juntas de Freguesia: -----

----- Estarão assegurados todos os postos de trabalho dos funcionários das Juntas de Freguesia, mesmo com a sua extinção ou fusão? -----

----- É que num dos documentos disponibilizados, primeiro, parece que esta questão vai ser tida em conta, mas andando umas páginas para a frente vemos que afinal não será assim, alegando-se dificuldades metodológicas e citando o documento “optou-se assim por não utilizar esta importante variável para a análise tipológica”. -----

----- Este relatório suscita mais algumas reservas, por parte do Partido Ecologista “Os Verdes”, nomeadamente quanto às fronteiras propostas para as freguesias e as consequências eleitorais resultantes desta reorganização territorial. -----

----- De facto, é indispensável e natural que perguntemos: -----

----- Que efeitos reais terá esta recomposição sobre o peso de cada um dos partidos no mapa político da Cidade de Lisboa? -----

----- Nalgumas freguesias os limites propostos parecem-nos aleatórios e arbitrários, o que nos leva a pensar que o critério seja político, tão-somente político. -----

----- Para concluir, apenas expressar novamente que “Os Verdes” estão de acordo com uma Reforma Administrativa da Cidade, que tem de ser discutida e enquadrada nas potencialidades, especificidades e necessidades da Cidade, das freguesias, nunca esquecendo as pessoas, pois uma reforma desta natureza implica obrigatoriamente esta participação, para a qual o Partido Ecologista “Os Verdes” está empenhado. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** -----

----- Terminado este espaço de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e ao fim deste interessante dia, em que foram aqui apresentados diversos pontos de vista sobre o que queremos da Cidade de Lisboa e o que queremos para a Cidade de Lisboa, abre-se agora um espaço de debate e de intervenções do público que gostaríamos que fosse rico e que tivesse a máxima participação possível, uma vez que, felizmente, foram cumpridos os tempos e temos mais de uma hora, se for caso disso, para podermos fazer uma discussão interessante. -----

----- A ideia inicial da organização desta Conferência/Debate pela Assembleia Municipal de Lisboa foi precisamente auscultar e ouvir os munícipes. -----

----- Temos duas questões por escrito e eu não sei se o Prof. João Seixas, ao qual foram lançadas algumas questões pelos vários intervenientes, quer começar por clarificar algumas questões que tenham sido postas relativamente ao seu trabalho. Depois eu daria a palavra aos presentes. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Muitas intervenções foram feitas e com muito conteúdo, escrevi uma série de apontamentos e vou procurar ser breve, na medida do tempo possível. Vou procurar referir algumas reflexões que surgem daquelas tidas até agora e que me parecem importantes. -----

----- Em primeiro lugar, como já se percebeu, o estudo que o Prof. Augusto Mateus coordenou, em termos globais e eu em termos mais executivos, é sobre a governação

de Lisboa como um todo, em cada uma das suas partes, em cada uma das suas escalas, e não é um estudo sobre as freguesias. As freguesias também fazem parte de Lisboa e da sua governação, são um dos elementos de um estudo sobre a governação de Lisboa. -----

----- Em segundo lugar, é um estudo técnico, um estudo científico solicitado pela Câmara Municipal e por nenhum partido, por nenhum indivíduo, nem por nenhuma facção ou grupo em particular. É pela Câmara Municipal, legitimamente e politicamente eleita e nós sentimo-nos muito honrados por aquilo que fizemos como técnicos, como cientistas e, antes de tudo, como lisboetas. -----

----- O estudo chama-se, e este aspecto parece-me importante, “Qualidade de Vida e Governação de Lisboa”, não se chama “Governação de Lisboa”. Procurámos perceber o que é Lisboa hoje, nos tempos mais recentes do passado e nos tempos próximos, para o nosso futuro. Utilizámos muitos meses para fazer um diagnóstico detalhado e o mais actual possível sobre como está a nossa Cidade nas diferentes escalas, o Prof. Jorge Gaspar evidenciou as diferentes escalas com que Lisboa deve ser olhada, de forma qualitativa e de forma quantitativa. -----

----- Chamámos à atenção de aspectos que aqui também foram referidos, como as novas demografias da Cidade, as novas economias, as questões sociais, as questões da qualidade de vida. Não as apresentámos aqui hoje, há um relatório completo com mais de 500 páginas sobre as diferentes cidades da Cidade de Lisboa que podem depois analisar mais tarde. -----

----- É perante estes desafios de Lisboa, perante estes problemas de Lisboa e perante estes anseios e oportunidades latentes de Lisboa que verificámos aquilo que nós chamámos os desfasamentos. Os desfasamentos entre as dimensões de cada problema e cada oportunidade de Lisboa e o sistema de governação tal como ele está hoje em dia. Não são mapas nem fronteiras, é um sistema de governação, com as suas dinâmicas, com os seus processos, com os seus poderes, com as suas políticas, com as suas capacidades e as suas dificuldades. -----

----- Nos inquéritos que o Instituto de Ciências Sociais fez há alguns aspectos que podem ser realçados, nomeadamente o facto de 82% dos inquiridos terem considerado que o sistema de governo de Lisboa precisa de profundas reformas a todos os seus níveis. Claro que as percentagens variam consoante se fale da Câmara, da Freguesia ou da Junta Metropolitana, com uma percepção mais difusa, como era de esperar, mas o panorama geral é este. -----

----- O estudo propõe uma maior aproximação, diríamos uma maior integração entre planeamento, pensamento, estratégia. Depois há agir, programar, actuar e finalmente os sistemas de governação. Esta forma mais integrada que hoje em dia existe com grande dificuldade, como certamente os eleitos da nossa Cidade são os primeiros a dizer. -----

----- Daí o termo “proximidade”. A proximidade, embora seja essencial, com todo o respeito não é com um Presidente de Junta ou com um eleito, a proximidade é com a decisão, com a capacidade de agir, com a política, com o projecto, e proximidade perante isso a todos os cidadãos. -----

----- As principais ideias do estudo não são territórios, fronteiras, mapas. São sim competências, responsabilidades, exigências, recursos. Depois sim, perante isso as nossas propostas são de territórios. São propostas nossas e que vimos com agrado que estão a levantar uma série de reflexões e nós, com todo o gosto, entregamos essas reflexões para agora areópagos como este decidirem. -----

----- De qualquer modo, internamente na nossa equipa discutimos muito se havíamos de apresentar ou não mapas e optámos por apresentar, como se viu. Estes mapas deram-nos bastante trabalho, não foram de forma nenhuma a régua e esquadro, muito menos por qualquer tipo de direcção política partidária, não vou falar dessas questões porque não me parecem pertinentes. Preocupámo-nos com aquilo que foi referido hoje de manhã, com uma coerência territorial em cada um dos bairros e em cada uma das realidades de Lisboa face àquilo que pode ser. -----

----- Fizemos também uma análise profunda da história. Não a apresentámos em meia hora, como é óbvio, mas se quiserem, dado que isso foi bastante falado e parece-me importante, fomos desde os romanos, analisámos a criação do Município de Lisboa, preocupámo-nos com toda a evolução das freguesias desde antes do D. Afonso Henriques. No tempo árabe não se chamavam assim, mas já havia circunscrições da cidade dentro da cerca moura. Também as alterações no século XVI, as alterações no pombalismo, inclusivamente pelo Patriarcado de Lisboa, as reformas normativas de 1835, em 1878 com o Rodrigues Sampaio, no século XX depois da República, depois um retrocesso no poder das freguesias em relação a 1935, depois 1976, 1999, 2002, etc. Tudo isso foi visto, tudo isso foi cuidado. -----

----- O porquê das unidades de gestão, que foi aqui levantado. Nós entendemos que as unidades de gestão são necessárias, importantes para uma desconcentração, que é diferente de descentralização, dos poderes e das responsabilidades municipais. São necessárias, como colocámos, até que se faça uma reforma das Leis Autárquicas. Enquanto não se fizer uma reforma das Leis Autárquicas e as juntas de freguesia não possam ter mais poderes e mais competências e responsabilidades para actuarem em áreas importantes, como por exemplo licenciamento municipal, a Câmara tem que se desconcentrar para estar mais próxima das realidades da sua Cidade. -----

----- Terminava dizendo que para nós, embora o Prof. Augusto Mateus não tenha estado hoje à tarde mas certamente corroboraria aquilo que vou agora dizer, o dia foi muito interessante, levantaram-se outras questões para a modernidade de Lisboa e ainda não terminou o dia, ainda haverá outras intervenções. -----

----- Parece-me que há que dar a devida atenção aos riscos de fazer as reformas todas de uma vez, até porque Lisboa, naquilo que pode actuar, deve dar o exemplo para as reformas do País. Diria que o nosso trabalho, provavelmente, como técnicos termina aqui, mas certamente que não terminará como cidadãos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** -----

----- Respondidas as questões colocadas esta tarde e clarificadas, eu agora começaria a dar a palavra aos cidadãos lisboetas presentes nesta Sala. -----

----- A Senhora Judite Reis pôs a seguinte questão: -----

----- Sendo que Lisboa é o coração da Área Metropolitana de Lisboa, gostaria de saber que estratégias para as *commuters*. Lisboa “Região ganhadora” deve fundir os vários *clusters* (identidade, amenidades) e investir em *marketing* territorial. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Esta questão já não está no âmbito deste estudo, no sentido das propostas do sistema de governação como têm estado a ser discutidas hoje, mas cabe no âmbito das estratégias a desenvolver para a Cidade e depois formas de actuação. Não sei se serei o mais adequado a responder, posso responder na perspectiva de estudioso da Cidade. -

----- Um sistema de governação eficaz, eficiente e mais democrático preocupa-se com todas as questões que interessam à sociedade e ao território e esta é uma delas. A resposta que eu estou a dar é genérica, mas se calhar pouco mais posso fazer do que dar esta resposta, ainda por cima neste areópago, porque em relação a este tema concreto começaria a dar a minha própria opinião sobre o *marketing* territorial, estratégias para *commuters* e outros tipos de amenidades para a região. Não sei se agora teria tempo para um discurso nessa área. -----

----- Sobre os *commuters*, o nosso estudo na parte do diagnóstico verificou, como era de esperar e como acontece com quase todas as cidades na Europa e no Mundo, cada vez mais, como os Censos farão e fazem bem, há que ser clássico em algumas coisas mas depois, a partir do classicismo, procurar outro tipo de respostas, o sentido de residentes é cada vez mais difuso e disperso. -----

----- Há residentes com uma casa, há residentes com duas, três casas, e mais complexo ainda com o tipo de trabalho. Há cada vez mais gente que não tem um trabalho permanente, como todos nós sabemos, e que se comuta por vários locais diferentes da Área Metropolitana de Lisboa. É por isso que hoje em dia já não nos pode surpreender termos mais trânsito às 4 da tarde do que às vezes às 8 e meia da manhã em determinados pontos da Cidade. Como tal, esse sentido de *commuting*, esse sentido de viver a Cidade não em relação a pontos específicos, estáticos e permanentes, mas a diferentes formas de nos mover sobre a Cidade, preocupou-nos também na parte do diagnóstico. Preocupou-nos para percebermos estas coerências territoriais das propostas, das competências, de política, que nós fizemos. -----

----- Poderia referir que os inquéritos feitos pelo ICS preocuparam-se em ver esse *commuting* em relação aos inquiridos e de facto verificámos essas mudanças muito profundas. Mais uma razão para que haja esta política de maior proximidade e de compreensão em relação às novas formas de viver a Cidade. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** -----

----- Há outra questão, colocada pelo Senhor Carlos Gaivoto, da Autoridade Metropolitana dos Transportes de Lisboa: -----

----- “PDM, um Regulamento do uso pleno do solo a integrar no PDU (Plano de Deslocações Urbanas). Como articular urbanismo e transportes na Reforma Administrativa da Cidade? O TP como eixo/instrumento de urbanismo”. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Parece que vou dar uma mini-aula em algumas questões da gestão urbana, não estava à espera. -----

----- As novas formas de se ver a Cidade, a mobilidade é uma delas, são importantes, não só em termos de habitação mas em termos de habitat, não só em termos de espaços verdes mas de redes ecológicas. Pressentir a Cidade de uma forma mais metabólica e mais integrada. Daí a questão dos transportes, a questão da mobilidade, como há pouco indíciei na questão dos *commuters*. -----

----- Lisboa tem sérias lacunas nessa dimensão e a questão dos transportes deve ser vista em primeiro lugar numa visão metropolitana. Há a Autoridade Metropolitana de Transportes sempre com grandes dificuldades de ter o poder e as estratégias mais importantes para a nossa Cidade. -----

----- Mesmo a nível mais local, um dos aspectos que nós vimos com mais detalhe na escala da mobilidade e a nível da muita proximidade, preocupámo-nos em ver as pessoas, *commuters* de bairro, que se moviam a pé, de bicicleta ou de motorizada, também considerada um modo suave até 50 cc, para aquilo que cada bairro consegue garantir na sua integridade. Vários tipos de funções urbanas, desde as mais quotidianas até às menos quotidianas, as mais quotidianas como padaria, mercearia, trabalho, etc., outras menos quotidianas. -----

----- Tudo isto está incluído nesse diagnóstico, que eu convido a ler, e é evidente que tudo isto, no nosso entender, deve ser pensado e depois transferido para uma nova geração de PDM, com novos tipos de prioridades, mais estratégicas, como me parece que está a ser contemplado nesta revisão do PDM. Esta é uma opinião pessoal, não da equipa deste estudo. -----

----- **A Senhora Vereadora Lúcia Tirone** -----

----- Muito obrigado pelas apresentações, foram extremamente eloquentes na grande maioria e as posições foram claras. -----

----- Para responder à primeira questão, se me permitem, é que a estratégia tanto quanto eu percebo, quer da revisão do PDM, quer desta reorganização administrativa, é a estratégia de dizer aos *commuters* que venham viver para Lisboa. -----

----- Se nós quisermos trazer quem vive na periferia e trabalha em Lisboa, se quisermos voltar a ter uma população que preencha o nosso meio edificado que temos preparado para a população em Lisboa, então se calhar o importante é tornarmos a Cidade mais atractiva e sem dúvida que a atractividade depende das externalidades positivas. -----

----- Eu penso que é muito sobre este tema que a revisão do PDM se centra e também esta reorganização administrativa. -----

----- Honestamente, das apresentações que eu vi e tendo a consciência que não se faz nada sem consensos, principalmente quando é para mudar, não se faz nada na sociedade se não obtivermos consensos, a pergunta que eu tenho é de que forma o meio do *business* e a sociedade foram envolvidas nesta reorganização administrativa. -

----- Porquê uma ausência total de uma dimensão que sabemos que é dinâmica, que é a dimensão do desenvolvimento tecnológico na área dos nossos recursos endógenos? Inclusivamente, quando foi referido o recurso endógeno nesta Sala, hoje à tarde, foi numa óptica de que isso não é muito importante, importantes são outras coisas. Eu não entendo como é que uma área tão importante para a prosperidade da nossa

Cidade, que é a capital europeia das horas de sol, como é que é possível esquecer esta dimensão, especialmente quando estamos a falar de reorganização administrativa e em estar a acompanhar vários instrumentos simultaneamente. -----

----- Colocadas essas questões estratégicas primeiro, agora umas mais específicas. Eu penso que a grande dúvida que resta do estudo apresentado é se efectivamente estamos a aproximar o munícipe das decisões que lhe dizem respeito através desta proposta, ou se estamos a distanciá-lo. Ou seja, se estas unidades de gestão estão aqui a criar entropia ou a aproximar o munícipe das decisões que vão afectar a sua qualidade de vida. Esta é uma pergunta chave que eu penso que está por trás de muitos dos *comments* que eu vi dos vários grupos políticos. -----

----- Outra questão que eu penso que é importante ter em conta é de que forma esta reorganização está a contribuir para nós aumentarmos o bem comum e de que forma é que está a contribuir para nós aumentarmos o acesso das populações a um bem individual. Tanto a riqueza comum como a riqueza individual precisam de ser salvaguardadas e mais uma vez aqui o recurso e a lógica de uma estrutura que esteja mais ligada a energias endógenas, a recursos endógenos, não existe. Eu penso que é uma lógica que precisa de estar, ou vamos ser acusados pelas gerações futuras de que não soubemos investir nesta prosperidade renovável, a que no fundo Lisboa tem direito. -----

----- Outro aspecto que também não vi revertido e me preocupa bastante é a segurança. Nós estamos num local que, dada a grande procura que existe em Lisboa, também há uma grande oferta, que tem como um dos grandes fornecedores a indústria. Nós sabemos que a indústria no nosso País não tem as regras que devia ter do ponto de vista da segurança. Temos grandes riscos do ponto de vista tecnológico em torno de Lisboa. Como é que esta reorganização administrativa contribui para aumentar a segurança do cidadão e a transparência? O cidadão também tem o direito de saber que riscos corre por viver em Lisboa. -----

----- Há a segurança do abastecimento de energia, a segurança do abastecimento de água, do abastecimento de materiais, especialmente tendo em consideração que somos uma Cidade que corre riscos sísmicos, entre outros, agora muito regularmente de inundações e cheias. Eu penso que é um pouco vergonhoso, porque o PDM deve reverter isso, pode reduzir fortemente o impacto negativo dos riscos naturais. -----

----- Apenas mais uma questão final, saber de que forma esta estrutura, apesar do Prof. João Seixas ter referido agora que as competências são um aspecto importante, gostava de perceber de que forma as competências estão efectivamente a ser aumentadas, especialmente aos níveis onde a intervenção vai ter um impacto directo na qualidade de vida dos cidadãos. As competências das Juntas de Freguesia, as estruturas que estão mais próximas dos cidadãos, como é que essas estão a ser aumentadas. Aí é um ponto charneira do que está neste momento em discussão. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Parece-me que as questões têm a ver com quem leu o relatório executivo mas não os outros relatórios, incluindo os anexos, porque nós propomos uma estrutura detalhada de competências para as diferentes cidades de Lisboa, como já

apresentámos e para as diferentes escalas, para a escala da capitalidade, para a escala da centralidade e para a escala da proximidade. -----

----- Nesse aspecto, quer nos relatórios anteriores de diagnóstico, quer na parte das competências, incluindo nos anexos que colocámos, nós preocupámo-nos e bastante com os recursos tecnológicos, com horas de sol, uma das vantagens da capitalidade de Lisboa no aspecto do turismo mas não só, no aspecto do bem estar de cada um dos cidadãos. -----

----- Para a segurança existe um capítulo completo sobre segurança e protecção civil, com diagnóstico, com propostas às diferentes escalas também. -----

----- A proximidade, sem dúvida que maior proximidade em relação a políticas, a propostas e a tomadas de decisão. Neste momento há muito pouca proximidade em Lisboa, em relação a cada um dos cidadãos e àquilo que os cidadãos precisam e também em relação às estratégias. -----

----- O facto de se poder tomar decisões mais próximas dos cidadãos em cada um dos espaços da Cidade obriga, obviamente, não só à estrutura de competências. Mais uma vez no estudo fizemos uma proposta, compete agora decidir que instrumentos normativos podem ser feitos ou não e preenchidos ou não com os conteúdos, com propostas concretas de competências concretas, mas também com decisões políticas e decisões estratégicas face a cada uma das escalas da Cidade, desde a metrópole, se for possível, a cada um dos espaços intra-município, quer as unidades de gestão, se assim forem consideradas, quer em relação ao espaço de cada uma das freguesias. -----

----- Parece-nos que para cada um destes territórios interligados entre si deve haver não só competências, mas ligadas a essas competências diferentes tipos de estratégias para estas dimensões, das quais foram dados aqui alguns exemplos: protecção civil, recursos endógenos, recursos tecnológicos, capacidades educativas, equipamentos de saúde, etc. Tudo isso está detalhado naquilo que chamámos os “lençóis de competências”, porque foram muitas folhas e muitas propostas que foram colocadas em anexo a estes relatórios. -----

----- **O Senhor Professor Universitário Jorge Gaspar** -----

----- Eu queria fazer dois ou três comentários sobre questões que ouvi aqui e que posso ter dado uma interpretação diferente da que se pretende e era bom esclarecer. ----

----- Voltou-se aqui a repetir que Lisboa deve dar o exemplo para o País, mas deve dar muitos exemplos, Lisboa deve ser o espelho do País, de resto sempre foi assim. Agora, neste processo deve dar o exemplo pela discussão, etc., mas não deve dar o exemplo nesta simplicidade que se está aqui a tirar e que eu penso que é a interpretação que alguns fazem, que a seguir vamos cortar freguesias por esse País fora. Isso é um desastre. -----

----- É preciso ter cautela, porque há muita gente que já deve estar a esfregar as mãos porque pode poupar muito no orçamento, quando as freguesias são fundamentais. ----

----- Era bom que se fosse dizendo desde já que isto é um processo para uma área urbana, densa, que tem uma história complexa, aquelas palavras muito bonitas que aqui dizemos, de identificação, etc., em muitos casos é limitadíssima. Eu vivi em

cinco freguesias diferentes, sempre no mesmo Bairro Administrativo, que já não existe, e identifico-me com todas. O Campo Grande, São Sebastião da Pedreira, São Domingos de Benfica, não há uma diferença. Essa é a tal questão do exemplo para o País. -----

----- Outra questão é a dos bairros. Eles são muito diferentes em Lisboa, há bairros que adquirem um nome artificial, já estamos a chamar bairro a Chelas quando nunca foi um bairro, é transpor aquilo que é um plano e chamar-lhe bairro. Portanto, não mistificar a questão do bairro, que eu penso que é um dos problemas de alguns apontamentos que vêm no estudo e que convinha esclarecer. O Bairro Catarino, o Bairro de Santos, o Bairro de Alvalade, o Bairro de Campo de Ourique, o Bairro de Alfama, são coisas muito diferentes e nós não podemos dar um tratamento a este conceito de bairro, temos que ter cautela aí. -----

----- Há um complexo do País em relação a Lisboa e, portanto, ataca-se muito Lisboa, mas agora estamos um pouco ao contrário, de há uns anos para cá e não sei porquê, Lisboa ganhou um complexo aos concelhos da sua envolvente. Se Almada faz muito bem, se Oeiras faz muito bem, há que aplaudir e deixar que continuem a fazer bem, não é eles estarem a fazer bem e vamos cortar aquele bocado que nos dava jeito, até porque esses bocados a cortar, se virem bem, são os piores. -----

----- Deve-se pensar nisso em estudos de conjunto entre o Município de Lisboa e os municípios envolventes, para resolver o problema dessa charneira terrível que foi as traseiras de Lisboa durante um século, as traseiras no mau sentido, para onde se faziam os despejos e se despejaram as pessoas. -----

----- O Prof. Augusto Mateus fez aqui um reparo com o qual eu concordo, que é a realocação *in situ* dos bairros de lata, mas seguiram-se as melhores teorias sociológicas na matéria. Lisboa é um exemplo, pode ser negativo mas é um exemplo para o mundo, mas ainda não se avaliou, há coisas boas e há coisas más. Concentrar tudo no mesmo gueto é mau. Também exagerar às vezes e colocar um hotel que pretendia ser de luxo em zona de realojamento, talvez não seja o melhor. -----

----- Há outro aspecto hoje nesse complexo de Lisboa em relação à periferia, que é o não aumentar a população. O processo demográfico é um processo natural e não é tão importante quanto isso. Há coisas muito mais importantes para resolver o problema da habitação em Lisboa e primeiro é Lisboa apostar fortemente no ensino. -----

----- O que é que faz Paris? Não é só ser um grande parque temático, é ser um enorme parque escolar, com tudo o que isso implica. -----

----- Se Lisboa tem estudantes, depois tem um problema, que aumenta as estatísticas dos fogos devolutos, porque os pais compram uma casa para os filhos e essa casa não é residência, logo não está habitada por nenhum habitante de Lisboa, porque a pessoa está recenseada noutro lado, mas há que encontrar maneiras de avaliar isso. O ensino devia ser uma grande aposta. -----

----- Outra está a ser feita e vai pelo melhor caminho, que é a da cultura. Não é preciso Lisboa afirmar-se por ter mais horas de sol, porque aí vinha Málaga dizer que ainda tinha mais horas de sol do que uma capital europeia. -----

----- Lisboa tem feito um excelente *marketing* e o que interessa saber é o resultado, que tem sido muito positivo. É aproveitar esta onda e a cultura contribui, o estudo aí é exemplar e convém agora é praticá-lo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Filipe Lopes (IND-PS)** -----

----- Eu queria retomar aqui alguns aspectos que foram focados nestas últimas intervenções. A questão da política de transportes, da segurança, dos sismos, das inundações, todos esses problemas que normalmente têm uma escala metropolitana muito importante e que falham redondamente pela falta de um governo metropolitano. Penso que é aí que temos de radicar essa problemática. -----

----- Penso que o estudo é muito modesto nas propostas em relação a este aspecto. Lisboa a avançar com propostas em relação à questão das freguesias para se mudar a legislação, penso que deveria fazer também propostas muito concretas neste âmbito ao nível da Área Metropolitana, para motivar e para provocar uma reacção. As políticas dos concelhos limítrofes e de Lisboa só podem ser coordenadas se houver um poder acima, porque Lisboa tem interesse em que os carros não venham para cá, mas os concelhos limítrofes que são emissores de população que vem trabalhar a Lisboa de automóvel também não podem estar a gastar dinheiro com estacionamento junto das estações sem cobrar, quando seria muito mais económico que as pessoas deixassem os carros junto das estações e viessem de transportes públicos para Lisboa. Há aqui interesses opostos. -----

----- Da mesma maneira, para que não haja inundações em Lisboa, era preciso conseguir fazer algumas pequenas coisas de retenção em ribeiras que vêm para Lisboa e que, no fundo, iriam ocupar espaços nos concelhos limítrofes. Também os espaços por causa das questões sísmicas. -----

----- Tudo isso são políticas de âmbito metropolitano em que não temos definições, porque as estruturas de planeamento a nível metropolitano são muito fracas. Desde há 50 anos que andei nessa luta e ajudei a fazer planos para estas coisas, mas nunca chegaram a nenhuma realização porque não havia nenhum poder para os executar. Aqui há uma falha muito grande e penso que temos que aproveitar o balanço deste estudo, desta vontade política de mudar a situação, para impor uma necessidade de olhar para o problema aos diversos níveis. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires. -----

----- Eu queria fazer aqui algumas considerações gerais relativamente a esta questão da reforma administrativa da Cidade de Lisboa. Acho que o debate é fundamental, nós temos que debater esta questão, mais tendo em conta o estado do País, estão reunidas as condições mínimas para efectivamente colocar a debate esta questão da reforma administrativa da Cidade de Lisboa. No entanto, há algumas questões que para mim são fundamentais e inclusivamente já foram abordadas aqui. -----

----- Primeiro nós temos que saber o que queremos fazer às freguesias. Queremos que as freguesias sejam uma mini-câmara, ou que sejam uma paróquia, ou que sejam um órgão intermédio em termos de dependências da Câmara, ou queremos que tenham competências próprias atribuídas por Lei. -----

----- Isso é uma questão fundamental. Acho que a maioria dos Presidentes de Junta, independentemente dos partidos, também concordam que as freguesias precisam de ter competências próprias, acompanhadas dos respectivos meios financeiros. Essas competências não podem advir por delegação da Câmara, mas passarem a ser próprias e estarem enquadradas em Lei. -----

----- Por outro lado, esta questão das competências não pode só ser vista ao nível de Lisboa. Se nós vamos falar das competências das freguesias, não faz sentido transferir competências próprias para Lisboa e não para o resto do País. Esta perspectiva terá que ser vista num âmbito nacional e a Assembleia da República, mais tarde ou mais cedo, vai ter também que abordar esta questão. -----

----- Eu acho que o fundamental de Lisboa não é o problema das freguesias. Nós podemos acabar com as freguesias que os problemas de Lisboa mantêm-se, ou se calhar até se agravam. Eu acho que o fundamental é uma boa reformulação dos serviços da Câmara, que tem que ser prevista por Lei até ao final do ano. Esperemos que seja uma boa reforma e se efectivamente vier a ser eficaz, por certo muitos problemas de Lisboa vão-se resolver, independentemente de mexermos ou não nas freguesias. -----

----- Relativamente às freguesias, a história é fundamental. Eu sou Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, que neste momento é a mais pequena de Lisboa, mas já foi a maior, já chegou até Paço de Arcos, e quem criou a Freguesia dos Mártires foi D. Afonso Henriques em 1147. Tenho uma série de dificuldades em entender que se vão extinguir freguesias com base na reforma que está a ser apresentada. -----

----- A extinção de freguesias é o caminho? Não existem caminhos alternativos? Talvez associações de freguesias, com base numa Lei razoável, não será um caminho? O problema da Freguesia dos Mártires e de outras da zona histórica não é um problema de despovoamento? -----

----- A questão fundamental não é a Freguesia ter 300 ou 400 eleitores, mas o facto de muitos dos prédios estarem devolutos. Essa não será uma questão prioritária que nós teremos que resolver, em vez de estarmos neste momento preocupados com a questão única e exclusivamente da reforma das freguesias? -----

----- Por outro lado eu acho que em Lisboa, e tendo em conta cada vez mais os conceitos avançados de população, não há nenhuma freguesia pequena em Lisboa, porque Lisboa durante o dia tem milhões de habitantes que a única coisa que não fazem é dormir. De resto fazem tudo aqui, trabalham, fazem as suas compras, trazem o seu carro, muitos trazem os filhos para aqui e, portanto, a única coisa que não fazem é votar e dormir em Lisboa. É talvez um milhão de pessoas, a tal chamada população flutuante. -----

----- A Freguesia dos Mártires durante o dia tem uma população superior à maior parte dos concelhos do País. Eu quero que as pessoas tenham conhecimento destas realidades, porque cada vez mais os conceitos de população são conceitos difusos e temos que ter em conta não uma visão manicaísta dos bons e dos maus, das pequenas e grandes freguesias, mas temos que ter em conta estas realidades. -----

----- Como há bocado foi referido aqui, os mapas também se abatem, mas as reformas também se abatem e se esta reforma for má tem que ser abatida. -----

----- Nós temos que ter alguns princípios e o carácter da proximidade da produção do serviço público é fundamental, o princípio da subsidiariedade é fundamental e nós temos que ter em conta também o modelo de governação dos municípios, as suas competências e as suas atribuições. Se viermos a ter uma transferência de competências próprias para as freguesias, eventualmente os municípios poderão ter uma redução das suas competências. É um sistema em equilíbrio, de um lado cresce, do outro tem que diminuir. Resta saber se os municípios estão dispostos ou não para assumir uma redução das suas competências, a nível nacional e não só a nível de Lisboa. -----

----- Relativamente a este estudo, na minha opinião tem algumas limitações e um caso concreto é a Freguesia da Expo. Nós estamos a propor criar uma meia Freguesia da Expo, porque o resto está no concelho de Loures e em mais duas freguesias. Será que faz sentido irmos criar uma freguesia que, ao fim e ao cabo, não engloba todos os residentes da zona da Expo ou do Oriente? É uma questão que eu lanço aqui ao Prof. João Seixas, que já falámos nisto na Comissão da Revisão Administrativa da Cidade. -

----- Além da Expo há outras, posso dar aqui o caso concreto de Algés. O que divide o Concelho de Oeiras do de Lisboa é uma rua. Faz algum sentido nós não debatermos, pelo menos debater porque se calhar faz algum sentido Algés também ser de Lisboa?--

----- São estas questões que eu queria deixar aqui e em conclusão dizer que este debate é fundamental, isto é o princípio do debate, não é o fim. Esperemos que venha a haver mais debates e agradecer à Senhora Presidente a realização deste debate. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- O conceito de bairro é para nós o conceito base da identidade de Lisboa a nível de proximidade. Nós sistematizámos 148 bairros em Lisboa, dentro dos actuais limites do Concelho, inclusivamente de acordo com os inquéritos que foram feitos pelo ICS. Obviamente, seria uma possibilidade, mas não colocámos a possibilidade de fazer 148 freguesias, cada uma de acordo com um bairro assim identificado para com os lisboetas. -----

----- Pela questão da coerência territorial, como foi referida de manhã, que nós procurámos construir nas propostas para um sistema de governação mais democrático e mais eficiente, que possa inclusivamente reforçar este sentimento de identidade e de trabalho para cada um dos bairros de Lisboa. Parece-me relativamente óbvia a conclusão de que não podemos ter 148 unidades políticas eleitas dentro do Município, que em si próprio também já está limitado em relação aos tempos actuais. -----

----- Eu gostaria de fazer uma pequena reflexão, se me permitem, em relação às questões de reabitar Lisboa. Não vou dizer que é um mito urbano procurar repovoar a Cidade de Lisboa, talvez seja um defeito de geógrafo, mas fala-se muito em desertificação. A desertificação é sobre o Sahara, o que interessa aqui é uma questão de povoamento, povoar ou despovoar, mas são termos que podem ficar mais para o Presidente. -----

----- O que acontece é que após quatro ou cinco décadas de fragmentação metropolitana por várias razões, não só pelas razões más mas também por razões boas, como o facto de Lisboa ter uma periferia magnífica, com as praias da Costa, com a Serra de Sintra e, portanto, é natural que muita gente quisesse ir para sítios muito mais amenos e assim pensasse em relação ao centro urbano mais histórico e mais consolidado, mas o que nos parece é que ao fim destas 5 décadas há uma grande parte destas redes sociais para cada uma das famílias que já estão instaladas nas periferias. Primeiro foi o pai, depois foi o tio, depois foi o filho, etc., e não se pode simplesmente dizer que queremos que essas pessoas retornem à Cidade de Lisboa, porque os seus espaços de vivência já são há duas ou três gerações noutras locais. -----

----- O que podemos fazer, e é a questão que o Prof. Jorge Gaspar colocou, é captar os jovens, os estudantes. Quando fizemos um diagnóstico para Lisboa face aos Censos 2001, um dos pontos que vimos foi aquilo a que chamámos os novos lisboetas, as pessoas que entraram no Município de Lisboa para residir durante a década de 90. Costuma-se dizer que durante a década de noventa Lisboa perdeu 100 mil habitantes, mas perdeu 200 mil, *grosso modo*, porque houve 100 mil que entraram, o saldo é que é menos 100 mil. Desses 100 mil que entraram, quase dois terços vieram para estudar e sem dúvida nenhuma que um dos maiores capitais, se não o maior capital de Lisboa, serão as suas escolas e os seus equipamentos escolares. Aí indicia uma estratégia que deve ser feita e fortalecida em relação às escolas, como, aliás, está no meu entender a ser feito neste momento. -----

----- Nós concordamos em absoluto com a perspectiva do Senhor Deputado Municipal Filipe Lopes, de que as estratégias metropolitanas para o caso da protecção civil, de acordo com o diagnóstico que nós também fizemos, são muito fracas. Isso está nos anexos. Concordamos com essa absoluta necessidade de fazer estratégia metropolitana, nomeadamente para a protecção civil e não só, o que obriga a reforçar as instituições metropolitanas para essas estratégias que possam ser vinculativas. -----

----- As nossas propostas de reformas vão em três vectores, há um de que não se falou quase nada hoje. -----

----- O primeiro vector é em relação à organização. Porque é que eu falo disso agora? Pela intervenção que foi feita em relação à reforma orgânica interna da Câmara. Outro vector é em relação aos territórios, depois de pensarmos a organização, as competências, etc. O último ponto é o que nós chamamos da cultura organizacional. Novas pautas de responsabilidades ligadas a competências, novos processos de avaliação em relação aos objectivos de cada política, de cada departamento, de cada projecto, etc. -----

----- Em relação ao que disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, nós também propomos que se repense os limites do concelho de Lisboa, que *grosso modo* foram definidos no século XIX, com ligeiríssimas alterações no século XX, a antiga Estrada Militar no século XIX, e que hoje em dia, como está escrito no estudo, pode ir no mínimo até à CRIL, eventualmente até à CREL e pensando inclusivamente na outra banda, nos territórios mais fronteiros, os territórios do estuário. -----

----- Não aglomerar tudo num único concelho de Lisboa, mas pormos em cima da mesa essas questões. Territórios como o de Algés ou do Parque das Nações são dos mais óbvios que existem. -----

----- Nos últimos dois anos fizemos não só este trabalho para Lisboa, mas fizemos também um trabalho muito interessante para Oeiras, das dinâmicas económicas de Oeiras, e o que verificámos foi que as freguesias de Oeiras que estão junto ao concelho de Lisboa, logo a seguir ao Restelo e Belém e que vão praticamente até ao Estádio Nacional, até à Ribeira do Jamor, são territórios urbanos cujas dinâmicas, nomeadamente na economia, no emprego, são em tudo similares ao que acontece nas zonas concentradas da Cidade de Lisboa. Podem ser vistos como territórios para estratégias relativamente similares e mais unidas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia -----

----- Cumprimento todas e todos os presentes, e agradeço este debate, o início desta discussão que penso terá lugar para continuar e com muito interesse. Para não demorar, não vou tecer aqui um conjunto de considerações que teria para fazer, não será este o momento. -----

----- Apenas uma referência. Eu pergunto aos autores do estudo, porque não ouvi nenhuma referência à especulação imobiliária, o que é que isto tem a ver com Lisboa. De facto, falou-se do despovoamento, ouvi já aqui referências aos custos controlados para a habitação, com certeza que sim, mas a especulação imobiliária, o que é que há para dizer sobre isso? -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Há muito para dizer certamente sobre a especulação imobiliária mas, sem querer fugir à sua questão, mais uma vez o estudo não era sobre especulação imobiliária, era sobre sistemas de governação da Cidade, e sobre sistemas de governação da Cidade que possam actuar em todas as frentes com que Lisboa se depara. Uma delas, não chamaria especulação imobiliária porque tem uma carga muito concreta, mas em relação às pressões imobiliárias que existem, de grupos privados mas não só, também de entidades públicas como neste momento vemos. -----

----- Considerei muito interessante, hoje de manhã, realçar-se, por alguns dos intervenientes, que um dos elementos mais importantes para Lisboa, não propriamente no sentido positivo, é a presença de um Estado central que domina variáveis muito importantes de Lisboa, nomeadamente nos seus aspectos mais fundiários. Como se está agora a falar na revisão do PDM, em relação à possibilidade de dotar para outros usos os quartéis, hospitais, e que são elementos centrais para Lisboa. -----

----- A especulação imobiliária, se quisermos chamar-lhe assim, combate-se de várias formas, mas o que eu diria, de uma forma muito simples, é que se combate, sobretudo, com conhecimento do que se passa, com a interpretação do que pode ser feito, com estratégias debatidas e consensualizadas, e depois com estratégias que possam ser consensualizadas entre os diferentes actores, nomeadamente os actores que podem ser chamados das dimensões imobiliárias, e que há, como tenho visto em muitas situações de cidades portuguesas, por exemplo Viana do Castelo ou Faro, que alguns actores

imobiliários importantes, bancos inclusivamente, foram chamados para participar nos processos estratégicos das suas cidades. -----

----- Tirando isso, há uma série de elementos, e creio que valeria a pena também Lisboa, mais uma vez dar um exemplo nesse sentido com propostas para a Assembleia da República e para o Governo em relação a áreas que não são da sua competência, como a Lei do Arrendamento ou outras formas de cálculo do IMI. -----

----- O estudo não era sobre isso, mas Lisboa, nesse aspecto, pode também, no nosso entender, dar e tomar uma posição. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Obrigado Senhor Professor João Seixas. Temos ainda aqui outra questão do Senhor Gibraltar Maciel, do Bloco de Esquerda, e a pergunta é: “Vamos continuar a ter ilhas nos bairros sociais?”. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- Numa frase, espero que não. E nós propomos formas de governar a Cidade, na proximidade, nesse sentido. O Prof. Augusto Mateus falou do exemplo de Cheias, muito estigmatizada por várias razões, nomeadamente pelo facto de ser um grande território objecto de operações de realojamento nos últimos vinte/trinta anos. Uma Junta de Freguesia de Marvila, com poderes mais efectivos – dando o exemplo de Marvila – com recursos mais integrados, com maior capacidade de recursos, e, a partir daí, perante os seus eleitores poder definir estratégias e programas, poderia actuar de uma forma mais activa para que todo aquele território não fosse visto essencialmente como uma área de realojamento, portanto com contínuas bolsas ou ilhas com problemas que parece-me que ainda hoje existem. -----

----- Parece-me que, ao mesmo tempo, a desconcentração da Câmara para unidades integradas como nós propomos, também pode olhar para esses diferentes territórios de Lisboa de uma forma mais integrada em relação aos diferentes sectores. Os processos de desconcentração que a Câmara Municipal de Lisboa desenvolveu nos últimos 20 anos foram relativamente interessantes, casos de relativo sucesso e outros casos com relativo insucesso, houve não tão considerável sucesso, mas foram sobretudo casos de desconcentração sectorial para reabilitação, para bairros de realojamento, etc. -----

----- O que se propõe nestas unidades de gestão são visões integradas para as diferentes funções do governo da Cidade, e para não pensar que justamente as ilhas que existem em bairros de realojamento são apenas um problema de realojamento. É também um problema social, é também sobretudo um problema económico, é um problema de integração de várias frentes. -----

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Há mais alguma questão? O nosso objectivo hoje foi precisamente ouvir os cidadãos de Lisboa. Portanto, se os Senhores quiserem pôr mais alguma questão estamos disponíveis. Já não temos a pressão de tempo da hora de almoço, só teremos da hora de jantar mas para isso ainda falta um bocadinho, portanto se quiserem pôr mais alguma questão podem pô-la. Esta não será com certeza a última vez que nos encontraremos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Filipe Lopes (IND-PS)** -----

----- Eu gostava de fazer uma pergunta ao Prof. João Seixas, a propósito das unidades de gestão. Eu vejo as unidades de gestão como um organismo da Câmara, mas muito comandado pelas freguesias do seu território. Quer dizer, ser um gabinete técnico, digamos, do território daquelas freguesias. -----

----- A isso eu prefiro mais chamar-lhe descentralização do que desconcentração, mas efectivamente gostava de saber qual é a vossa posição em relação a esta problemática. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP)** -----

----- Eu acho que as unidades de gestão são um problema, quer dizer, tanto podem ser o sucesso desta reforma, como a principal razão pela qual ela poderá falhar. Há pouco ouvi-o falar que enquanto as leis não mudarem teremos que ter estas unidades como forma transitória. -----

----- Eu acho que aquilo que se cria em Portugal em matéria de aparelho administrativo, em termos transitórios fica para sempre. É muito difícil desmantelar aquilo que é criado em termos de máquina estadual, por mais vontade que exista. É difícil, hoje vemos essa realidade. -----

----- Portanto, ou se avança já com o quadro pelo qual elas vão trabalhar, ou então vamos criar, penso que é o risco que se corre, um patamar suplementar relativamente àquilo que é o esforço que é retirar aquilo que está supérfluo. -----

----- Eu olho para as unidades de gestão precisamente como Juntas de Freguesia, elas juntam as freguesias. Não estou aqui a dizer qual é a posição do meu partido relativamente a isto, estamos a reflectir sobre isso, mas quanto mais elevarem o debate relativamente às fronteiras, portanto quanto maiores forem as freguesias menores problemas teremos na sua definição. E isso, eventualmente, poderá fazer com que as freguesias se possam manter, não como órgãos administrativos mas que se mantenham e que as pessoas continuem a sentir que aquela Junta, junta as freguesias. -----

----- Mas é só dizer-lhe que é essa a nossa preocupação, que elas não sejam mais um patamar, ainda que provisório, porque o que é provisório em termos de máquina estadual dura sempre. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Filipe Lopes (IND-PS)** -----

----- Eu aproveitava para completar a minha dúvida. O problema levantado pelo Senhor Deputado do CDS também me preocupou porque eu penso, como sempre pensei desde há 30 anos, nas câmaras locais. Portanto eu vejo isto como uma estrutura necessária, não vejo possibilidade das freguesias, ou então as freguesias são muito grandes, é a solução “C” do vosso estudo, mas nessa altura perdemos as freguesias que tenham valor de proximidade insubstituível. Paris não tem freguesias tem os *arrondissements*, que são as tais unidades, mas faz muita falta, Paris não tem nada de proximidade. -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- O Senhor Arqt.º já estava a responder à questão. Mais uma vez, a nossa preocupação foi que as actuais e futuras realidades da Cidade, nas suas diferentes

escalas, a essas realidades pudessem corresponder recursos, instituições, órgãos que pudessem de uma forma mais próxima compreender e actuar sobre essas diferentes realidades. E com outro aspecto muito importante e quase prévio em relação à Polis desde o tempo dos gregos que aqui se tem falado, com legitimidade social e política. -----

----- Neste momento temos duas escalas de legitimidade política no concelho de Lisboa como se sabe, sendo que uma delas, falando das Juntas de Freguesia, está muito débil em relação às suas capacidades de actuar face aos problemas que tem no seu dia-a-dia. Reforçar essas capacidades, esses recursos das Juntas de Freguesia seria, sem dúvida também, a nossa preferência A, para não chamar 1, 2, 3, era A, B, C, a nossa preferência 1, isto de uma forma diferente. -----

----- Mas tal implicará, bem entendido, uma revisão das leis autárquicas em relação às próprias competências das Juntas de Freguesia, no nosso entender também. -----

----- Porém, outro dos elementos que consideramos centrais foi o elemento da massa crítica, como o Prof. Augusto Mateus referiu hoje de manhã, mas também o elemento do equilíbrio. Se nós, Lisboa, entendermos que compete às instituições políticas mais próximas de cada cidadão, às Juntas de Freguesia, por exemplo gerir equipamentos de pequena e de média dimensão, escolas, cultura, teatro, etc., também nos parece importante repensar as estruturas, não lhe chamaria territoriais porque envolve muitas questões, mas acabamos por ir de facto às questões territoriais que existem actualmente em relação às Juntas de Freguesia, como aqui foi falado várias vezes desde os Mártires até Santa Maria dos Olivais vais uma diferença entre 300 e 43 mil ou 44 mil residentes. Residentes imaginamos nós, porque só para o ano se verá nos Censos. Também aí haverá, estou certo disso, curiosidades muito interessantes. -----

----- Como tal, tendo a equipa consciência destas dificuldades, inclusive políticas, de alterar estas leis, e tendo consciência também da enorme estrutura que é uma Câmara Municipal de Lisboa com os seus 11 mil funcionários, consideramos importante, a partir deste tipo de reflexão, a criação de sentidos de maior proximidade, de descida e de aproximação em relação aos problemas de cada um dos territórios que eventualmente as Juntas não conseguissem resolver. -----

----- Mesmo uma situação como a Cidade de Barcelona, que tem actuado bastante bem na descentralização de recursos humanos para os seus distritos urbanos, ao fim de 30 anos, Barcelona em 1983/84 passou de 129 comarcas para 10 distritos urbanos, com o entendimento de que os recursos financeiros e recursos humanos também deviam ser passados para estes novos distritos urbanos em relação às competências que entretanto adquiriam. Ao fim de quase 30 anos, cerca de 30% dos recursos humanos do Ayuntamiento passaram para os distritos urbanos. É um processo moroso, difícil, lento, e que, como não podia deixar de ser, temos consciência dessa dificuldade e da morosidade desse processo. -----

----- Suponho que Lisboa não poderia esperar esses 30 anos até chegar a 30% dos 11 mil funcionários da Câmara, mais próximos da Cidade e portanto actuando junto com Juntas de Freguesia. E daí a criação destas unidades de gestão, que de uma

forma mais integrada, com estratégias para cada um dos territórios e trabalhando com as diferentes Juntas de Freguesia, ou alteradas, ou não, poderiam compreender e actuar melhor sobre cada uma das questões. -----

----- Concordo com a questão colocada pelo Senhor Deputado do CDS-PP de que uma vez criadas as instituições é difícil alterar. Nós estamos a falar, neste caso, de instituições internas à Câmara Municipal. Não será assim tão difícil um dia, se as Juntas de Freguesia ficarem com um poder que nós desejamos minimamente, através de uma nova reestruturação orgânica de as poder alterar, porque entretanto haverá, esperamos nós e creio que não estarei a ser demasiado utópico nesse sentido, um trabalho, uma aprendizagem mútua destas unidades de gestão, cada urna com as suas duas, três, quatro Juntas de Freguesia, entretanto reforçadas, para projectos e trabalhos conjuntos. Essa aprendizagem mútua que pode fazer com que esses recursos trabalhem cada vez mais em parceria, e será, eventualmente, no futuro relativamente fácil essa integração entre recursos, quer financeiros, quer humanos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Silva Dias (PCP)** -----

----- As perguntas que tenho a fazer são ao Prof. Jorge Gaspar, devo dizer que nestas perguntas há uma corrente geracional, percebo tudo o que ele diz, e há três ou quatro conceitos que passaram no seu discurso e que eu gostava que aprofundasse. Mas, para isso, tenho que fazer um certo encastramento nas perguntas que vou fazer. -----

----- Uma era a noção de bairro. Entendo que a palavra bairro, na sua etimologia quer dizer separado, separação, barrado. O crescimento de Lisboa fez-se sempre por bairros, qualquer que se adicionava, mas é interessante que na toponímia, esse nome, essa ideia, ia desaparecendo conforme os bairros iam passar a ser sítios ou lugares como eram compreendidos. Ninguém diz hoje o Bairro de Alvalade, diz “vou a Alvalade”, só ficaram nalguns casos, até às vezes com um sentido pejorativo. O Bairro Alto é o Bairro Alto, mas tem um certo significado de bairro problemático até há pouco tempo e até agora. O Bairro das Colónias ninguém diz hoje “vou ao Bairro das Colónias”, diz “vou aos Anjos”. Enfim, ninguém fala do Bairro Andrade, por exemplo. -----

----- Portanto, a palavra bairro tem uma certa conotação, com algum exagero, com gueto. Gueto palavra que não existe na nossa Língua, mas o bairro tem uma certa questão de qualquer coisa que identifica de separado. É engraçado, por exemplo, que a toponímia continue no Bairro Azul porque ele é diferente. Portanto, a palavra bairro, por exemplo, acho que acentua o drama de viver nos bairros sociais o facto de dizermos que são bairros problemáticos. Essa designação deveria desaparecer. -----

----- Outra questão que lhe queria pôr já aqui surgiu e ouvi rebater, que é a frase “Lisboa perdeu população”. Entendo que o que aconteceu foi que Lisboa ajustou os seus oito mil hectares à população que cá pode viver em boas condições, porque no século passado havia a sobreposição, a sobreocupação, as Avenidas Novas chegavam a ter fogos com três e quatro famílias, havia pessoas a viver nas furnas de Monsanto, nas barracas as pessoas viviam com 4 m² de pavimento quando o mínimo para uma habitação saudável são 14 m². Portanto, houve um reajustamento, e depois não é

pecado nenhum, não é nenhum anátema viver na periferia, viver fora de Lisboa. Mas isto é uma questão até de ordem social, eu tenho dois filhos que moram no Parque das Nações, na mesma rua, um mora em Lisboa outro mora em Loures, e isso é suficiente para os meus netos dizerem que aos outros que são suburbanos porque eles é que vivem na capital. Portanto, tem conotações. -----

----- Outra questão, essa um pouco em oposição ao que disse, é que não identifica o território, portanto não identifica os bairros, os sítios, as freguesias. Eu penso que uma freguesia para ser freguesia tem que ter três componentes fundamentais: um território, uma população heterogénia e uma história e uma imagem. Qualquer coisa que me permita dizer eu estou em Santa Catarina não estou nos Olivais, ou dizer estou nos Olivais não estou em Santa Catarina. -----

----- Depois um outro conceito que me foi sugerido pela referência a Chelas. Chelas tem realmente imensos problemas, mas como dizia o Presidente Abecasis é um caso muito interessante de mistura de populações. 15% da população de Chelas pertence a minorias étnicas e não há lá aqueles conflitos que nós vemos noutros bairros onde há lá o bloco dos ciganos, o bloco dos negros, o bloco dos paquistaneses, etc. Suponho que em Chelas e noutros bairros se está a dar o fenómeno, que deve ser activado, que é aquilo a que o Presidente Jorge Sampaio chamava o patriotismo de lugar. Já há pessoas que têm orgulho em viver em Chelas, Chelas é o sítio de Lisboa onde há maior percentagem de associações espontâneas, que vão desde a Associação de Amizade Guiné/Portugal até à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, etc. --

----- **O Senhor Professor Universitário Jorge Gaspar** -----

----- Eu gostava de juntar uma coisa que tinha aqui, que foi estimulada por esta discussão, que era um postal ali para o Sr. Presidente. Mas podemos começar pelo fim, que também é um postal, que é a questão de Chelas. -----

----- Chelas, apesar de tudo, porque Chelas é tom bom o sítio, já o Francisco da Holanda o tinha visto, o sítio é tão bom que as Câmaras não têm conseguido dar cabo daquilo. É isso! Nem os arquitectos, eles bem têm feito por isso mas não têm conseguido. É verdade! -----

----- Eu vou-vos contar uma coisa, tenho a idade que tenho e portanto estou à vontade para o dizer, eu cheguei a ter, no gabinete do Senhor Vereador Vasco Franco, que hoje é Secretário de Estado, discussões duríssimas para que não continuasse a fazer aquilo que era trabalhar para o desempenho que se traduzia em mil fogos este ano, mais não sei quantos mil fogos, e eu disse está a dar cabo de Chelas. Mesmo assim ainda ouviram, penso o Presidente ainda ouviu, criou aquelas cooperativas e isso melhorou bem, depois o arranjo paisagístico. -----

----- Mas sobretudo é a população local, é como Alvalade. A população local que vive lá, se os nossos amigos cabo-verdianos, os nossos amigos filhos dos transmontanos tiveram sorte de ir para lá, é assim mesmo, eles é que têm feito pela vida, têm estudado e hoje são outros. Não é mais nada, esta é que é a realidade de Chelas! E por que é que a Zona J, a Zona M e tal têm melhorado? É por isso. -----

----- Uma boa parte da população que foi a base daquilo, foram ocupantes, mas ocupantes com o desígnio de refazer a vida, da aldeia do futuro, e isso também

ajudara muito a que Chelas não fosse o desastre que muitos ..., eu uma vez foi lá com uns colegas suecos e eles pensaram que eu estava a mostrar-lhes um bairro para demolir. Não é anedota, pensaram que eu estava a mostrar-lhes uma coisa, enfim que era uma operação como naquela altura estavam a fazer em França e na Alemanha para demolir. -----

----- E aquilo, mesmo sendo o que é, tem-se aguentado porque as pessoas se organizam, e não ganham conflitos nas galerias porque conseguiram já arranjar regras de vida, etc., etc. Portanto, aqui um elogio à população e a essa miscigenação. -----

----- O contrário, um possível contrário, o Bairro das Nações que eu apresento sempre como um dos dois grandes sucessos do urbanismo português nos últimos 30 anos. O outro é a Quinta do Conde. Saiu foi muito mais barato, mas respondeu a desígnios importantes e tem levado à promoção da promoção e da própria imagem do local. -----

----- Bom, mas ali há vantagens e desvantagens, e eu penso que a Câmara Municipal às vezes quando se queixa, e vem no Plano Estratégico, do terrível mal que a periferia está a fazer e agora também o PROT, porque estão a ajudar as Câmaras da margem sul e por aí adiante. Para lá é que vai o aeroporto e lá é que tem que ser resolvida a questão das alterações do PROT. -----

----- Mas a Câmara de Lisboa e o Estado têm contribuído para isso, porque não havia nenhuma ideia que o Parque das Nações fosse o que é, em termos de área terciária. Eu não estou aqui a criticar nada, mas quando nós pomos o mal todo na Quinta da Fonte e na estratégia de Oeiras em criar todos aqueles parques de empresas, porque isso é que tem desgraçado o coração de Lisboa, dentro de Lisboa faz-se o mesmo, porque tudo o que é de novo vai para lá. Felizmente que os nossos amigos lá de Bruxelas não são parvos e quiseram-se instalar num lugar com mais valor simbólico, e lá estão no Cais do Sodré mas começaram por estar no Parque das Nações. Se fosse à boa maneira do provisório passar a definitivo tinham lá ficado. -----

----- Como hoje de manhã dizia o Mega Ferreira, penso que aquilo é o exemplo típico, muita cautela porque aquilo ser uma freguesia é um problema, pode ser o nosso primeiro condomínio fechado de escala municipal, como se tem feito noutros países. Enfim, isto é só para tornar a coisa mais dramática, mas tem todas as condições para isso, até tem uma estrutura empresarial na envolvente. -----

----- Agora, as questões dos bairros onde é que isto nos levava! Mas o bairro é polissémico, cada um dá o sentido que entende ao bairro. Se forem à Baixa vêem lá naquelas placas o bairro como uma agregação de freguesias, o Bairro Ocidental não sei quê, o Bairro Oriental, ainda lá estão as placas que mostram isso. -----

----- Os casos que citou, por exemplo do Bairro Andrade, eram os promotores. O Bairro Maria, por exemplo, o promotor queria dar qualquer coisa à mulher para a posterioridade, e então ficava o Bairro Maria. E o Bairro Andrade, o Senhor Andrade às tantas fez um loteamentozinho e para o dignificar, porque “Vila” estava mal vista, ao contrário de Paris em Lisboa “Vila” ganhou um sentido de ilha mais negativo, e portanto era o bairro que era fino: Bairro das Colónias, Bairro Azul, etc., e o Estado seguiu isso. -----

----- O Estado, sobretudo o Estado Novo, criou uma série de alojamentos a que chamou bairros, sem nenhuma consistência. Ou melhor, até foi a Primeira República que começou com isso, com o Bairro do Arco do Cego e com o da Ajuda, mas enfim, vinham na continuidade dos outros, não eram descontínuos como se criara o Bairro do Alvito. -----

----- Concordo inteiramente que nós andamos a chorar todos, mas no País é a mesma coisa. Por exemplo, o concelho de Lisboa e o Alentejo têm o mesmo trauma de perder população e comparam sempre com momentos péssimos da situação de Lisboa. A situação de Lisboa quando atingiu os oitocentos e tal mil habitantes foi por duas vezes. Uma foi em sessenta, mas depois começou a perder população porque as pessoas começaram a melhorar a sua situação, e outra foi quando veio toda aquela gente de África e que se foi reamontuando em Lisboa, uns em bairros ilegais, outros em barracas, outros em hotéis e outros como puderam, mas isso é que fizera crescer a população nos Censos de oitenta. Portanto, os censos de sessenta e oitenta, que servem sempre de referência, devem ser retirados da referência porque são situações excepcionais. -----

----- Como é que isso vai lá chegar? Apontamos já aqui algumas coisas, estão outras por aí, agora não se pode ter tudo. Lisboa tem umas dezenas de milhar de habitantes ao longo do ano, naquilo que é hoje uma das suas principais fontes de riqueza e de projecção que é nos hotéis, e esses também são habitantes. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres -----

----- Senhor Prof. João Seixas, relativamente ao seu estudo só um pequeno preâmbulo que ficará depois em duas perguntas muito rápidas. -----

----- Todas as vias de análise do seu estudo, pelo menos assim se verifica, confluem num mapa, confluem num desenho. Se me permite a metáfora, não refluem nos anexos mas confluem no desenho. -----

----- As perguntas são duas, e muito simples: -----

----- Primeira: o desenho que foi apresentado é necessário e suficiente? Não tem alternativas? -----

----- Segunda: não foi um risco inútil a sua unicidade? -----

----- **O Senhor Professor Universitário João Seixas** -----

----- O nosso entendimento é que o estudo não conduza aos desenhos, mas compreendemos perfeitamente que para muitos leitores possa conduzir. Como há pouco referi, internamente nós, equipa que fez o estudo, porque o estudo não é meu, é de uma grande equipa coordenada pelo Prof. Augusto Mateus e por mim, mas internamente na equipa nós discutimos se valeria a pena fazermos propostas de mapas, porque tínhamos consciência deste risco de que se olhasse sobretudo para os mapas. -----

----- Mesmo assim, deixamos avançar para os mapas, tivemos o cuidado de durante alguns meses estabelecer os diferentes critérios para as diferentes opções de acordo com as competências possíveis como aqui foi avançado. Isso faz-me lembrar uma questão que me parece importante em relação às unidades de gestão de há pouco.

Neste momento, por lei, as Juntas de Freguesia não podem ter competências sobre licenciamento urbanístico e comercial, e daí, para essa aproximação face às realidades quotidianas de Lisboa e à pressão enorme que exerce sobre Vereadores nomeadamente, pareceu-nos importante – é um pequeno exemplo – em como estas unidades de gestão podem ter esse tipo de competências. -----

----- Mas voltando ao mapa, e nós decidimos então avançar porque o diagnóstico que tínhamos feito tinha elementos importantes e novos em relação à Cidade, e elementos identificadores inclusivamente da noção de bairro para cada cidadão, que como o Prof. Jorge Gaspar referiu é polissémico, é muito diverso, e que apropriamos nos inquéritos que foram feitos aos lisboetas, mas também àqueles que utilizam a Cidade de Lisboa diariamente. -----

----- Avançamos para um mapa mas com essa preocupação que faço mais uma vez questão de realçar, são seis mapas indicativos para estas três opções no vector territorial. -----

----- Por que é que faço esta ressalva desta forma? São seis mapas indicativos para três opções no vector territorial, porque o estudo apresenta propostas para três grandes vectores, dentro de cada um dos vectores há diferentes perspectivas, e em duas ou três dessas perspectivas há uma proposta de revisão das fronteiras face às estruturas de competências e estratégias que nós acreditamos que podem e devem ser reforçadas para a gestão da Cidade. É um mapa que, no nosso entender, somos os primeiros a dizer, é apenas um ponto de partida para discutir estas diferentes questões. -----

ENCERRAMENTO

----- **A Senhora Presidente** -----

----- Senhor Presidente -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhores Deputados Municipais -----

----- Senhores Presidentes de Junta de Freguesia -----

----- Senhores oradores convidados -----

----- Penso que o dia de hoje foi verdadeiramente aquilo que nós, na Assembleia Municipal, pensamos que devesse ser o dia. Tivemos a apresentação de vários pontos de vista, mas que convergem todos, apesar das diferenças, numa necessidade de encontrarmos novos caminhos para a Cidade. -----

----- Portanto, este é, de facto, um primeiro momento de encontro entre os autores do estudo, os autarcas, o Presidente da Câmara, os Vereadores, os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta e o público, os lisboetas, aqueles que vivem em Lisboa ou aqueles que trabalham em Lisboa e andam abaixo e acima, e será precisamente um momento certamente a repetir, não terminamos hoje a nossa discussão, não encontramos hoje o caminho com certeza, mas abrimos, estou certa, muitas pistas, muitas portas, muitas janelas e muitos caminhos que eu penso que é preciso trabalhar para encontrarmos, consensualmente, entre todos o melhor para a nossa Cidade, que é afinal o que todos nós queremos verdadeiramente. -----

----- A terminar, quero agradecer aos oradores a generosidade de terem aqui vindo estar connosco, e de terem partilhado connosco os seus conhecimentos e a sua investigação. -----

----- Ao público presente que aqui está estoicamente ouvindo interessado, e por isso eu não quis interromper a discussão e deixar espaço para que as pessoas de facto dissessem aquilo que lhes apetecia dizer e que o momento suscitava dizer, e portanto apesar de neste momento estarem para aí 60 pessoas na Sala parece-me um número ainda muito considerável de interessados neste assunto, dada a hora. -----

----- Agradeço também ao Teatro Aberto a disponibilidade, desde o início, para nos acolher. -----

----- Agradeço aos Serviços Informáticos da Câmara Municipal de Lisboa que nos permitiram ter o *site*, desde sexta-feira, onde as pessoas poderão, e espero que o façam, consultar todo este material e muito mais que nós vamos alimentando, e também mandarem as vossas sugestões, porem as vossas questões, nós encaminharemos e tentaremos dar as respostas. -----

----- Agradeço também ao Gabinete de Estudos Olisiponenses, que nos forneceu as plantas e os mapas da Cidade com os vários momentos desta história e desta evolução da Divisão Administrativa da Cidade. -----

----- Agradeço, obviamente, à equipa da Assembleia Municipal, que está sempre disponível e que fez um trabalho muito apertado visto que tivemos muito pouco tempo. -----

----- E agradeço, finalmente, ao protocolo da Câmara Municipal de Lisboa que se encarregou de enviar muitos milhares de convites. -----

----- A todos vós que estivestéis aqui connosco um muito obrigado, e até sempre. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado Debate Específico. -----

----- Eram 19 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . ----

----- A PRESIDENTE -----